

Instituto Politécnico de Portalegre
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Dissertação de Mestrado
Curso de Segundo Ciclo de Estudos em Média e Sociedade

**A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-
brasileiro: uma perspectiva de alteridade**

Adam Lucas Weber da Silva

Sob orientação da Professora Doutora Adriana Mello Guimarães
e do Professor Doutor Wellington Teixeira Lisboa

**Portalegre
2020**

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspetiva de alteridade*



Instituto Politécnico de Portalegre
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Dissertação de Mestrado
Curso de Segundo Ciclo de Estudos em Média e Sociedade

**A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-
brasileiro: uma perspetiva de alteridade**

Adam Lucas Weber da Silva

Sob orientação da Professora Doutora Adriana Mello Guimarães
e do Professor Doutor Wellington Teixeira Lisboa

**Portalegre
2020**

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

Instituto Politécnico de Portalegre
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Dissertação de Mestrado
Curso de Segundo Ciclo de Estudos em Média e Sociedade

**A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-
brasileiro: uma perspectiva de alteridade**

Mestrando
Adam Lucas Weber da Silva

Constituição do Júri

Presidente: Professor Doutor Abílio José Maroto Amiguinho

Arguente: Professora Doutora Sónia Judite Bravo Lamy

Arguente: Professor Doutor Joaquim Luís Rodrigues Bonixe

Orientadora: Professora Doutora Adriana Mello Guimarães

Orientador: Professor Doutor Wellington Teixeira Lisboa

Resumo

Esta pesquisa tem como propósito identificar, compreender e analisar os padrões discursivos na construção das representações dos refugiados no contexto da crise humanitária na Síria, tomando como objetos de estudo os textos noticiosos publicados no mês de setembro de 2015 nas versões digitais dos jornais *Público*, de Portugal, e *Folha de São Paulo*, do Brasil, em um *corpus* principal que reúne 197 artigos. Pretende-se perceber, assim, de que modo se articulam seus discursos, e a percepção e representação do ‘Outro’. Para tanto, combinam-se referenciais teóricos dos estudos do fenómeno das migrações internacionais contemporâneas (A. Portes e D. Massey), das noções de alteridade e identidade (T. Todorov, S. Hall, K. Woodward, M. Sodré, M. Barbosa), bem como estudos no campo da linguagem, incluindo autores como P. Baker, T. Van Dijk. Para além de seu contributo científico, esta investigação fornece um suporte para a formatação de estruturas textuais amparadas por narrativas de alteridade.

Palavras-chave: refugiados; representações; alteridade;

Abstract

This research aims to identify, understand and analyze the discursive patterns in the construction of refugee representations in the context of the humanitarian crisis in Syria, in the taking of objects such as the study of texts and news texts published in September 2015 in the digital versions of newspapers *Público*, in Portugal, and *Folha de São Paulo*, in Brazil, in a main *corpus* comprising 197 articles. Thus, it intends to understand how the media articulates its speeches with the perception and representation of the 'Other'. To this end, theoretical references of the phenomenon studies of contemporary international migration (A. Portes and D. Massey), of the notions alterity and identity (T. Todorov, S. Hall, K. Woodward, M. Sodr , M Barbosa) , as well as studies in the language field, including authors such as P. Baker, T. Van Dijk. In addition to its scientific contribution, this investigation can provide support for the formatting of textual structures compared by narratives of alterity

Keywords: refugees; representation; alterity;

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

Agradecimentos

Agradeço à Professora Adriana Guimarães e ao Professor Wellington Lisboa pelos valiosos ensinamentos e pela orientação durante esta caminhada.

Agradeço à minha mãe pela estrutura basilar que me conduziu até aqui, pelos valores e ensinamentos que moldaram meu caráter e me constituíram enquanto ser humano. Pelo seu carinho, afeto e dedicação.

Aos meus familiares pela confiança, pelo apoio e por acreditarem que fosse possível.

À Carol, minha esposa, por ser meu porto seguro em todos os momentos. Pelo seu imensurável amor, carinho, dedicação, compreensão e companheirismo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	16
1.1 DIREITO INTERNACIONAL E O ESTATUTO DO REFUGIADO	17
1.2 MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: CONCEITOS E DEFINIÇÕES	20
1.2.1 Teorias microsociológicas	21
1.2.2 Teorias macrosociológicas	22
1.2.3 As novas configurações migratórias e a proteção internacional	23
CAPÍTULO II: O INVERNO DOS REFUGIADOS E A QUESTÃO SÍRIA	24
2.1 OS MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS DA PRIMAVERA ÁRABE	24
2.2 O CONFLITO SÍRIO	28
2.2.1 O emaranhado: uma complexidade histórica	29
2.2.2 Da mobilização ao conflito	32
2.3 O INVERNO DOS REFUGIADOS	35
CAPÍTULO III: O JORNALISMO NOS NOVOS <i>MEDIA</i> E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE REFUGIADOS	41
3.1 A COMUNICAÇÃO NA ERA DA INFORMAÇÃO	41
3.1.1 Os movimentos sociais como expressão da aldeia global	45
3.2 AS NOVAS PRÁTICAS DO JORNALISMO	46
3.2.1 Reestruturação jornalística: conceitos e potencialidades do jornalismo digital	47
3.3 OS REFUGIADOS NA PERSPETIVA DO JORNALISMO NOS NOVOS <i>MEDIA</i>	52
3.3.1 A representação do ‘Outro’	53
3.3.2 A representação dos refugiados nos discursos mediáticos	56
3.3.3 Construindo uma narrativa jornalística de alteridade	57
CAPÍTULO IV: ESTUDO EMPÍRICO	61
4.1 METODOLOGIAS ADOTADAS	62
4.1.1 Construção de <i>corpus</i> especializados e delimitações temporais	65
4.1.2 Critérios para recolha de dados	68
4.2 RECOLHA E ANÁLISE DOS DADOS	70
4.3 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA	72
4.3.1 A representação discursiva dos refugiados	80
4.3.2 Por uma construção de narrativa de alteridade	85
CONCLUSÕES	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
APÊNDICES	100

GLOSSÁRIO

AC - Análise de Conteúdo

ACD - Análise Crítica do Discurso

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

FLH - Jornal Folha de São Paulo

LC - Linguística de Corpus

MENA - Médio Oriente e Norte de África

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONU – Organização das Nações Unidas

PUB - Jornal Público

UE – União Europeia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa político da região e dos movimentos contestatórios	25
Figura 2 - Protestos em Cairo, Egito.	27
Figura 3 - Divisão arbitrária do tratado Sykes-Picot	30
Figura 4 - Áreas de influência/presença no conflito sírio	33
Figura 5 - Linha do tempo dos principais eventos do conflito sírio.	34
Figura 6 - Mapa de principais origens de refugiados	36
Figura 7 - Mapa de principais destinos de refugiados	37
Figura 8 - Mapa de principais destinos de refugiados Sírios	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número total de títulos coligidos entre 2011-2016 (<i>corpus A</i>)	72
Tabela 2. Colocações mais frequentes a acompanhar os termos selecionados	73
Tabela 3. Principais <i>clusters</i> para os termos refugiado(s), migrante (s) e imigrante(s) (2011-2016)	75
Tabela 4. Número de artigos compilados (2015) (<i>corpus A</i>)	76
Tabela 5. Principais <i>clusters</i> para os termos refugiado(s), migrante (s) e imigrante(s) (<i>corpus B</i>)	78
Tabela 6. As fontes e responsabilidades dos artigos compilados (<i>corpus B</i>)	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução dos artigos publicados para o termo ‘refugiado(s)’ (2015)	77
--	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 . “Conheça a trajetória de refugiados no Brasil”	86
Quadro 2. “As malas dos refugiados contam a história do que ficou para trás”	87

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no âmbito dos estudos em *media* e sociedade. Trata-se, aqui, de uma investigação que busca compreender a forma como os refugiados sírios, no contexto dos deslocamentos ocasionados pela crise humanitária na Síria, são representados em textos noticiosos a partir da análise das versões digitais de dois importantes jornais luso-brasileiros: o *Público* e a *Folha de São Paulo*. A motivação central desta pesquisa decorre da minha percepção de que existe uma inevitabilidade em compreender, refletir e debater acerca do papel do jornalismo - em especial no contexto dos novos *media* - nos processos de construção da representação social do refugiado, e de que modo esses discursos contribuem para formar “pontes de empatia” ou erigir “muros de rejeição” que fomentam um sentimento de aversão e desconfiança em relação aos refugiados.

Como mencionado, esta pesquisa está inserida na conjuntura da crise humanitária que provocou o deslocamento internacional de sírios em busca de refúgio, seja em países fronteiriços no Médio Oriente ou em travessias pelo Mediterrâneo, com especial atenção para o mês de setembro de 2015. Este recorte temporal, embora distante do período de escrita deste presente trabalho, é significativo para a contextualização da questão dos refugiados. Seja pelos acentuados níveis de deslocamento de pessoas em busca de refúgio, seja pela intensa cobertura mediática dos acontecimentos - especialmente no que diz respeito aos deslocamento em território europeu e/ou travessias pelo Mediterrâneo. A escolha pelos refugiados sírios se deve à expressividade deste grupo no que tange aos deslocamentos recentes de pessoas em busca de refúgio e ao contexto de crise humanitária na Síria em razão dos conflitos civis.

Embora os deslocamentos de pessoas sejam um fenómeno social que acompanha, desde sempre, o processo evolutivo da espécie humana e as migrações internacionais estejam no cerne das relações e transformações socioculturais de nossa sociedade, é somente no decurso dos tempos - mais precisamente a partir da segunda metade do século XX - que os desafios relativos à questão dos refugiados se configuram em uma maior preocupação da comunidade

internacional. Mais ainda, a percepção e o tratamento adequado aos refugiados são relativamente mais recentes, assumindo contornos de urgência sobretudo nos últimos anos. Para tanto, contribuem a relevância dos números: 25,9 milhões de refugiados, sendo destes 1/4 oriundos da Síria¹; a orientação dos deslocamentos para o território europeu, embora este continente represente o destino de apenas uma pequena parte dos indivíduos que buscam refúgio (ACNUR, 2018); e a dinamização da comunicação a partir das ferramentas dos novos *media*.

Cabe referir que, efetivamente, o termo ‘refugiado’ foi introduzido na última década no léxico do quotidiano, tornando-se, habitualmente, associado a uma condição de vida coletiva e estereotipada a partir de narrativas de sofrimento e superação, e que, frequentemente, suprime as individualidades (Malkki, 1996; Baker, 2006).

Compreende-se ainda, por este trabalho, o texto jornalístico não como uma unidade fechada, mas, sim, como uma estrutura incompleta e dotada de opacidade (Pêcheux, *in* Orlandi, 1998). Ao considerarmos como discurso, reforça-se a sua incompletude. Segundo Orlandi (1998: 61), “o texto não é o ponto absoluto de partida, nem o ponto absoluto de chegada”. Portanto, ao analisarmos o texto noticioso, não é apenas sobre o objeto linguístico que estaremos a falar, mas sobre os discursos aí inseridos. Torna-se, assim, preponderante entender que o debate que não se limita apenas às questões semânticas, mas que se exterioriza em seus discursos, abrigando todas as suas implicações ideológicas (Resende e Ramalho, 2006).

Neste sentido, este estudo recorre-se às abordagens da análise crítica do discurso, a qual entende que as manifestações concretas da linguagem podem ser analisadas em sua estrutura a partir das relações com o campo político, social e cultural, em níveis de exclusão, inclusão ou poder (Fairclough, 2001; Van Dijk, 2004).

Ora, reconhece-se o potencial dos novos *media* ao fomentar debates na esfera pública digital, a promover a diversidade e a desempenhar seu papel cívico fundamental na promoção dos ideais de igualdade. Todavia, para diversos autores (Malkki, 1996, Baker, 2006; Van Dijk, 2016; Carapeto, 2017) existe uma tendência em empregar termos quantificadores e

¹ Dados do relatório anual ‘Global Trends’. (ACNUR, 2018). Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html> (Consultado em 18/10/2019)

metáforas líquidas que atuam na construção de uma representação negativa do refugiado, declinando as suas individualidades.

Propõe-se, então, refletir criticamente sobre o modo como o jornalismo pode revitalizar a sua linguagem e reforçar sua importância no campo discursivo contemporâneo a partir das noções sobre a representação da alteridade (Todorov, 1993; Woodward, 2000; Hall, 2003, 2006; Barbosa, 2012), suportado, sobretudo, pela efervescência do fenómeno dos novos *media* a partir das noções de sociedade em rede e de cultura digital (Lévy, 1999; Castells, 2003; Santaella, 2003; Canavilhas, 2006), bem como da necessidade cada vez maior da compreensão do outro para uma cobertura jornalística que respeite o ideário de pluralidade, verdade e defesa dos direitos humanos que caracteriza o *ethos* da profissão. (Correia, 2009)

Presume-se que estudos como este sejam relevantes para os processos de conscientização sobre as identidades e representatividades do Outro, e para a compreensão do poder que os discursos presentes nas narrativas jornalísticas têm para a construir, reforçar ou perpetuar o imaginário coletivo e social. Com efeito, a representação dos refugiados no discurso jornalístico tem sido alvo recente de debates no meio académico e daremos conta destes estudos posteriormente.

Para esta pesquisa, pretende-se perceber de que modo se articulam os textos noticiosos, os discursos, a percepção e a representação dos refugiados. Este objetivo está sintetizado na seguinte questão: de que modo os refugiados no contexto da crise humanitária síria são representados em textos noticiosos digitais em língua portuguesa.

Para além do contributo científico - o alargamento do conhecimento sobre uma questão preponderante no presente - esta pesquisa ergue-se a partir da convicção de que é possível, ao identificar os entraves no processo de elaboração dos textos noticiosos, contribuir para a formatação de estruturas estáveis para a construção do que vamos tratar por narrativas de alteridade.

Para tanto, iniciamos esta investigação a partir do resgate das principais noções em torno do conceito de migração contemporânea, estabelecendo as distinções entre as variadas configurações migratórias (Portes, 1999; Massey et al, 2003), além de sublinhar os entendimentos do marco legal sobre os refugiados ao longo das últimas décadas. Posto isto, trataremos a contextualização dos eventos históricos pertinentes à discussão ao percorrer, nomeadamente, o caminho dos fenómenos sequenciais dos movimentos contestatórios da Primavera Árabe, do conflito na Síria que gerou um quadro de crise humanitária e provocou

o deslocamento de refugiados pelo Médio Oriente e para a Europa. Esta exposição dos factos, bem como dos dados estatísticos complementares, formam uma base sólida para a continuação do debate.

Posteriormente, recorreremos à pesquisa bibliográfica para estabelecer um quadro conceptual que ampare esta investigação, nomeadamente: as noções de sociedade em rede, cultura digital (Lévy, 1999; Castells, 2003; Santaella, 2003); os discursos como representação (Van Dijk, 1997; Barbosa, 2012); os aspetos de identidade e representação do ‘Outro’ (Todorov, 1993; Woodward, 2000; Hall, 2003, 2006; Barbosa, 2012); as perspetivas e ferramentas dos novos *media* (Castells, 2003; Canavilhas, 2006; Ferreira, 2018), e seus impactos na representação dos refugiados.

Cabe aqui ressaltar que uma das críticas deste estudo à atuação do jornalismo neste processo de representação do outro reside, justamente, na representação dos refugiados como mero dado estatístico carecendo, em muitos dos casos, de um aprofundamento e uma personalização dos indivíduos protagonistas dos textos noticiosos. Portanto, este estudo se preocupa em contextualizar e analisar prudentemente a questão dos refugiados, procurando evitar as armadilhas do discurso e da linguagem, ainda que entendendo que este é um processo contínuo de aprendizagem e, por isso, passível de erros.

No tocante às escolhas metodológicas, a pesquisa é aplicada a partir de múltiplos métodos para a componente empírica, designadamente: a análise do conteúdo, a análise crítica do discurso e a linguística de *corpus*. Estas abordagens são viáveis à produção do conhecimento e foram determinantes para a investigação, identificando os padrões discursivos sobre os refugiados e compreendendo a representação dos mesmos a partir dos discursos presentes nos textos selecionados de dois relevantes jornais em língua portuguesa.

Nas páginas que se seguem, busca-se expor com maior clareza os raciocínios que sustentam e justificam, assim, a afirmação de que é possível articular uma narrativa de alteridade capaz de estabelecer um testemunho mais adequado e que substancialmente forneça elementos adequados para a representatividade dos refugiados.

CAPÍTULO I - MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Os deslocamentos de pessoas² de seus locais de origem para outros territórios está longe de ser um fenómeno atual. Do contrário, estão presentes nos diversos momentos da existência humana, fundamentalmente relacionados à vida em sociedade e narrados em múltiplos episódios históricos. Ainda assim, são recentes as percepções e as fundamentações legais para o amparo dos refugiados. Neste capítulo, debruçar-nos-emos mais atentamente sobre as orientações do marco legal internacional relativamente ao acolhimento e proteção de refugiados nas últimas décadas, uma vez esta base jurídica - aprovada pela comunidade internacional - permite estabelecer uma orientação na atuação dos Estados signatários, garantindo uma compreensão coesa das garantias e apoios de uma pessoa que se encontra em um contexto de refúgio. Realizaremos, também, uma exposição mais detalhada da situação dos refugiados no contexto do conflito na Síria, apresentando dados estatísticos que corroboram para que esta seja considerada a mais agravante crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial³. Além disso, ainda que esta atual crise humanitária esteja no cerne desta pesquisa, far-se-á necessário resgatar também as principais noções em torno do conceito de migração e estabelecer as distinções entre as variadas configurações migratórias. Este recorte é relevante na medida em que há a necessidade de compreender a natureza específica dos mecanismos de proteção internacional para os refugiados concordados pela comunidade internacional, e que não abarcam de maneira generalizada o quadro mais amplo de pessoas em movimento.

² Para efeitos, e ainda que possa ser aplicado, genericamente, para contextualização e compreensão da questão histórica, evitamos a utilização aqui termo ‘migrações forçadas’ . Para a ACNUR não existe um conceito definido e universalmente aceito, não sendo este um termo propriamente utilizado para se referir aos refugiados por abarcar uma ampla gama de fenómenos. Estes podem ser em decorrência de desastres ambientais, conflitos, fome, ou projetos de desenvolvimento em larga escala. - (ACNUR, 2016). Acedido a 02 de fevereiro de 2020 em <https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>

³ ‘Comunicação sobre a situação de execução das ações prioritárias da Agenda Europeia da Migração’ (Comissão Europeia, 2016)

1.1 DIREITO INTERNACIONAL E O ESTATUTO DO REFUGIADO

Foi, sobretudo, com as duas Grandes Guerras (1914-1918; 1939-1945), que o aumento drástico do número de pessoas perseguidas em seus estados de nacionalidade e os massivos números de deslocados internacionais se configurou em um desafio global. Com o fim do ciclo de conflitos, fora necessário a criação de organismos e instrumentos para dissipar o ambiente de tensão e promover soluções mais duradouras para a manutenção da paz. Lançaram-se, assim, as bases para a necessidade de um organismo funcional e mediador entre os Estados, as Nações Unidas (ONU), em 1945. Em sua Carta⁴, apresenta em suas metas os princípios de proteção dos direitos e liberdades fundamentais ao ser humano.

Neste mesmo sentido, a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), documento fundamental no mecanismo internacional de proteção e respeito aos direitos que se consideram inerentes a cada ser humano, exprime em seu 13º artigo⁵ o direito de emigrar e regressar ao país de origem e, ainda, em seu artigo 14º⁶, o direito ao asilo a qualquer pessoa vítima de perseguição.

Com este propósito, as Organização das Nações Unidas (ONU) criaram, em 1951, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), ao qual foi atribuída a função de garantia da proteção internacional dos refugiados. Nos termos do seu estatuto⁷, ao ACNUR cabe assegurar que as pessoas que se encontram em quadro de fundado temor de morte ou perseguição possam exercer o direito de solicitar refúgio em outro país.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, atuando sob a autoridade da Assembléia Geral, assumirá a função de proporcionar proteção internacional, sob os auspícios das Nações Unidas, aos refugiados que se enquadrem nas condições previstas no presente Estatuto, e de encontrar soluções permanentes para o problema dos refugiados, prestando assistência aos governos e, com o consentimento de tais

⁴ Carta das Nações Unidas, Acedido em 15 de outubro de 2019 em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>

⁵ Artigo 13º, DUDH, “1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado; 2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.”;

⁶ Artigo 14º/1 DUDH: “Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”;

⁷ Estatuto ACNUR Disponível em:

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR . Acedido em 15 de outubro de 2019.

governos, prestando assistência também a organizações privadas, a fim de facilitar a repatriação voluntária de tais refugiados ou a sua integração no seio de novas comunidades nacionais. No exercício de suas funções, especialmente se surgir alguma dificuldade - por exemplo, qualquer controvérsia relativa ao status internacional dessas pessoas - o Alto Comissariado solicitará a opinião de um Comitê consultivo em assuntos de refugiados, se tal Comitê for criado (ACNUR, 1950)⁸

No âmbito legal, a questão dos refugiados dá-se inicialmente pela Convenção de Genebra Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, que reconheceu pela primeira vez - de maneira específica - o estatuto de refugiado ao nível internacional, em seus direitos e obrigações. Assim, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) entende que a qualidade de refugiado é reconhecida para a pessoa que:

receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, inserção num grupo social, ou convicções políticas, se encontre fora do país de que tem nacionalidade e que não possa ou, em virtude desse receio, não queira pedir a proteção desse país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar (grifo próprio) (Convenção de Genebra, 1951).

Posteriormente, protocolos adicionais foram outorgados para afinar as definições e alcances do conceito de refugiado. Um destes documentos foi o Protocolo Sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1967, que estabeleceu alterações importantes no caráter temporal e geográfico do texto original e possibilitou a inclusão de novas categorias de refugiados que surgiram após as Grandes Guerras. Qualquer pessoa, oriunda de qualquer território e em qualquer data⁹, está apta a solicitar o estatuto do refugiado em caso de profundo temor de perseguição ou morte. Esta mudança permitiu uma compreensão da situação de refúgio em um conceito mais permanente, e não apenas transitivo como indicava o texto original da Convenção de Genebra.

⁸ Artigo 1º do Estatuto do ACNUR, 1950.

⁹ Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, Preâmbulo:

“Considerando que a Convenção relativo ao Estatuto dos Refugiados assinada em Genebra (...) só se aplica às pessoas que se tornaram refugiados em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, Considerando que, desde que a Convenção foi adotada, surgiram novas categorias e refugiados e que os refugiados em causa podem não cair no âmbito da Convenção, Considerando que é desejável que todos os refugiados abrangidos na definição (...);”

É importante referir, ainda, que o Estatuto de Refúgio se difere do Estatuto de Asilo. Ainda que sejam utilizados frequentemente como termos interseccionais, ambos possuem algumas diferenças elementares, como Galerani (2016) expõe em seus estudos. Primeiramente, enquanto o asilo reside no campo de natureza política, aplicado em casos de perseguição política, o refúgio possui uma natureza humanitária. Além disso, o asilo é usualmente concedido a um indivíduo particular, e seus entes, e intermediado pelas missões diplomáticas, enquanto o refúgio estabelece-se em caráter de coletividade e limitado pelo princípio da extraterritorialidade, ou seja, reconhecido o estatuto de refugiado apenas àqueles que se encontrem fora do país de sua nacionalidade (Galerani, 2016).

Ainda neste campo, a recente crise humanitária de refugiados no Mediterrâneo colocou em evidência a necessidade de estabelecer novos diálogos que permitam uniformizar e padronizar os instrumentos legais de proteção dos refugiados. Em seu texto¹⁰, o ACNUR alerta para os riscos que uma utilização indiscriminada dos termos ‘refugiado’ e ‘migrante’, especialmente nos *media* e em discursos de natureza pública, possam ter para a vida e a segurança dos refugiados. A publicação frisa que os ‘migrantes’ têm a escolha de se deslocar para outro país em busca de uma melhoria de vida, sendo esta uma diferença elementar em relação aos refugiados que buscam segurança ao cruzar fronteiras internacionais para escapar de conflitos armados e perseguições (ACNUR, 2015).

A seguir, resgataremos as discussões no campo acadêmico que buscam definir os conceitos e relações em torno das diferentes configurações migratórias contemporâneas a serem utilizadas ao longo desta investigação, como ‘migrante’, ‘refugiado’ e ‘apátrida’, além de procurar aferir quais as percepções e aplicações no plano internacional e regional.

¹⁰ ‘Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto’ em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/> Acedido em 24 de janeiro de 2020. (ACNUR, 2015)

1.2 MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para este subcapítulo teremos em conta apenas as abordagens teóricas centradas nas chamadas migrações económicas, ou voluntárias, de maneira a que possamos definir as diferenças da condição destes migrantes para os refugiados, este último já tendo sido supracitados os seus marcos jurídicos e legais.

Podemos, de antemão, admitir que a bibliografia sobre migrações partilha de múltiplas e abrangentes referências, e sua transdisciplinaridade torna, por vezes, dificultoso o entendimento e a sua conceitualização. Para além disso, o fenómeno contemporâneo das migrações é dotado dinamismo e complexidade, em que se associam diversos aspetos e multidimensões. Arango (2000), compreende que esta complexidade implica em uma multiplicidade de atores, motivações, formas, tipos, processos e contextos (sociais, económicos, políticos e culturais). Também Castles (2000), compreende os deslocamentos migratórios internacionais como parte do processo de globalização.

Neste sentido, são diversas as abordagens para a temática das migrações. Massey et al. (1993, *in* Figueiredo, 2005), apresentam inicialmente dois grupos de abordagens distintas no processo migratório. O primeiro, onde se incluem as perspectivas as neoclássicas, a do mercado de trabalho *dual*, ou da nova economia das migrações, o foco está no despontar dos movimentos migratórios. Enquanto que, no segundo grupo, encontram-se perspectivas como das redes sociais - não confundir com as redes sociais digitais -, a dos sistemas migratórios ou a institucional que entendem os processos migratórios como um processo contínuo e analisam a partir do seu desencadear. (Figueiredo, 2005: 22)

Cabe dizer que a uma abordagem ampla da evolução dos estudos sobre migração escapa aos objetivos específicos deste estudo. Para isso, e de modo a posicionar teoricamente esta investigação, serão desenvolvidas a partir de algumas teorias sociológicas contemporâneas sobre as migrações.

Assim, podemos considerar que as teorias migratórias estejam enquadradas em dois grupos: o micro e o macrosociológico (Figueiredo, 2005; Peixoto, 2004). A análise microsociológica abarca teorias que defendem que o ato decisório da mobilidade reside - em essência - numa escolha racional do indivíduo, ainda que esteja à condição de factores e ambientes externos estruturantes e coletivos. Por outro lado, a perspectiva macrosociológica

distingue-se ao privilegiar estes factores coletivos e estruturantes - com os quais o indivíduo interage - como determinantes para o processo decisório.

1.2.1 Teorias microssociológicas

No conjunto das teorias microssociológicas, Peixoto (2004) realça três modelos: o *push-pull*, o do capital humano e do ciclo de vida e trajetória social. Em todas elas há o factor comum do papel analítico conferido ao agente individual. Nas palavras do autor, “por muitas que sejam as condicionais externas à sua decisão (...) é a racionalidade individual (...) que promove a decisão” (Peixoto, 2004: 13).

A teoria do *push-pull*, inserida na perspetiva neoclássica, considera o indivíduo como um agente dotado de racionalidade e que escolhe migrar com objetivos de melhoria de vida. Em outras palavras, o indivíduo compreende, a partir de uma relação custo-benefício, terá incentivo a migrar se as vantagens de migrar forem maiores que as desvantagens de permanecer no país de origem. Esta teoria está assente no raciocínio clássico do geógrafo e cartógrafo inglês E.G Ravenstein, que em seus textos relativos às leis das migrações¹¹ compreende que os indivíduos migram em busca de melhores condições de vida em uma dinâmica de atração e repulsão¹². Neste sentido, Peixoto (2004) afirma que para esta linha de raciocínio existe uma escolha racional do migrante no centro dos processos migratórios, que “na posse de informação sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais respeitantes à sua situação individual e grupal, se decide pela permanência ou pela migração” Peixoto (2004: 5).

Semelhantemente abordagem tem a perspetiva do capital humano, desenvolvida por Sjaastad (1962, *in* Peixoto, 2004). A distinção essencial é que o agente não deve partir de uma relação custo-benefício apenas no curto-prazo e sim observar as potencialidades futuras

¹¹ Os artigos fazem clara referência às leis migrações nos respetivos títulos. O primeiro, publicado em 1876 na *Geographical Magazine*, tem como título *The Birthplace of People and the Laws of Migrations*. O segundo e terceiro textos, publicados entre 1885 e 1889 no *Journal of the Royal Statistical Society*, possuem como título *The Laws of Migrations*.

¹² São 7 as leis apresentadas por Ravenstein em 1885: 1) A maior parte dos migrantes percorre uma curta distância, dirigindo-se de preferência para os centros de comércio e da indústria; 2) O processo de atração para uma cidade em rápido crescimento inicia-se pelas suas zonas circundantes, e progressivamente estende-se para lugares mais remotos; 3) O processo de dispersão é o inverso do de atração; 4) Cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensadora; 5) Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio e da indústria; 6) As pessoas das cidades migram menos do que as das zonas rurais do país; 7) As mulheres são mais migratórias do que os homens (Ravenstein, 1885: 198-199).

e realizar o cálculo económico não apenas ao nível individual, mas também abarcando a unidade familiar.

Na perspectiva do ciclo de vida e trajetória social as variáveis apresentam-se de forma mais ampla, contemplando elementos como casamento, nascimento dos filhos, reforma, etc, além da trajetória profissional e mobilidade social. (Peixoto, 2004: 17)

1.2.2 Teorias macrosociológicas

No conjunto das teorias macrosociológicas, por seu lado, o essencial por privilegiar são os factores coletivos e estruturantes que condicionam o agente individual, ainda que estes não sejam atores passivos neste processo (Figueiredo, 2005). É o ambiente social em que o indivíduo se insere, e nele interage, que influencia a tomada de decisão. Neste sentido, Portes (1995) refere que as ações económicas dos indivíduos têm uma orientação social, como as considerações morais, os objetivos sociais dependentes de terceiros, aprovação coletiva, estatuto, poder, e as expectativas. Neste contexto de interação entre os indivíduos e relacionamento no ambiente social é que estão os contributos de teorias como a do mercado de trabalho dual, nova economia das migrações ou teoria das redes sociais migratórias.

Destacamos aqui a compreensão de redes migratórias por entendermos que contribuem para o desenvolvimento deste estudo, na medida que são definidas como um conjunto de relações entre o indivíduo e uma rede de migrantes, ex-migrantes, familiares e outros agentes do processo migratório que fornecem informação, apoio desde o ato inicial de escolha até a integração no país de destino. (Massey et al., 1993, *in* Figueiredo, 2005)

Enfim, é possível perceber através deste resgate conceitual como as teorias microsociológicas e macrosociológicas compreendem, ou tentam examinar, o fenómeno das migrações internacionais. Ainda assim, e diante de toda a dinâmica contemporânea, em um mundo cada vez mais globalizado, há um vasto campo para que se alcance um entendimento mais abrangente em relação à realidade daqueles que migram.

1.2.3 As novas configurações migratórias e a proteção internacional

Cabe ressaltar, na sequência da conceitualização em torno dos processos migratórios, que não há uma definição jurídica para o termo ‘migrante’. O termo compreende, geralmente, os casos em que a decisão de migrar passa por uma escolha pessoal, sem intervenção arbitrária de factores externos. No contexto internacional é usualmente utilizado o termo mais abrangente, como ‘trabalhador migrante’, como mencionado na Convenção sobre Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Suas Famílias (1990), um instrumento das Nações Unidas para os direitos humanos. (Jubilut et al., 2010).

Nela, o trabalhador migrante é o indivíduo que desempenha uma atividade económica em um Estado que não o seu de origem por uma escolha racional e amparado pelo Estado do qual é nacional, incluindo os migrantes indocumentados ou em situação irregular, trabalhadores fronteiriços, trabalhadores sazonais, e demais; excluindo, entre outros, refugiados e apátridas.

Para efeitos, e a partir dos estudos e definições apresentados anteriormente, compreendemos neste estudo o migrante - ainda que o termo abarque diferentes categorias de deslocados - como um migrante económico ou trabalhador migrante, diferenciando-se dos refugiados que são indivíduos forçados a deixarem seus locais de origens por factores alheios às suas vontades.

Esta distinção se faz relevante, uma vez que permite entender que a natureza e a finalidade dos instrumentos jurídicos e legais de proteção aos refugiados são, definitivamente, distintos daqueles conferidos a um migrante económico.

CAPÍTULO II: O INVERNO DOS REFUGIADOS E A QUESTÃO SÍRIA

Este capítulo compromete-se a realizar uma contextualização dos acontecimentos no Médio Oriente e Norte de África, trilhando os motivos e consequências, a nível político, social e económico, para a escalada dos movimentos contestatórios na região e que culminam, por um lado, na derrubada de regimes ditatoriais em países como a Tunísia, Líbia e Egipto, e, por outro, no endurecimento de autocracias sustentadas por um aparelho estatal consolidado e elevadamente coercitivo, como na Síria, irrompendo em um grave conflito civil. O revelar destas circunstâncias nos fornecerá substância para compreender, mais a frente, o cenário de crise humanitária que ocasionou os massivos deslocamentos de pessoas oriundas da Síria em busca de refúgio, seja em países vizinhos ou a arriscar a vida em travessias no Mediterrâneo. Para tanto, daremos ênfase no decorrer deste capítulo para o complexo cenário geopolítico e social na Síria, apresentando os principais referenciais teóricos que descrevem o contexto histórico e permitem compreender a grave conjuntura social de uma região em profunda guerra civil.

2.1 OS MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS DA PRIMAVERA ÁRABE

Desde o processo de descolonização a região do Médio Oriente e Norte de África (MENA)¹³ tem sido palco de constantes ebulições, mas nenhuma com um carácter tão imprevisível e ao mesmo tempo tão relevante para a geopolítica da região como os movimentos contestatórios iniciados em 2011, conhecidos como Primavera Árabe¹⁴, que destituíram regimes autocráticos, em lógicas e consequências distintas, e fez alvorecer as reivindicações democráticas no mundo árabe. Por um lado, imprevisível, segundo Joffé (2011: 1), porque “a maior parte dos observadores sabia que uma mudança de algum tipo era inevitável, mas ninguém sabia quando é que ela teria lugar, nem estavam cientes dos acontecimentos que fariam deflagrar o processo”. Relevante, pois, apesar de sua natureza

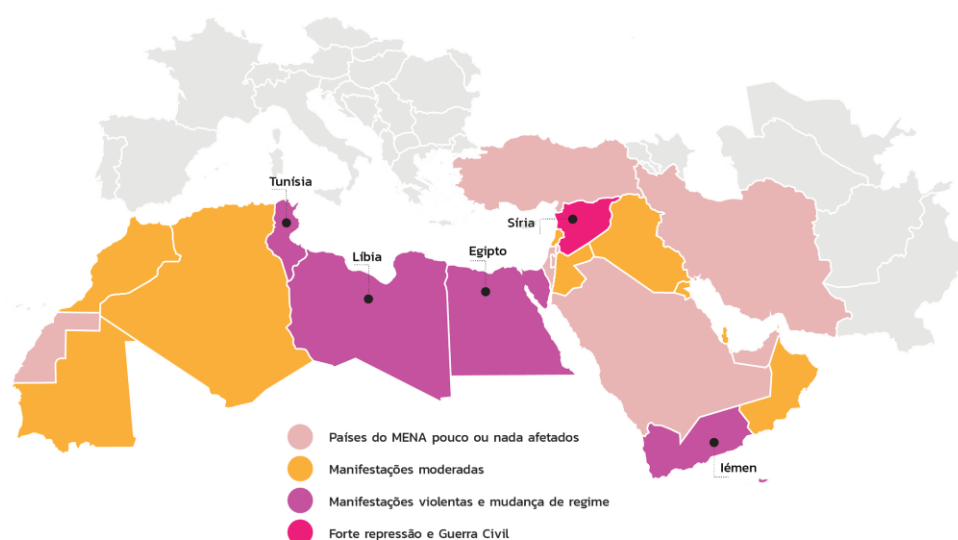
¹³ Acrônimo, em inglês, para definir a região que inclui aproximadamente 19 países do Médio Oriente e Norte de África (*Middle East and North Africa (MENA)*)

¹⁴ Para alguns, o termo Primavera Árabe está associado à Primavera dos Povos, uma série de revoluções no século XIX que culminou com o fim de diversos regimes monárquicos na Europa. Para outros, o termo faz alusão à Primavera de Praga, de 1968, que buscou o distanciamento da influência soviética e a promoção de reformas sociais, políticas e económicas na Tchécoslováquia.

heterogénea, possui uma faceta jovem fruto do descontentamento popular contra o fracasso do Estado em aspetos fundamentais da camada social, tais como emprego, alimentação, saúde, direitos de liberdade e igualdade, entre outros. Rezende (2014, cit. por Galerani, 2016:9) afirma que “mais da metade da população dos países envolvidos nos protestos tinha menos de 25 anos”. Essas mobilizações nasceram, essencialmente, em um contexto urbano e estudantil. Além disso, um aspeto fundamental destacado por Castells (2013) reside no uso efetivo das redes sociais digitais para mobilização, autogerenciamento, organização e coordenação das ações destes manifestantes, concedendo a estes uma característica híbrida - fisicamente presentes nas manifestações locais e virtualmente articulados e potencializados em escala global.

Assim, esta conjuntura permitiu aos movimentos contestatórios explorar as vulnerabilidades e fragilidades destes regimes autocráticos e repressores que prosperaram a partir da segunda metade do século XX, financiados pelos objetivos geopolíticos e interesses económicos das potências dominantes, mas que foram incapazes de se ater aos interesses domésticos e às demandas sociais. A Figura 1, a seguir, ilustra visualmente os movimentos contestatórios da Primavera Árabe, evidenciando que as manifestações se fizeram presentes em grande parte dos países que compõem o Médio Oriente e Norte de África.

Figura 1 - Mapa político da região e dos movimentos contestatórios



Fonte: Elaboração própria

O estopim deu-se em dezembro de 2010, quando o jovem Mohamed Bouazizi, um vendedor de frutas e legumes tunisino, em um ato de desespero face à sua precária situação económica e social, ateou fogo no próprio corpo em protesto contra o abuso de força policial. Bouazizi tornar-se-ia um símbolo do descontentamento popular com problemas crónicos como o desemprego, a pobreza, a corrupção e o autoritarismo dos regimes nacionalistas que dominaram diversos países da região, tornavam o cenário inalterado e impediram o fortalecimento da democracia.

O ato de autoimolação, fortemente disseminado em fotos e vídeos pelas redes sociais como Facebook e Twitter, chocou a população e desencadeou uma sequência de acontecimentos que transformaria o panorama político da região, com protestos que tomaram ruas e praças de países vizinhos como a Líbia, o Egito, o Iémen e a Síria e reivindicavam, na sua essência, um Estado Democrático de Direito. Santos Filhos (2013) sintetiza as exigências em seis pontos:

- a) destituição dos governos estabelecidos; b) suspensão da legislação de exceção e extinção do aparato repressivo; c) liberdade política; d) elaboração de nova carta constitucional destinada à construção de um novo tipo de Estado com separação de poderes; e) apuração e julgamento dos responsáveis pela repressão e pelos casos de corrupção; f) promoção de justiça social e política. (Santos Filhos (2013: 39)

Teve como berço a Tunísia, onde a população local saiu às ruas para exigir a queda de Zine el Abidine Ben Ali, no poder desde 1987. Antes, a Tunísia havia sido governada por Habib Bourguiba (1957-1957). Ambos os longevos governos - centralizadores e personalistas - foram alvo de críticas internacionais por restrições às liberdades individuais e constantes violações de direitos humanos. Ben Ali viria a renunciar e fugir para a Arábia Saudita. O processo de liberação tunisiana foi acompanhado por reformas e de uma importante secularização política. Seguiram-se, então, manifestações no Egito, concentradas na Praça Tahrir - um dos símbolos do movimento - que fizeram cair o ditador Hosni Mubarak, que permaneceu no poder durante 30 anos.

As imagens dos confrontos nos arredores da Praça Tahrir (Figura 2), disseminadas rapidamente através das redes sociais *Facebook* e *Twitter*, com relatos em primeira mão de manifestantes e jornalistas, e transmitidas em direto pelas televisões de todo o mundo, foram

elucidativas para a realidade vivida entre a sociedade e os regimes autocráticos da região, expressas no uso das forças policiais como instrumento de repressão por parte do Estado.

Figura 2 - Protestos em Cairo, Egipto.



Fonte: Divulgação (AP/Reuters)

Entretanto, tal como ocorreu na Tunísia, as Forças Armadas - que tiveram importante papel nos processos de descolonização e consolidação dos Estados nacionais da região - não vieram a interferir nas manifestações. Tal como refere Santos Filho (2013: 40), a não intervenção “apressou a destituição dos governantes e reduziu as possibilidades de escalonamento do conflito”.

O êxito das revoltas na Tunísia e no Egipto, com os dois países a caminharem para eleições imediatas, impulsionou levantamentos populares em países como a Líbia e a Síria. Entretanto, em ambos os casos as revoltas assumiram contornos drásticos.

Na Líbia, a complexa formação da sociedade em grupos étnicos, também chamados de clãs, fragmentou as Forças Armadas e conduziu o país ao conflito armado. A capital Trípoli viu a queda de Muammar Kadhafi em agosto, após a conquista do território por parte das forças rebeldes com apoio aéreo da NATO. Kadhafi seria morto em outubro, próximo de Sirte, sua terra natal.

Na Síria, uma repressão violenta dos protestos por parte do regime de Bashar al-Assad, fizeram escalar uma série de acontecimentos que culminaram em uma sangrenta guerra civil

que despoletou uma grave crise de refugiados que assola a região e o mundo até aos dias atuais. Este complexo panorama sírio será tratado com mais atenção nos tópicos a seguir.

Massivas manifestações ocorreram também no Iémen, controlado pelo ditador Ali Abdallah Saleh há mais de três décadas, e que acabou por ceder o poder após assinar um acordo em novembro de 2011 que transferiria os poderes ao vice-presidente Adb Rabbuh Mansur Hadi. O acordo, entretanto, foi contestado pela população e o clima de instabilidade permaneceu. O país, um dos mais pobres do mundo, mergulhou numa guerra civil e uma crise humanitária que perdura até à atualidade.

A contestação popular ocorreu, ainda, em países com regimes monárquicos como Bahrein, Jordânia, Omã, Marrocos e Arábia Saudita, além de outros países da região como Iraque, Mauritânia e Irão. Entretanto, os seus efeitos não tiveram grande expressão seja por falta de mobilização popular ou pela forte e imediata repressão do Estado.

Por certo, cabe entendermos que a Primavera Árabe se constituiu a partir de uma crise de sistemas políticos e económicos fragilmente estruturados a partir do processo de descolonização, e sustentados por dois pilares fundamentais das autocracias:

- a) o forte aparato policial como instrumento de repressão;
- b) o simbolismo da matriz religiosa que permeia as relações entre as

diferentes esferas da sociedade.

Com efeito, nos casos da Tunísia e Egito, que progressivamente apresentavam um certo grau de liberdade política e económica, o cenário tornou-se propício para o êxito dos movimentos contestatórios, diferentemente do caso sucedido na Líbia em que a regime ditatorial absoluto não ofereceu alternativa senão uma guerra civil (Joffé, 2011). Semelhante situação foi vivida na Síria, como as fortes repressões do Estado e a complexa formação da sociedade síria, como catalisadores para um conflito de larga escala.

2.2 O CONFLITO SÍRIO

Oito anos após os acontecimentos da Primavera Árabe, os países afetados têm trilhado diferentes caminhos nos processos de reconstrução social, política e económica. Apesar da série de revoltas terem impacto direto nas deposições de presidentes e no curso para a instauração de novos e democráticos governos na maioria dos países, é bem verdade que em alguns contextos nacionais os rumos dos protestos tomaram maior grau de complexidade e

gravidade (Özekin e Akkas, 2014). É o caso particular da Síria, onde as revoltas populares foram violentamente reprimidas e o cenário de contestação popular transfigurou para uma guerra civil caracterizada como uma grande crise humanitária que já vitimou centenas de milhares de pessoas, e provocou o deslocamento de milhões de pessoas em busca de refúgio.

Para compreender os eventos catalisadores que fazem o conflito perdurar por quase uma década e escalar para uma grave crise humanitária, é preciso traçar um breve panorama histórico do contexto político-social sírio. Assim, de modo sintetizado, espera-se oferecer elementos que facilitem o entendimento e compreensão dos propósitos para o complicado jogo de forças que transformou o cenário político, geográfico e social não apenas da Síria, mas que tiveram fortes impactos na região e refletem um pouco por todo o mundo.

2.2.1 O emaranhado: uma complexidade histórica

Estrategicamente localizada às margens do Mar Mediterrâneo, a região síria tem sido, historicamente, compreendida como um pórtico para o Médio Oriente, adquirindo relevância geopolítica ao longo dos séculos. Consolidada como estado independente apenas em 1946, a região tem sido cenário para inúmeros conflitos e intervenções externas impulsionadas, sobretudo, pela política expansionista das nações imperialistas dos finais do século XIX e início do século XX. (Zahreddine, 2013). O projeto nacionalista de um estado árabe, vislumbrado sobretudo pela queda do Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial, foi suplantado pelo acordo ‘Sykes-Picot’, firmado entre França e Reino Unido em 1916 e que dividia a região em duas áreas de influência, uma britânica e outra francesa. A divisão ganhou caráter oficial após a Conferência de San Remo, em 1920, que estabeleceu a administração britânica e francesa na região. O fracionamento arbitrário do território, como pode ser conferido na Figura 3, a seguir, acabaria por produzir efeitos futuros na formação dos estados nacionais como conhecemos atualmente (Ricci, 2016).

Figura 3 - Divisão arbitrária do tratado Sykes-Picot



Fonte: Arquivo BBC (Elaboração própria)

Se por um lado, os britânicos optaram por uma administração dos seus territórios baseada na lógica do regime monárquico, os franceses elegeram a constituição de Repúblicas para dividir as suas possessões, impondo um modelo de administração central sobre tribos e centros urbanos em uma região repleta de uma multiplicidade étnico-religiosa.

Em um primeiro momento, os franceses tentaram propiciar às lideranças sunitas urbanas mais espaço político, devido seu caráter moderado. Porém, o receio do fortalecimento dos sunitas na Síria, em detrimento das demais minorias (principalmente cristãs) e da presença francesa, levou à divisão da área de predominância sunita em duas províncias distintas (Alepo e Damasco) (Zahreddine, 2013: 10).

A fragmentação indiscriminada e a tentativa de compor uma uniformidade incompatível com a rica diversidade étnica, cultural e religiosa motivou a uma série de movimentos de resistência locais que culminou na independência da Síria em 1946. Entretanto, este vácuo deixado pelo fim da administração mandatária francesa conduziu a Síria a um cenário de grande instabilidade política, com disputas internas pelo poder e sucessivos golpes de estado. Foi em uma destas tramas políticas que, em 1970, o então ministro da defesa general Hafez-

al-Assad, pertencente à minoria alauíta¹⁵, ascende ao poder, depondo o presidente Nouredine al-Atassi, de seu próprio partido, o Baath, e permanecendo no comando do país por 30 anos. Esta conjuntura, em contraste aos 18 presidentes que ocuparam o mais alto cargo executivo do país entre 1946 e 1970 (Zahreddine, 2013), pode-se atribuir, em grande medida, à habilidade geopolítica de Hafez, que criou condições internas de governabilidade, promoveu reformas e controlou as Forças Armadas. A consolidação dominante do partido Baath, no poder desde 1963, ampara-se, portanto, em uma condição relevante das minorias religiosas - como os alauítas, cristãos e drusos - e na participação significativa da maioria muçulmana sunita, em especial de uma elite moderada. (Zahreddine, 2013). Deste modo, a morte de Hafez-al-Assad, em 2001, não desequilibrou o entrelaçado de forças políticas que sustentavam o seu governo, e, com efeito, legitimou no poder o seu filho Bashar al-Assad, a despeito tivesse apenas trinta e quatro anos de idade.

Assim, embora a família Assad seja pertencente a uma minoria religiosa da sociedade síria, os alauítas, há quatro décadas sustenta o seu o poder através de um rígido controlo dos movimentos de oposição, alicerçado no aparelhamento da burocracia estatal e com respaldo das Forças Armadas. Porém, ainda que a ascensão de Bashar ao poder tenha mantido este *status quo*, seu governo tem defrontado com adversidades tanto âmbito externo quanto no âmbito interno. No domínio externo, e face ao cenário de Guerra ao Terror promovido pelo governo de George W. Bush e consequente intervenção militar no Médio Oriente que levou à queda de Saddam Hussein, Assad redirecionou a atuação síria na região, aproximando-se aos países vizinhos como o Irão e apoiando o *Hezbollah*¹⁶ nas insurreições palestinas ante a Israel (Mohammed, 2016). Esta postura mais pujante no cenário internacional com objetivo de manter a estabilidade do seu governo e exercer maior força política na região tornou-se incômoda aos interesses da comunidade externa, influenciando de maneira determinante os conflitos civis que assolam o país atualmente.

Este enfraquecimento da legitimidade do governo Assad foi observado, igualmente, no contexto doméstico. Ainda que na tentativa de conduzir um plano político e económico de desenvolvimento, com reformas liberais que permitiram nas últimas décadas as

¹⁵ Os alauítas são uma minoria religiosa muçulmana, vinculada ao ramo xiita, com forte devoção à Ali, genro e primo do Profeta Maomé. Ali é considerado pelos xiitas como o primeiro Califa Rashidun, ou, “O Bem Guiado” (Seddon, 2004, cit. em Zahreddine, 2013).

¹⁶ O Hezbollah, que em árabe significa partido de Deus, é uma organização política e fundamentalista com atuação paramilitar, associada ao ramo xiita do islamismo, sediada no Líbano. Atualmente, o Hezbollah vem atuando militarmente no conflito sírio em apoio à Bashar alAssad (Mohammed, 2016)

privatizações, a libertação de presos políticos, o abrandamento da censura e a autorização para criação de novos partidos políticos (Pereira, 2016). Efetivamente, essas mudanças desagradaram uma parcela da população e de seus mais diretos apoiadores e foi agravada pelo aumento dos índices de desemprego e da inflação, em um cenário de desigualdade social e falta de transparência.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), desde Julho de 2010 que os preços de vários cereais e de outros alimentos subiram de forma assustadora. Os preços do milho-maís aumentaram 75 por cento, o trigo subiu 84 por cento, o açúcar 77 por cento e os óleos e as gorduras subiram 57 por cento. A FAO também fez notar que em Janeiro de 2011 o seu índice do preço dos alimentos tinha subido 3,4 por cento desde Dezembro de 2010, chegando aos 231, atingindo o nível mais elevado desde que a organização começou a medir os preços dos alimentos, em 1990. (Joffé, 2011: 87)

Diante deste agregado complexo de factores agravantes internos, da contraproducente atuação na política externa no cenário da região, e da ebulição das manifestações que preenchiam as ruas dos países vizinhos, era fadado que em janeiro de 2011 a Síria tornar-se-ia, também, em um palco de descontentamento popular, inicialmente pacífico, mas que escalou rapidamente para um quadro de conflito civil.

2.1.2 Da mobilização ao conflito

Seria incontestável concluir que, diante da instabilidade política que marcou a trajetória histórica da Síria - e descritas previamente - e ao ser confrontado por uma intensa mobilização da sociedade no âmbito doméstico, e da conjuntura da Primavera Árabe que levou à queda regimes autocráticos vizinhos, o governo de Bashar al-Assad estaria destinado a semelhante desfecho. No entanto, as violentas repressões às manifestações e a complexa e fragmentada realidade étnica e religiosa que compõe a sociedade síria são factores determinantes para a sustentação do poder de Assad.

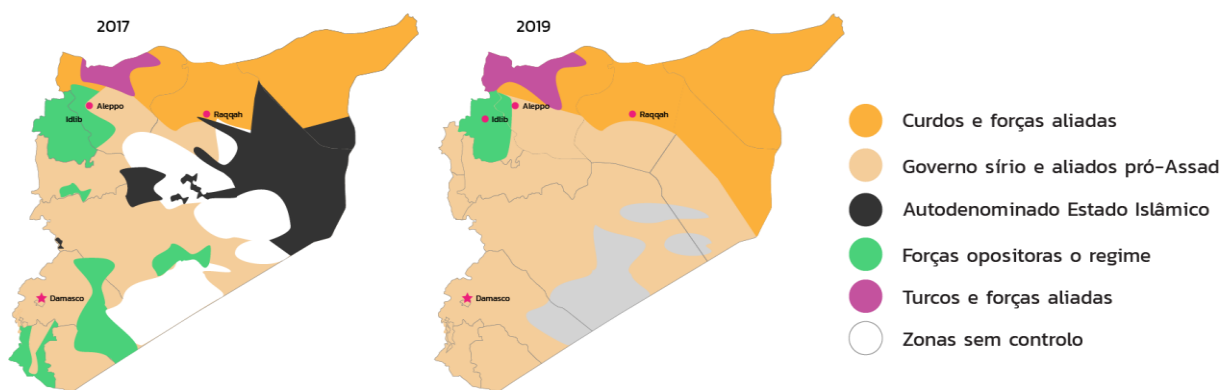
No caso sírio, muito antes pelo contrário, foi organizado a *National Defense Force* – em árabe: Quwat ad-Difā al-Watanī – “Forças de Defesa Nacional”, consistindo num elevado aumento da mobilização civil através dos “Comitês Populares”, milícias pró-governo criadas espontaneamente durante o conflito por cidadãos cristãos, alauítas, druzos e até sunitas, para defender-se de ataques dos rebeldes de matriz sunita. Essa

mobilização efetivou uma força adicional de 100 mil homens (aos 256 mil das Forças Armadas), agregando batalhões de mulheres e até de refugiados palestinos e iraquianos que residem em território sírio; além disso, o regime de Bashar Al-Assad conta com o apoio militar do Hezbollah com um efetivo de aproximadamente 5 mil homens e em menor escala, do Irã, que providencia assessores militares, equipamentos e munições. (Pereira, 2016: 49-50)

Contrariamente aos países vizinhos, onde a Primavera Árabe prosperou, o governo sírio buscou, estrategicamente ao longo dos anos, reter as Forças Armadas sob o esteio do Estado. Assim, quando as primeiras revoltas se iniciaram na capital Damasco foram prontamente refreadas por um aparelho estatal consolidado e elevadamente coercitivo.

Por outro lado, a multiplicidade de grupos que atuam como forças opositoristas em território Sírio tornou o conflito demasiadamente fragmentado, dificultando tanto o controle por parte das forças do governo quanto ao estabelecimento de uma oposição solidamente organizada. A Figura 4, abaixo, evidencia o desmembramento geográfico criado pelo conflito, mesmo em 2017, em sua fase já avançada.

Figura 4 - Áreas de influência/presença no conflito sírio.



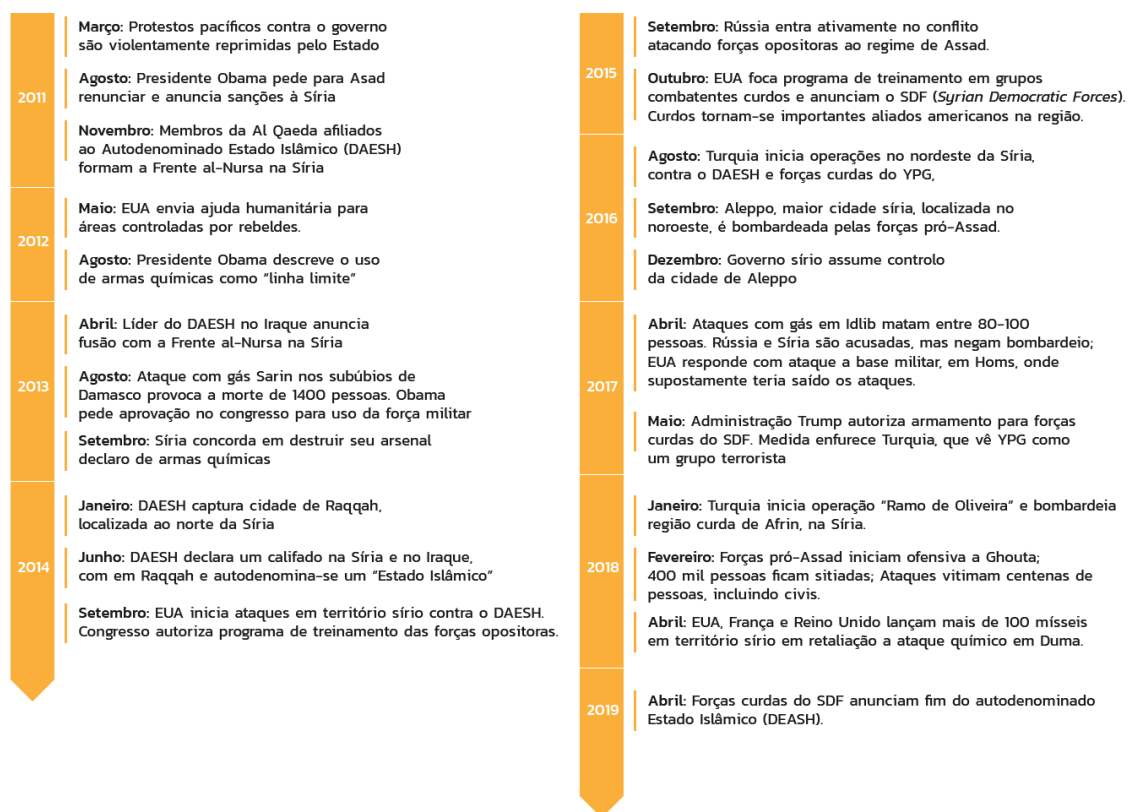
Fonte: CRS (Elaboração própria)

Esta dificuldade em encontrar uma solução para o dilema sírio está alicerçado nas características multidimensionais do conflito - reflexo da complexa estrutura social síria - e em uma atuação pouco resolutiva dos atores globais na busca por uma solução definitiva,

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

especialmente das grandes potências mundiais que retroalimentam os lados divergentes conforme seus interesses geopolíticos e económicos (Zahreddine, 2013). Além disso, a incerteza quanto a um governo substituto torna-se cada vez mais uma preocupação, dado ao conjunto amplo de interesses oposicionistas e aos exemplos mais recentes de vácuos de poder no Afeganistão e no Iraque. Assim, as partes envolvidas não cedem, mantém a tensão e violência, gerando mortes de civis e o deslocamento constante de refugiados. A Figura 5, a seguir, apresenta a linha do tempo do conflito sírio em seus principais eventos, desde a escalada dos protestos na cauda dos movimentos da Primavera Árabe, até os mais recentes acontecimentos do conflito que se alarga por quase uma década.

Figura 5 - Linha do tempo dos principais eventos do conflito sírio.



Fonte: DW/CRS (Elaboração própria)

Enquanto países do Conselho de Segurança da ONU¹⁷ não chegam a um acordo sobre intervenção, as condições humanitárias nas grandes cidades e vilas se agravam à medida que o conflito avança. Os bombardeios das forças pró-Assad devastaram cidades como Aleppo e a utilização de armas químicas¹⁸ vitimou, diretamente, centenas de civis. A crise síria atinge dados alarmantes, e estima-se que mais 370 mil pessoas¹⁹ morreram desde o início da escalada do conflito, em 2011. Entre as vítimas, contam-se mais de 112 mil civis - entre os quais mais de 21 mil eram crianças.

Como observado, a devastação física e humana na Síria é concreta e factual. Excetuando algumas regiões que ficaram resguardadas²⁰ do conflito, a maior parte do país já não dispõe de estruturas básicas para a população, como escolas e hospitais, tampouco recursos para a sobrevivência, como alimentação e medicamentos, obrigando o deslocamento interno e externo de milhões de pessoas naquela que é já considerada a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. Analisaremos estes dados estatísticos mais atentamente no subcapítulo a seguir.

2.3 O INVERNO DOS REFUGIADOS

A questão dos refugiados tem se tornado cada vez mais alarmante ao longo das décadas e vem se intensificando nos últimos anos. Em seu relatório anual (*Global Trends*, 2018), o ACNUR estima que, atualmente, mais de 70 milhões de pessoas estejam deslocadas à força em todo mundo devido a perseguições, conflitos, violência e violação de direitos humanos. Entre as quais, 25,9 milhões são refugiados. Sendo destes, 6,7 milhões oriundos da Síria,

¹⁷ Segundo o artigo 23º da Carta das Nações Unidas, os Membros Permanentes dos Conselhos de Segurança são: Estados Unidos da América, Federação Russa (que substituiu a União das repúblicas Socialistas Soviéticas – USSR), França, Reino Unido e República Popular da China (UNRIC), acedido em 20 de setembro de 2019 em <https://www.unric.org/pt/sabia-que/32437-quais-sao-os-membros-do-conselho-de-seguranca-da-onu-e-como-sao-eleitos>

¹⁸ Inspectores da ONU visitaram arredores de Damasco em 2013 e confirmaram o uso de armas químicas em civis, embora não tenham indicado os responsáveis (Nações Unidas, 2013); Em 2017, a cidade de Khan Sheikhoun, na província de Idlib, foi bombardeada com substância química. A conclusão é de uma missão investigativa da Organização para a Proibição de Armas Químicas. (EuroNews)

¹⁹ Dados são do relatório do Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH)

²⁰ A capital, Damasco, e províncias como Tartus, Latákia e Swaida são caracterizadas pela forte presença das Forças Armadas pró-governo, e são marcadamente habitadas pelas minorias alauítas, drusas e cristão, apoiantes do governo. (Zahreddine, 2013).

como pode ser verificado na Figura 6. São os maiores níveis de deslocamento já registrado pelo ACNUR em toda a sua história.

Figura 6 - Mapa de principais origens de refugiados



Fonte: 'ACNUR Global Trends, 2018' (Elaboração própria)

Embora mais de dois terços dos países membros das Nações Unidas sejam signatários do Estatuto dos Refugiados desde a sua celebração, o próprio acordo não estabelece diretrizes claras e multilaterais capazes de suportar as grandes demandas, levando com que países como a Hungria e a Grécia façam controlos rigorosos em suas fronteiras, forcem os deslocados a permanecerem em campos de refugiados sob condições precárias, e exerçam pressão para a deportação para os seus países de origem. Pesa ainda que alguns destes países não sejam signatários dos instrumentos de proteção, ainda que recebam os maiores números de refugiados. Entre estes países está a Turquia. Segundo dados do ACNUR, em seu relatório anual (*Global Trends, 2018*), o país recebe o maior número de refugiados no mundo, cerca de 3,7 milhões - como mostra abaixo a Figura 7 -, sendo 98% destes oriundos da Síria, destacado mais detalhadamente na Figura 8 a seguir. Alguns factores justificam estas

estatísticas. Em termos geográficos, a Turquia forma a maior fronteira com a Síria e está posicionada em uma das mais conhecidas rotas de migração para o continente europeu. Politicamente, as ações de endurecimento do governo de Ancara fazem com que os refugiados sejam forçados a permanecer em campos de refugiados em território turco. Em virtude disso, segundo dados da ACNUR, um em cada 22 habitantes da Turquia é refugiado. É a terceira maior proporção em relação a população nativa. Apenas a Jordânia, com um em cada 14 habitantes, e o Líbano, com um em cada seis habitantes, apresentam números maiores. Necessário ressaltar que os três países não são signatários do Estatuto do Refugiado, de 1951.

Figura 7 - Mapa de principais destinos de refugiados



Fonte: 'ACNUR Global Trends, 2018' (Elaboração própria)

A título de comparação, Portugal e Brasil receberam²¹, respetivamente, 2.136 e 11.327 refugiados. No caso português, ainda que não faça parte da rota do Mediterrâneo Oriental²²,

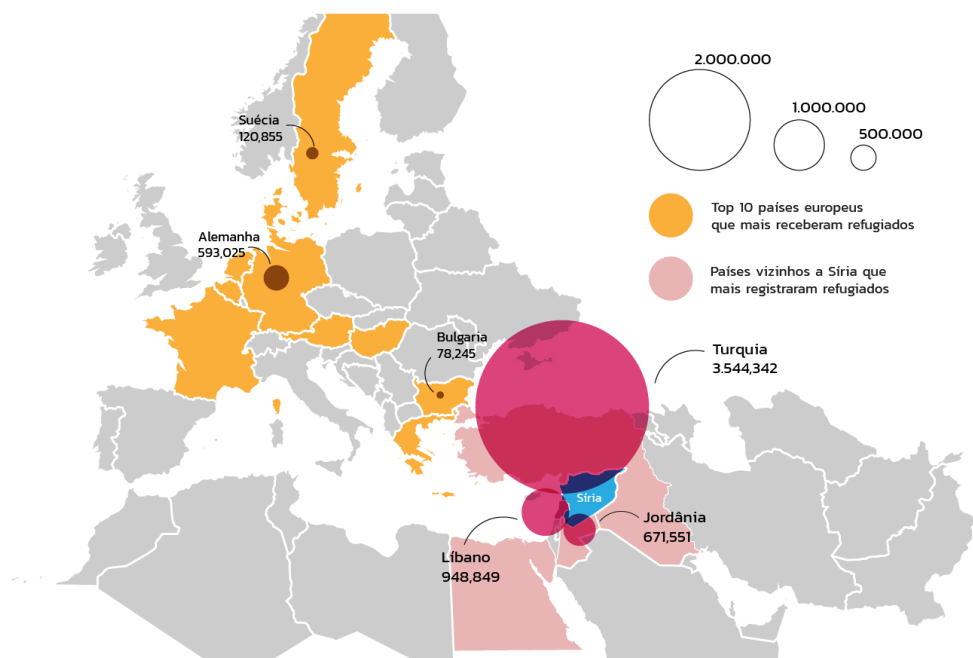
²¹ 'UNHCR Global Trends (2018)'

²² A rota do Mediterrâneo Oriental é a mais utilizada pelos refugiados sírios que buscam abrigo em território europeu. Na maioria das vezes em travessias marítimas clandestinas a partir da Turquia e da Jordânia para as ilhas da Grécia, além das rotas terrestre entre a Turquia, Grécia e Bulgária.

o país tem feito um esforço para acolher refugiados a partir do acordo estabelecido no Programa Recolocação, entretanto ainda está distante os números estipulados.

Urge a necessidade de uma atuação mais efetiva na proteção às vítimas das perseguições, que obrigadas a abandonar suas residências, trabalhos, famílias e suas propriedades para procurar refúgio em outros Estados, sendo indispensável que se evite que estas pessoas sejam expostas aos infortúnios da exploração, descaso e abandono.

Figura 8 - Mapa de principais destinos de refugiados Sírios



Fonte: ACNUR *Global Trends* 2018 (Elaboração própria)

Como se verificou na Figura 8, a maioria dos refugiados sírios encontrou lugar nos países vizinhos, ainda assim continuam a viver em condições precárias, em campos de refugiados improvisados. Nos casos do Líbano e da Jordânia, em particular, levanta o questionamento sobre a própria capacidade dos países em atender ao elevado e repentino número de habitantes, além dos impactos económicos e sociais derivados. Segundo dados²³ do ACNUR,

²³ ‘ACNUR *Global Trends* (2018).

que contabiliza apenas os refugiados sob o seu mandato, a população refugiada no Líbano corresponde a 1/6 da do total nacional, enquanto na Jordânia um em cada 14 habitantes é refugiados. Os países ainda integram em seus territórios, sob o mandato da UNRWA²⁴, respetivamente meio milhão e 2,2 milhões de refugiados palestinos.

Já o continente europeu, e neste caso não contabilizando a Turquia, recebeu 14% do total de sírios que foram forçados a deixar suas casas. Nota-se, portanto, que solução mais acessível passa por abrigo em países fronteiriços

A parcela que busca refúgio em território europeu muita das vezes esbarra em obstáculos durante o percurso. Iniciando-se pelos preços abusivos²⁵ para a travessia ilegal pelas rotas do Mediterrâneo ou da Turquia, e mesmo aqueles que conseguem efetuar a travessia acabam por arriscar a vida no percurso até o destino final, na maioria dos casos países do Norte Europa, como Alemanha e Suécia. Os poucos que conseguem refúgio precisam ainda enfrentar as burocracias para obtenção dos documentos, as barreiras linguísticas e a dificuldade para inserção no mercado de trabalho. Outro ponto crítico da situação dos refugiados envolve o alto número de crianças que são postas à mercê dos riscos da travessia.

Foi a imagem da tragédia envolvendo uma destas crianças que despertou a atenção nos meios de comunicação social, e da comunidade internacional, para a crise humanitária de refugiados em consequência do conflito na Síria. Em 3 de setembro de 2015 o corpo de uma criança síria de três anos, Alan Kurdi, foi encontrado sem vida em uma praia ao largo da costa da Turquia vítima do naufrágio do barco em que partira com a família numa tentativa desesperada chegar à Europa. A imagem estampou as capas de inúmeros jornais em todo mundo, ilustrou centenas de noticiários televisivos e foi massivamente compartilhada nas redes sociais. Alan Kurdi não havia sido a única vítima do conflito que ainda hoje assola a Síria, e tampouco seria a última. Mas a imagem do seu pequeno corpo voltado para a areia, coberto pelos tecidos azuis e vermelhos de sua roupa, prontamente se transformou em símbolo.

²⁴ Sigla em inglês para a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, que atua no desenvolvimento e assistência humanitária que proporciona cuidados de saúde, serviços sociais, de educação e ajuda de emergência aos mais de 4 milhões de refugiados palestinos que vivem na Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jordânia, Líbano e Síria. Os dados são fornecidos pelo *UNHCR Global Trends (2018)*

²⁵ Um relatório do Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo (EASO) alerta que os serviços de travessia ilegais podem chegar a custar entre 430 e 12 mil euros. Os serviços são oferecidos nas redes sociais por máfias que promovem as travessias. Acedido a 27 de junho de 2019 em <https://www.dn.pt/mundo/mafias-oferecem-travessia-para-a-europa-entre-os-500-e-os-15-mil-dolares-nas-redes-sociais-9547574.html>

Neste sentido, Pantti (2013) afirma que o repertório de imagens de um conflito ou crise humanitária, como o movimento de refugiados, possuem a capacidade de congregam, amplamente, uma gama de sentimentos convidativos a reflexão, indignação e empatia. Entretanto, uma imagem é indeterminada sem que exista um contexto. Segundo Pantti (2013: 18), “o que pode ser visto e o que não pode ser visto - em uma era de novas visibilidades - é moldado pelo nível de profissionalismo dos *media*, sua ética, as convenções de fotografia de guerra e, de modo mais amplo, o contexto político e cultural em que estão inseridos”²⁶. O significado do imagético nos *media* depende, então, da maneira como estas são estabelecidas pelos jornalistas através dos seus títulos e da narrativa do texto jornalístico que as acompanham.

Conforme Pantti (2013) enuncia, vivemos o que ele considera ser uma era de novas visibilidades. As imagens do conflito na Síria e da crise humanitária dos refugiados pelo Médio Oriente e Europa chegam até nós de modo quase instantâneo. Essa facilidade em transmitir a mensagem imagética, próprias do ambiente digital, permitem que exista um testemunho presencial dos cidadãos. São essas novas vozes, amparadas pelas ferramentas dos novos *media*, que vieram a transformar e democratizar a esfera da informação até então amplamente dominada pelos meios de comunicação tradicionais.

No capítulo a seguir, retomaremos de maneira mais detalhada alguns conceitos importantes para a compreensão deste novo espaço de mediação e seus impactos na produção e circulação da informação.

²⁶ tradução própria. No original “what can be seen and what cannot be seen – in this age of new visibility – is shaped by a national media’s level of professionalism, its ethics, the conventions of war photography, and the wider political and cultural context in which the national media operates.

CAPÍTULO III: O JORNALISMO NOS NOVOS *MEDIA* E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE REFUGIADOS

3.1 A COMUNICAÇÃO NA ERA DA INFORMAÇÃO

Muito antes da difusão da internet alterar o comportamento da sociedade, provocando mudanças nos hábitos dos indivíduos, encurtando distâncias, interligando culturas e criando um novo espaço social - o virtual -, o filósofo canadense Hebert Marshall McLuhan antevia uma interligação cultural entre os povos que recriaria um mundo à imagem de uma aldeia global. Para o McLuhan (1972), o desenvolvimento tecnológico paradoxalmente reduz todo o planeta à situação semelhante de uma aldeia, ou seja, possibilitando uma intercomunicação pessoal de forma direta, independentemente da distância.

Essa situação [a de uma sociedade oral onde a interdependência resulta da interação necessária às causas e aos efeitos na totalidade da estrutura] é típica de uma aldeia e, desde o advento dos meios eletrônicos de comunicação da aldeia global. Também é o mundo da publicidade e das relações públicas que é o mais consciente dessa nova e fundamental dimensão que é a interdependência global” (McLuhan, 1972: 38).

O conceito de Aldeia Global proposto por McLuhan é, entretanto, um paradigma, na medida em que ele elegeu a televisão - especialmente integrada via satélite - como o meio de comunicação de massa que melhor ilustraria a sua teoria. No entanto, até então, a lógica da mensagem era unidirecional. McLuhan e Fiore (1971), ao revisar o conceito de Aldeia Global, afirmam que esta profunda interligação resultaria numa vasta rede ou teia de interdependências entre todas as regiões do planeta, de forma a promover a solidariedade e a luta pelos mesmos ideais. É somente, então, com o advento da internet, especialmente com a ascensão dos *smartphones* e redes sociais digitais, que este conceito começa a se materializar.

Esta visão, entretanto, é vista de forma crítica por autores como Dominique Wolton (2006), para quem a ideia de uma interligação global se configura em um conceito utópico na medida em que apenas se utiliza dos aparatos tecnológicos e não se aprofunda nas camadas mais interiores das relações humanas, deixando de compreender as particularidades comunicacionais das mais diversas regiões do globo.

Comunicar, portanto, não é apenas produzir informação e distribuí-la, é também estar atento às condições em que o receptor a recebe, aceita, recusa, remodela, e como responde a ela. A comunicação é sempre um processo mais complexo que a informação, pois se trata de um encontro com um retorno e, portanto, com um risco. Transmitir não é sinônimo de comunicar. (Wolton, 2006: 16).

Para Wolton, então, a ideia de ter a comunicação como ferramenta de interligação e aproximação de pessoas torna-se distante na medida em que os níveis de absorção, compreensão e de repertório necessário para decodificar as mensagens não acompanham a multiplicidade de oferta de informações e o aumento acelerado da difusão de conteúdos.

A contemporaneidade, caracterizada por uma revolução tecnológica, está fundamentada especialmente na capacidade de processamento de informação e a geração de conhecimento. Autores como Lévy (1999), Santaella (2003) e Castells (2005) se aprofundam na análise da evolução simbiótica entre a sociedade e as comunicações.

Para Lúcia Santaella (2003), o desenvolvimento de novas tecnologias têm influência nos meios de comunicação. Novas técnicas, novas ferramentas, novas tecnologias de comunicação provocam uma gradual substituição da formação comunicativa anterior por uma mais recente e mais eficiente. (Santaella, 2003: 25). Seus estudos diferem-se, entretanto, do preceito mcluhniano ao estabelecer que mais do que fruto do advento de novas tecnologias e novos meios de comunicação, as transformações culturais são propiciadas pelos tipos de mensagens e processos de comunicação e os signos que circulam nesses meios. Assim, para a autora, é a linguagem o aspecto determinante no que tange à comunicação e a cultura e que moldam a vida em sociedade. Neste sentido, a autora reforça que vivemos em uma era em que as formas de comunicação estão em um processo constante de trocas, ressignificações e reajustamentos, distinguindo que atualmente há uma coexistência híbrida de uma cultura dos *media* e uma cultura digital, marcadas por um processo de convergência e, mesmo, interdependência de meios e plataformas, que é “responsável pelo nível de exacerbação que a produção e circulação de informação atingiu nos nossos dias” (Santaella, 2003: 28). Este

processo de convergência mediática é explorado também por Henry Jenkins (2009), que a define como uma mudança de paradigma na comunicação e nos *media* no qual a informação perpassa múltiplas bases e plataformas. Assim, as novas formas de comunicação inseridas neste contexto da cultura digital interagem com as formas de comunicação tradicionalmente estabelecidas. Assim, essa cultura do acesso, como a autora também define a cultura digital, é sublinhada também por noções como a de interatividade, onde o utilizador não apenas recebe a informação, mas também expressa suas opiniões e partilha com os demais; e transmedialidade, marcada pela adaptação e difusão da informação em diferentes meios e plataformas.

Castells (1999) trata este fenômeno da sociedade globalizada como uma rede por meio da qual se estabelecem novas estruturas sociais que envolvem todos os âmbitos da atividade humana, numa interdependência multidimensional. Este novo espaço de interações é percebido também por Lévy (1999):

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (Lévy, 1997: 17).

Ainda que existam similaridades na abordagem que ambos os autores fazem da relação da sociedade contemporânea com o desenvolvimento tecnológico, é necessário ressaltar que Castells trabalha com uma perspectiva pragmática e utilitarista da apropriação da rede, enquanto Lévy parte do princípio que este ambiente virtual é dotado de subjetividade, proporcionando a manifestação de opiniões diversas e diferentes pontos de vista, construindo o que ele chama de inteligência coletiva.

O projeto da inteligência coletiva supõe o abandono da perspectiva do poder. Ele quer abrir o vazio central, o poço de clareza que permite o jogo com a alteridade, a quimerização e a complexidade labiríntica. (Lévy 1998: 211-212).

Esta inteligência coletiva que emerge justamente dessa interação da sociedade através da cibercultura é constantemente ressignificada. Para Lévy (1998: 28), ela é “distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma

mobilização efetiva das competências”. Castells (1999) aponta, nesta mesma direção, a existência de uma “cultura da virtualidade real”, possibilitada pela integração das novas tecnologias com a comunicação:

Nossos meios de comunicação são nossas metáforas Nossas metáforas criam o conteúdo da nossa cultura. Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo. (Castells, 1999: 414).

A comunicação é, portanto, um elemento modelador da cultura, constituindo sistemas de valores e símbolos de uma sociedade, sendo influenciada diretamente pelo sistema tecnológico. As fronteiras espaço-temporais são, portanto, quebradas. Conforme Lévy (1999), a concepção de centralidade do processo de emissão-recepção também sofre profundas mudanças na cultura do ciberespaço.

Ao descrever esta descentralização na cibercultura o autor, entretanto, não imaginava que o desenvolvimento tecnológico faria surgir um outro aparelho ainda mais determinante para a pulverização das barreiras de espaço e tempo: os *smartphones*.

Segundo Henry Jenkins (2009), o desenvolvimento tecnológico amparado na internet e na convergência mediática tem revolucionado a vida em sociedade, com mudanças fulcrais nas formas de comunicação e interação, não somente entre os indivíduos, mas também com o conteúdo produzidos e disseminado na rede. Esta convergência transformou simples aparelhos telefônicos em poderosos meios de divulgação de informação em seus variados aspectos, seja textual, imagético ou audiovisual, alçando a instantaneidade como característica fundamental de nossa vida cotidiana.

Recuero (2009), aponta para as profundas transformações nas formas de organização, identidade, conversação e mobilização social, derivadas de toda essa comunicação mediada pelo computador. Para a autora, a expansão da capacidade de conexão permitiu que novas redes fossem criadas, as redes sociais digitais. Tais redes “conectam não apenas computadores, mas pessoas” (Recuero, 2009: 17) e estão presentes de forma numerosa no espaço virtual. A autora define estas redes sociais digitais como “um conjunto dos elementos atores, que são os indivíduos ou os nós da rede, e suas conexões, as interações ou laços sociais” (Recuero, 2009: 24). Por este caminho, é possível explorar a dinâmica dos grupos sociais que se formam a partir das interações virtuais e verificar como são, em que

contexto surgem, quais conteúdos produzem, o que os influencia e de que maneira os indivíduos estabelecem uma interação.

3.1.1 Os movimentos sociais como expressão da aldeia global

Este ambiente comunicacional, caracterizado especialmente por esta convergência tecnológica e pela propagação à escala global das redes sociais digitais, marca uma nova lógica de mobilização social e do exercício da cidadania. Como observa Castells (1999: 497), as redes “constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”.

Concomitantemente, Lévy (1999: 3) entende que a rede “articula uma multidão aberta de pontos de vista; porém, essa articulação opera-se transversalmente”. Para Castells (2013), esta é uma das principais características dos movimentos sociais emergidos na era digital que se estruturam horizontalmente e espontaneamente, sem liderança.

Cabe aqui, antes de mais, entender os movimentos sociais como ações coletivas mobilizadoras que se configuram a partir da existência de conflito social onde há uma força dominante, seja esta política, econômica ou ideológica, e consolida no desenvolvimento de ações conjuntas de modo a converter esta realidade. Para Gohn (2012: 14), um movimento social se caracteriza pela “expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”. Castells (2013) ressalta em seu livro ‘Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet’ a importância de compreender os processos de formação, dinâmica e valores dos movimentos sociais e suas perspectivas de transformação social, salientando o papel da comunicação no sistema de partilhamento de significados e troca de informações. Ele defende que os movimentos sociais emergidos a partir das redes sociais digitais são autorreflexivos e, em essência, se constituem em um espaço de comunicação autónoma que busca contestar o poder instituído, além de “facilitar a cooperação e a solidariedade” (Castells, 2013: 163).

Para o autor, esta percepção é identificada na medida em que compreende que os movimentos sociais em rede são formados por uma relação híbrida entre o espaço urbano e as redes sociais digitais na internet. Ou seja, ao mesmo tempo que se caracterizam por uma noção de ‘local’ são estes, também, compreendidos como movimentos globais. Embora

existam pontos afluentes entre as diferentes realidades das revoluções nos países da região, como o idioma, a conjuntura socioeconómica, as figuras de regimes autocráticos e, em alguns casos, a fronteira física territorial, importantes aspetos na constituição de uma mobilização de que rompe as barreiras espaço temporais, foi sobretudo com a utilização das redes sociais digitais que a sociedade civil tornou visível as suas reivindicações, se organizando e compartilhando experiências diretamente com povos de outras nações. É com estas características que podemos associar os movimentos sociais manifestados no ciberespaço, embasados nos conceitos de sociedade em rede e de cibercultura, como representantes mais próximos da noção de ‘aldeia global’ proposta por McLuhan (1972), especialmente por realizarem o rompimento dos limites espaço-temporais e se constituírem em movimentos locais e globais, horizontalizados e bidirecionais, com uma comunicação autónoma e uma interligação direta entre os seus indivíduos.

No próximo subcapítulo buscaremos compreender como o jornalismo atua e amplia as suas potencialidades através desta nova esfera social - o ciberespaço. Abordaremos os principais aspetos e possibilidades expressivas dos novos *media* para a construção dos textos noticiosos no ciberespaço.

3.2 AS NOVAS PRÁTICAS DO JORNALISMO

Como vimos nos subcapítulos anteriores, as formas comunicacionais outrora estabelecidas têm convergido, a partir de uma cultura de massa e de uma cultura dos *media* para um novo paradigma, um modelo assente em aspetos como a interação e o dinamismo. Neste contexto, autores como Wilson Dizard (2000) defendem a existência de duas fases, uma separação entre os velhos *media* e os novos *media*, sendo a tecnologia o factor determinante para esta transição. Para o autor, este novo espaço digital estabelece uma nova forma de coleta, armazenamento e difusão, onde a informação constitui-se na forma digital. (Dizard, 2000: 24). Outros autores (Bolter e Grusin, 1999; Peters, 2012; Pato, 2012, em Silva, 2015: 11), entretanto, compreendem este fenómeno como um reaproveitamento, um processo de renovação que transforma os velhos *medias* em novos *medias*.

Facto é que esta cultura digital tem transformado não apenas a maneira como consumimos informação - mais participação, mais interação, maior dinamismo -, mas

também tem levado a uma constante ressignificação dos processos, práticas e rotinas profissionais para além dos contextos sociais, institucionais e culturais.

Assim, é fundamental compreender que o dinamismo desta nova esfera social - o ambiente digital - proporciona variadas potencialidades para o jornalismo e que, de facto, ainda não parecem ter sido amplamente exploradas. De todo modo, as capacidades expressivas do jornalismo inserido no ambiente digital são variadas, não apenas nos aspetos de difusão da notícia, mas também nos processos de produção da informação.

Oportuno salientar aqui, que esta pesquisa se desenvolve a partir do contexto do jornalismo digital. A utilização do termo jornalismo digital e, também, do termo webjornalismo se faz necessária de forma a caracterizar a atividade jornalística inserida no contexto dos novos *media*, diferenciando-a, assim, do jornalismo impresso no que tange à sua plataforma de difusão, ainda que possam partilhar de práticas, rotinas, instrumentos e do código deontológico. Na sequência iremos perceber como se dá essa reestruturação do jornalismo e compreender os conceitos, características e potencialidades do jornalismo digital.

3.2.1 Reestruturação jornalística: conceitos e potencialidades do jornalismo digital

Como verificamos, o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas tem transformado o modo como consumimos informação, potencializado em especial pelo ambiente digital e por todos os aparatos tecnológicos que o envolvem. Nos acostumamos a ter informação na palma da mão, em tempo real e cada vez mais interativa e multimediatizada. Mais do que o consumo da informação, também a produção, reprodução e a distribuição da informação passam por constante processo de transformação. É neste contexto de mutações e das relações entre o novo e o tradicional é que subsiste o jornalismo. Ferreira (2018) se atém a este processo de renovação ao dedicar um capítulo em seu estudo sobre a sociologia dos novos media para compreender as transformações tecnológicas no jornalismo. O autor entende que o jornalismo, historicamente, exerce um papel central nas democracias modernas, servindo como “fonte principal das informações para os cidadãos sobre assuntos da vida pública, mas igualmente enquanto espaço de participação, debate e confronto entre perspetivas distintas relativas aos problemas de cada comunidade” (Ferreira, 2018: 130). Em todo este processo histórico até os dias atuais, o jornalismo mantém uma

relação estreita com a tecnologia. Da prensa tipográfica, passando pela radiotelevisão e até o estabelecimento das plataformas digitais, a tecnologia e as transformações sociais, económicas e culturais que acompanham o avançar da sociedade têm contribuído para constantes novas formas de produzir e distribuir informação. Entretanto, diferentemente dos media tradicionais - de massa - os novos media “não existem para produzir e transmitir conteúdo, mas também para proporcionar aos utilizadores as ferramentas para produzirem e distribuírem os próprios conteúdos” (Ferreira, 2018: 132). Em outras palavras, este processo ruptura do paradigma dos media tradicionais para uma lógica de ampliação ao acesso à informação desde a sua produção tem sido visto, por um lado, como um aliado para o jornalismo ao potencializar a recuperação das audiências, mas por outro, tem levado a um processo árduo de adaptação da natureza do jornalismo, suas ferramentas e tecnologias e seus públicos e fontes. (Ferreira, 2018: 133).

João Canavilhas (2010) já caracterizava esta relação de construção entre as redes sociais digitais e os *media* afirmando que:

este fluxo individual, contínuo e bidireccional de informação permite a participação do consumidor no processo noticioso, alterando o equilíbrio do sistema: como se referiu antes, de um sistema “media-cêntrico” passou-se para um “eu-cêntrico”, envolvendo mais os leitores em todo o processo, sobretudo ao nível da redistribuição de notícias via e-mail ou redes sociais, uma situação que tende a criar comunidades virtuais.

Este novo ecossistema mediático²⁷ permite que os consumidores participem ativamente dos processos de filtragem e publicação de informação. A figura do *gatekeeping* tradicional do jornalismo é substituída, assim, por uma audiência interativa que seleciona e dissemina a informação. Neste aspeto, os meios de comunicação tradicionais tornaram-se obrigatoriamente mais criteriosos em todo o processo de construção da informação. Por outro lado, essas características colaborativas das plataformas sociais aumentam os riscos da manipulação da informação.

Deste modo, as frequentes evoluções tecnológicas têm colocado o jornalismo em constante mudança ao longo do tempo. Seja no aspeto de produção e edição das notícias, nas técnicas e práticas de redação ou difusão das informações. Canavilhas (2006) cita a evolução

²⁷ Canavilhas (2010) explora o termo ‘ecossistema mediático’ a partir da comparação com a Ecologia, entendendo que na mesma medida em que esta é uma ciência que estuda os ecossistemas, existe uma Ecologia dos Média, que se dedica aos ecossistemas mediáticos, estudando a forma como os media afetam a perceção, compreensão, sentimentos e valores.

do jornalismo norte americano durante o *boom* das estradas de ferro que ligavam o país para explicar como o fenómeno da evolução tecnológica.

O desenvolvimento dos meios de comunicação social está intimamente relacionado com os avanços que ocorreram nos métodos de difusão. A imprensa norte-americana, por exemplo, registrou um período de franco desenvolvimento em paralelo com o crescimento dos caminhos-de-ferro norte-americanos, pois dessa forma os jornais puderam aumentar de forma substancial a sua área de influência. (Canavilhas, 2006: 2)

Nessa dinâmica, não podemos ficar indiferentes às mudanças proporcionadas a partir do surgimento, expansão e popularização da internet, em especial a partir da década de 1990, mas sobretudo nos anos mais recentes deste século, com amplas possibilidades gráficas e multimédia e, fundamentalmente, com o surgimento das redes sociais que ressignificaram as dinâmicas do espaço público de convívio.

Alguns autores, como John Pavlik (2001), sistematizam a evolução do jornalismo digital em três fases: a primeira, corresponde à fase de transição do impresso para o online, com adaptações cruas e de má qualidade; a segunda, diz respeito à produção com certo grau de hiperligações e multimédia; e a terceira, toma posse dos recursos digitais para produção de conteúdo exclusivo para o formato online. Já a autora Cabrera Gonzalez (2000) identifica quatro modelos de jornalismo online:

A primeira correspondente à reprodução simples do conteúdo impresso de um jornal, geralmente disponibilizado através de um arquivo *pdf*.

Uma segunda fase, em que a autora entende por modelo adaptado, os conteúdos são transpostos da versão impressa para o digital e apresentados em layout próprio, possibilitando a integração hipertextual e uma maior interação com o leitor.

Na terceira fase, chamada de modelo digital, os jornais possuem um layout exclusivamente fabricado para para o cibermeio, aproveitando-se do hipertexto, da interatividade a partir dos comentários, e da atualização constante por meio inclusão das notícias de última hora, um diferencial em relação à versão impressa.

Por último, um modelo multimédia, onde as publicações aproveitam ao máximo as características fornecidas pelo do meio, e onde devem ser percebidas com maior clareza as possibilidades expressivas (Mielniczuk, 2001; Salaverría, 2005; Canavilhas, 2006; Zamith, 2011), sendo a hipertextualidade, a multimidialidade, a interatividade, a personalização, e a

memória, podendo ser incluídos em fases mais recentes o banco de dados e o jornalismo colaborativo. Apesar destes aspetos serem manifestados no jornalismo digital, não é possível aferir que sejam plenamente utilizados, uma vez que os níveis de adaptação e das estratégias adoptadas pelos *sites* jornalísticos são diferentes entre si (Machado e Palacios, 2003 em Silva, 2015: 19). Para efeitos deste estudo, exploraremos somente as possibilidades com as quais trabalharemos em nossa análise de conteúdo dos textos noticiosos: hipertextualidade, multimidialidade, interatividade e memória.

A primeira das possibilidades expressivas do webjornalismo a ser destacada, a hipertextualidade, pode ser compreendida como elemento chave na relação entre o jornalismo-cibermeio-leitor, funcionando como suporte base para as demais características de multimidialidade, interatividade e memória.

O hipertexto, então, é a possibilidade de oferecer ao leitor a participação e liberdade de escolha e personalização da sua leitura, usando para isso dos recursos tecnológicos, ligações de estruturas em rede, através de *links*.

O navegador pode tornar-se autor de maneira mais profunda do que ao percorrer uma rede preestabelecida: ao participar da estruturação de um texto. Não apenas irá escolher quais links preexistentes serão usados, mas irá criar novos links, que terão um sentido para ele e que não terão sido pensados pelo criador do hiperdocumento. Há sistemas igualmente capazes de gravar os percursos e reforçar (tornar mais visíveis, por exemplo) ou enfraquecer os links de acordo com a forma pela qual são percorridos pela comunidade de navegadores. Finalmente, os leitores podem não apenas modificar os links, mas também acrescentar ou modificar nós (textos, imagens, etc.), conectar um hiperdocumento a outro e dessa forma transformar em um único documento dois hipertextos que antes eram separados ou, de acordo com o ponto de vista, traçar links hipertextuais entre um grande número de documentos (Lévy, 1999: 57)

O hipertexto, portanto, atribui ao texto uma estrutura não-linear, construindo um ciclo de produção jornalista interconectada e ininterrupta própria do ambiente digital.

A partir desta tendência de estrutura não-linear do ciberjornalismo proporcionada pela hipertextualidade, os recursos audiovisuais e imagéticos compõem o que é chamado de multimídia. Para Salaverría, a multimidialidade é “a capacidade, outorgada pelo suporte digital, de combinar numa só mensagem pelo menos dois dos três seguintes elementos: texto, imagem e som” (Salaverría, 2005: 32).

A característica da interatividade é, possivelmente, um dos conceitos bases na comunicação mediada por um computador (Primo, 2009). Embora o termo não tenha surgido

no ambiente digital, foi popularizado através das relações facilitadas estabelecidas à distância de um clique. Para Machado e Palacios (1997), a mera utilização do hipertexto caracteriza uma situação de interação.

Consiste, então, na possibilidade de oferecer ao leitor a capacidade de exercer uma influência sobre o conteúdo apresentado. A participação do leitor nesta escolha é fundamental para o estabelecimento adequado das possibilidades expressivas no ambiente digital.

De modo semelhante às características anteriores, a memória é um recurso da utilizado pelos medias tradicionais que ganhou novos e importantes contornos em sua adaptação para o ambiente digital.

A Memória no Jornalismo na Web pode ser recuperada tanto pelo Produtor da informação, quanto pelo Utente, através de arquivos online providos com motores de busca (*search engines*) que permitem múltiplos cruzamentos de palavras-chaves e datas (indexação). Sem limitações de espaço, numa situação de extrema rapidez de acesso e alimentação (Instantaneidade e Interatividade) e de grande flexibilidade combinatória (Hipertextualidade), o Jornalismo tem na Web a sua primeira forma de Memória Múltipla, Instantânea e Cumulativa. (Palacios, 2002: 7)

Observamos, então, que há uma relação entre a memória assume um papel fundamental ao permitir as demais expressões se configurem no espaço do webjornalismo. Para a compreensão da notícia instantânea, por exemplo, é necessário recorrer à memória. Além disso, ela permite que uma informação incompleta possa ser atualizada e modificada em tempo real.

Ainda dentro das possibilidades expressivas do webjornalismo, é necessário pontuar sobre a adaptação do modelo de narrativa jornalística mais comum, o da pirâmide invertida. De acordo com Fernando Zamith (2005), essa técnica é caracterizada pela hierarquização das informações dentro da narrativa textual.

Os acontecimentos não são relatados por ordem cronológica, mas sim por ordem de importância. A cabeça, ou o lead da notícia deverá conter as informações mais relevantes (simbolizada pela base mais larga da pirâmide), reservando-se para o corpo da notícia os complementos e/ou pormenores (a redução da largura da pirâmide corresponde ao decréscimo de importância) (Zamith, 2005: 176)

Entretanto, vários autores defendem que a pirâmide invertida se tornou imprópria para a construção de uma estrutura narrativa dos conteúdos digitais (Franco, 2008; Canavilhas,

2006; Salaverria, 2005). João Canavilhas (2006) afirma que “usar a técnica da pirâmide invertida na *web* é cercear o webjornalismo de uma de suas potencialidades mais interessantes: a adoção de uma arquitetura noticiosa aberta e de livre navegação” (Canavilhas, 2006: 7).

Para o autor, o ambiente digital é um espaço é tendencialmente infinito e por isso defende um modelo em que os conteúdos do ambiente digital devem ser hierarquizados em níveis que vão das informações menores para níveis com maiores informações, em uma técnica que chamou de pirâmide deitada.

Nesta senda, é possível aferir que o jornalismo digital tem se estruturado a partir de uma linguagem própria, direcionada e reajustadas aos novos públicos, aos novos contextos sociais e adaptadas aos novos aparatos tecnológicos. Uma nova forma de produção dos textos noticiosos se configura, assim, em mais um factor diferenciador entre o que é digital e o que é tradicional.

A partir destas reflexões, dedicaremos o próximo capítulo a discutir sobre o modo como o jornalismo reforça a sua importância no campo discursivo contemporâneo a partir das noções de representação do Outro, suportado, sobretudo, pela efervescência do fenómeno dos novos *media*.

3.3 OS REFUGIADOS NA PERSPETIVA DO JORNALISMO NOS NOVOS *MEDIA*

Os deslocamentos de refugiados no contexto da crise humanitária desencadeada a partir do conflito sírio forneceram uma oportunidade de reajuste na nossa maneira de ver e estar no mundo. E, mais particularmente como objetivo deste estudo, compreender e refletir sobre o desafio do jornalismo, inserido em uma era digital, na construção narrativa presente nos processos de produção, disseminação e consumo de informação. Neste subcapítulo veremos como se dão as representações do ‘Outro’, especialmente na figura do refugiado, entendendo que nossas percepções e comportamentos são, em grande parte, constituídas através das relações estabelecidas pelos discursos mediáticos.

3.3.1 A representação do ‘Outro’

É evidente que o deslocamento massivo de pessoas não se constitui em um acontecimento novo na história humana. Como refere Amante (*in* Carapeto, 2017: 22) “a migração internacional faz parte de um conjunto bastante alargado de movimentos que, genericamente, classificamos como mobilidade humana”. Mesmo entendimento possui Lisboa (2015), ponderando que na virada do último século “os deslocamentos populacionais tenham revigorado os seus ritmos e formado territórios multiculturais em regiões dispersas” (Lisboa, 2015: 14), em pensamento suportado por estudiosos das migrações internacionais como Portes (1999), Castles e Miller (2004), entre outros.

Essa dinâmica contemporânea acarreta, também, em novas problemáticas às relações interculturais. Para a Appadurai (2004), “nunca como agora tantas pessoas parecem imaginar rotineiramente a possibilidade de elas ou os seus filhos viverem e trabalharem em lugares diferentes daquele em que nasceram” (Appadurai, 2004: 17). Trata-se de um fenómeno multidimensional, designadamente demográfico, social, cultural e político (Amante, *in* Carapeto, 2017). Em 2019, segundo o Relatório de Migração Global²⁸ da Organização Internacional para a Migração (OIM), 272 milhões de pessoas viviam fora do seu país de origem.

Concomitantemente, e como já referido neste estudo, os últimos anos têm registado os níveis mais elevados de deslocamentos de pessoas por motivos alheios às suas próprias vontades. Em 2018, o número de refugiados era de 25,9 milhões. Estas pessoas, como refere Barbosa (2012), carregam com elas uma identidade cultural que deve ser respeitada e reconhecida. Para o autor, o desafio passa pelo encontro com estes outros. Nosso conhecimento, nossas percepções e nossas ações perante estas alteridades resultam, em grande parte, de mensagens mediáticas constituídas, em muitos dos casos, com um silenciamento da voz do outro.

O seu poder de condicionamento do nosso comportamento e do nosso imaginário é enorme. Hoje, são os media que concretizam e moldam, em grande medida, a nossa percepção e a nossa aceitação ou rejeição da multiculturalidade e da interculturalidade. A sua influência é decisiva, como mostra a história dos tempos

²⁸ Relatório de Migração Global 2020 - OIM (2019): Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031> (Acedido em 20 de fevereiro de 2020)

mais recentes, em termos de hospitalidade ou hostilidade em relação a estranhos culturais, sejam eles minorias étnicas, imigrantes, forasteiros ou refugiados. (Barbosa, 2012: 232)

Embora não seja diretamente responsável pelas nossas atitudes, os *media* são, antes, motivadores de imagens e modelos mentais que predisõem nosso comportamento. Esta mesma linha segue Van Dijk (1997), para quem “a influência do discurso mediático consiste antes de mais no controlo dos modelos dos usuários mediáticos” (Van Dijk, 1997: 232). Estes modelos nada mais são do que as representações sociais que moldam as interpretações e incidem sobre as nossas ações e comportamentos. Somos levados a deduzir e concluir, em todas as esferas sociais, sobre este outro à luz dos discursos mediáticos. Neste sentido, González Cortés (*in* Barbosa, 2012), entende que mesmo sem a existência de contato direto com migrantes e refugiados, somos levados a opinar sobre características, diferenças culturais, costumes, entre outros aspetos. Para Barbosa (2012), há sempre um propósito no comando da produção das representações por meios mediáticos que pode “ir em sentido contrário à promoção da tolerância, do respeito mútuo, do diálogo, do reconhecimento e do entendimento” (Barbosa, 2012: 235). Para Foucault (2008), o poder se configura nestas pequenas e múltiplas relações sociais. As narrativas sobre o outro são constituídas, produzidas e disseminadas dentro de um conjunto preconcebido de discursos e relações de poder.

Silveirinha e Cristo (2004) constataam que diversos são estudos no campo da comunicação que têm refletido acerca das ligações entre modalidades migratórias e o despoletar de processos de racismo e xenofobia, reforçados e refletidos frequentemente pelo discurso enraizado nas estruturas e pressuposições da linguagem. As autoras reforçam que estas relações não são, propriamente, homogêneas, uma vez que a atuação dos media está relacionada não apenas a uma “orientação estratégica (captação de audiências, escrita rotinizada com fins profissionais, etc.), mas também da sua constituição como agentes do espaço público, isto é, meios de reprodução simbólica da comunicação” (Silveirinha e Cristo, 2014: 120)

Princípios base como o da objetividade, imparcialidade, exatidão e efetividade (Hohlfeldt, 2001) afirmam-se, assim, como sustentáculos de uma transparência na qual o jornalismo, como campo discursivo, se mascara diante da sociedade de maneira hesitante. Muniz Sodré (2009) alerta para o facto de que “a busca de uma transparência discursiva ou

ideológica, mas apoiada nas opacidades de seu próprio mito, é a ambivalência constitutiva do jornalismo” (Muniz Sodré, 2009: 13).

Entende-se que a comunicação e o discurso atuam no processo de construção e reprodução do nosso cotidiano, “criando uma rede de significados e sentidos” (Marchiori, 2009: 10). Assim, podemos compreender que o jornalismo atua essencialmente na construção da realidade, e na produção e veiculação de sentido. O facto noticioso não é, portanto, o acontecimento em si mesmo, mas resultante de um recorte. Neste sentido, Ribeiro (2000) entende que:

Não existe fato histórico 'bruto'. Ele é sempre produto de algum tipo de elaboração teórica que o promove à categoria de histórico. Pressupõe um sistema de referência e uma teoria, no quadro dos quais operam-se a seleção e a valorização dos acontecimentos e processos (Ribeiro, 2000: 26).

Assim, o processo discursivo dos *media*, o vocabulário adotado, a utilização de figuras de estilo, a intertextualidade, o dito e não dito (Orlandi, 2005) constroem a representação das minorias, e no caso específico deste estudo: os refugiados.

A seguir, buscaremos compreender como estas relações de poder no campo da comunicação refletem na representação do ‘outro’ enquanto refugiado, é necessário levantarmos algumas questões. Primeiramente, o que mudou, então, para reajustarmos a nossa maneira de ver e estar no mundo? Como nos posicionamos quando as nossas experiências passam a ser dirigidas não por nosso contato primário, mas por meio do caráter testemunhal que é alargado em sentido e significado pelos dispositivos mediáticos, como cobertura jornalística, cinema, séries, documentários, e as redes sociais? E, substancialmente, quais os reflexos que estes novos hábitos de consumo narrativo têm em nossa forma de compreender o Eu e o Outro?

O aspeto da condição humana é o que torna universal os indivíduos. Nossa identidade enquanto sujeitos é intrínseca à ideia do pertencimento a uma cultura, uma etnia, raça ou língua (Hall, 2006). Somos, assim, tornados iguais em um mundo plural. Entretanto, este fenómeno não se manifesta de forma plena. Stuart Hall (2006) argumenta, em uma perspectiva produzida a partir dos estudos da psicanálise, que a construção do indivíduo, o “Eu”, depende do que é enxergado no “Outro”. E é esta busca pelo reconhecimento de si mesmo, a partir do olhar ao que é diferente, que contribui para a existência de identidades particulares. É desta

ação subjetiva que surge a relação entre o “Eu” e o “Outro”, condição essencial para a alteridade.

De acordo com Woodward (2000), a identidade é representada a partir do processo de diferenciação e não somente pela semelhança. É a diferença que se coloca como elemento constitutivo de uma identidade. No mesmo caminho, Hall (2003) entende que “estamos constantemente em negociação, não com um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros, mas com uma série de posições diferentes” (Hall, 2003: 328).

Esta relação entre ‘Nós’, grupo sociocultural ao qual se pertence, e os ‘Outros’, todos aqueles que não são integrados neste grupo, está assente nos conceitos de universalismo e humanismo. Segundo Tzvetan Todorov (1993), a perspectiva universalista, sob a figura do etnocentrismo, tende a erguer como “valores universais os valores próprios à sociedade a que se pertence” (1993, *in* em Ferin Cunha, 1997: 457).

Todorov (1993), compreende a empatia e o diálogo como aspetos fulcrais para a representação. Segundo o autor, “é falando ao outro (não lhe dando ordens, mas dialogando com ele), e somente então, que reconheço nele uma qualidade de sujeito, comparável ao que eu mesmo sou” (Todorov, 1993: 128).

3.3.2 A representação dos refugiados nos discursos mediáticos

Diante disso, diversos estudos já buscaram compreender como migrantes - em especial os refugiados - são representados nos *media* (Malkki, 1996; Baker, 2006; van Dijk, 2016; Silveirinha e Cristo, 2004; Carapeto, 2017; entre outros). O estudo realizado por Carapeto (2017), em particular, é preponderante do ponto de vista antropológico e etnográfico. A autora buscou refletir sobre a forma como as imagens, designadamente no contexto do fotojornalismo, criam e ressignificam as representações sobre migrantes e refugiados. Os resultados mostram, “na sua grande generalidade, os refugiados como sujeitos passivos, abandonados e em espera”. (Carapeto, 2017: 63). A autora considera, ainda, que os refugiados não são representados em suas individualidades. Mesmo caminho é percorrido por Baker (2006), que analisou as matérias de jornais britânicos no início do século XXI, evidenciando algumas práticas discursivas na representação dos refugiados. Os resultados dos estudos do autor mostram os refugiados associados a quantificadores, em termos

estatísticos com a utilização de expressões que supriam as individualidades de cada refugiado. Além disso, Baker (2006) também percebeu a utilização de metáforas líquidas que conferem aos refugiados uma força desumanizada. Neste sentido, Malkki (1996) constata a tendência de representação do refugiado como um “mar de humanidade” (1996, *in* em Carapeto, 2017: 14). A análise de Silveirinha e Cristo (2004), ampliada para um contexto que envolve a representação do imigrante verifica, também, o outro - migrante - “investido de um papel passivo, totalmente dependente da ação das instituições” (Silveirinha e Cristo, 2004: 135).

A partir destas análises podemos, então, começar a tecer algumas linhas que nos permitem refletir e encontrar caminhos para a construção de narrativas jornalísticas que estejam alinhadas aos princípios de representação do Outro. Para tanto, o próximo subcapítulo fornece algumas bases alternativas, a partir do resgate bibliográfico, para a construção de textos jornalísticos fundados em noções de alteridade que vimos anteriormente.

3.3.3 Construindo uma narrativa jornalística de alteridade

Neste subcapítulo iremos abordar, mais diretamente, uma das questões transversais para esta pesquisa. A partir das noções descritas da resignificação da prática do jornalismo no contexto do fenómeno dos novos *media* e das transformações culturais, sociais e até mesmo económicas que dela decorrem, é possível construir uma narrativa jornalística baseada nos preceitos da alteridade?

Em síntese, e considerando os desafios e oportunidades deste processo de convergência, é possível examinar a aplicabilidade da narrativa de alteridade no jornalismo digital a partir de algumas funcionalidades determinantes: 1) o estabelecimento de laços entre o sujeito-leitor (Eu) e o personagem-fonte (Outro) através de uma narrativa que privilegie as individualidades e onde é possível identificar as características humanas e socioculturais do Outro; 2) o envolvimento do sujeito-leitor através das ferramentas de interação e participação. 3) a possibilidade de agregar a ferramenta da multimedialidade na narrativa do texto noticioso como forma de criar pontes de empatia com o sujeito-leitor. Poder-se-á, assim, destas e outras práticas, revitalizar a prática do jornalismo para uma melhor adequação

ao ambiente digital em detrimento às práticas instrumentalizadas que conduzem a um processo de construção da informação engessada e que, neste contexto, poderá incorrer em textos noticiosos pré-fabricados. Ferreira (2018) destaca, neste sentido, a necessidade de uma “atitude cautelosa que não misture as possibilidades tecnológicas com as realidades sociais” (Ferreira, 2018: 165).

Face a este aspeto, consideremos que o texto jornalístico, enquanto ferramenta construtora da realidade, constitui uma série de significados culturais e sociais que, ao mesmo tempo que revelam aquilo que já é conhecido, promovem sempre uma nova perspectiva sobre aquilo que narram (Traquina, 2005). Portanto, a produção jornalística, ao fazer parte do processo de partilha de vivências e experiências pessoais, assume um papel relevante na construção de conhecimento sobre o mundo. De maneira geral, a representação é um processo de recriação da realidade, ou, em melhores palavras, como ressalta Cremilda Medina (1988), é uma extensão deliberada e estruturada do imediato:

Relatar acontecimentos, fazer uma narrativa, é uma vivência universal (...). O fragmento de tempo posterior que a narrativa representa é a passagem fundamental para uma realidade substantiva, um esforço de prolongamento do instante anterior, de certa forma sempre intencional e articulada (Medina, 1988: 115).

Esta noção de Medina, cunhada há mais três décadas, se faz apropriada para os dias atuais com advenços tecnológicos que aproximaram espaço e temporalmente o acontecimento, a narração e a difusão. Em meio a urgência e ao imediatismo, é preciso compreender os processos de representação como uma atividade dotada de sentido e elaborada, como enfatiza a autora, que requer um olhar singular, criativo, sensível e empático.

Cabe observar, em perspectiva histórica, que a gradual instrumentalização da narrativa jornalística a partir de uma sistemática aplicação de princípios como o da objetividade, imparcialidade e neutralidade, têm guiado os relatos de informação e transformado a visão do jornalista para aquilo que é observado e representado (Sodré, 2009). Este modelo prioriza a forma em detrimento ao conteúdo, e acaba suprimindo princípios essenciais para a representação do Outro, como a alteridade. Neste sentido, Traquina (2005: 22) acredita que o jornalismo é “demasiadas vezes reduzido ao domínio técnico de uma linguagem e seus formatos, e os jornalistas reduzidos a meros empregados de uma fábrica de notícias”.

Embora, *à priori*, esta seja uma tendência presente em textos noticiosos, também se faz presente em narrativas que deveriam articular de maneira mais sensível o olhar pelo Outro, como documentários ou grandes reportagens.

Esta crítica à instrumentalização também é feita por Walter Benjamin (1996), que já percebia, nas primeiras décadas do século passado, o declínio do que considerava a ‘verdadeira narrativa’, baseada na experiência e na sabedoria do narrador, por conta da crescente difusão da informação. Para ele “os factos já nos chegam acompanhados de explicações [...] quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação” (Benjamin, 1996: 203).

Neste caminho, Brum (2006) salienta que o testemunho só é refletido de forma apropriada quando existe uma atuação perceptiva e sensível do exercício do jornalismo. A autora afirma que “quem consegue olhar para a própria vida com generosidade torna-se capaz de alcançar a vida do outro”. Para Brum, é necessário olhar para um conjunto completo de realidade e enxergar aquilo que não costuma ser visto, passando, assim, por se recusar a “enxergar apenas o que está programado, o que está na superfície” (Brum, 2006: 188-189).

Ora, todos estes aspetos salientados são inerentes a prática do jornalismo. Informar com verdade é condição essencial para a boa qualidade da informação. Entretanto, o conflito causado pela convergência mediática tem sido um dos grandes desafios neste processo de ruptura entre o tradicional e o novo. Uma das críticas direcionadas aos novos *media* reside, justamente, na confiabilidade e imprecisão do conteúdo disponível na Internet por força do imediatismo do ambiente digital. Uma das bases para a construção do texto jornalístico - os valores-notícia, tem sido redefinidos neste nova esfera pública, o ambiente digital. Para Silva (2014), os valores-notícia são, de facto, um código ideológico capaz de sofrer mutações e evoluções ao longo do tempo. Para Traquina (2008), os valores-notícia podem ser divididos entre os de seleção e os de construção, este último diz respeito ao que se deve ser realçado, omitido ou considerado primordial para o facto noticioso. Neste aspeto, e dada à corrida pela atualidade, não tem se encontrado espaço para que sejam contadas as histórias que captam a individualidade, neste caso dos refugiados, exceto quando são abordados a partir da construção da narrativa por meio de reportagens.

Posto isto, este capítulo se dedicou a direcionar o olhar para a relação entre o “Eu” e o “Outro”, condição fundamental para o fenómeno da alteridade. Partiu-se do princípio que é papel central do jornalismo evidenciar estas relações intersubjetivas e, enquanto atividade

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

baseada em um compromisso ético do ideário de verdade e valorização dos direitos humanos, fornecer a realidade ao interpretar e representar adequadamente os sujeitos de sua narrativa, proporcionando a construção de pontes de empatia que aproximam o sujeito-leitor e o personagem-fonte. Além disso, optou-se por criar uma relação com as possibilidades expressivas do webjornalismo neste enquadramento teórico a fim de facilitar o desenvolvimento da análise empírica que decorrerá nos capítulos a seguir.

CAPÍTULO IV - ESTUDO EMPÍRICO

Nos capítulos anteriores debruçamo-nos em um conjunto substancial de referenciais teóricos e analíticos que atravessam os campos das ciências da comunicação, da linguagem, e dos estudos sobre representação do Outro. Para além de concatenar os instrumentos necessários para a execução da pesquisa proposta - a identificação dos padrões discursivos nos textos noticiosos sobre a situação dos refugiados - o caminho traçado até aqui nos permite tecer algumas notas sobre as estratégias de representação da alteridade nas narrativas jornalísticas através de modelos mais eficientes, neste contexto, do fazer jornalístico amparados nas numerosas potencialidades do ambiente digital.

De todo modo, salienta-se que este trabalho não tem por pretensão concluir a complexa discussão sobre alteridade e jornalismo, no que se propõe a ser apenas uma das vias possíveis para abordagem.

O primeiro passo é compreender que o texto jornalístico é uma expressiva ferramenta dentro da esfera de compartilhamento de experiências, dos sistemas de representação e construção identitária. Por isso, torna-se fundamental examinar o trabalho de construção discursiva nos textos noticiosos - em suas configurações e escolhas de linguagem - para identificar como determinados padrões de discurso surgem, por qual razão eles permeiam as práticas jornalísticas e quais as estratégias devem ser adotadas para evitar que tais discursos se perpetuem na prática jornalística. Para tanto, temos como ponto de partida os seguintes hipóteses:

- a) os refugiados, no contexto de crise humanitária na Síria, raramente são personagens centrais dos textos noticiosos;
- b) os refugiados, no contexto de crise humanitária na Síria, têm suas individualidades reduzidas a uma representação de massa desumanizada, sem rosto;
- c) quando personagens, as suas identidades e características singulares que formam as personalidades não são devidamente abordadas e exploradas;

Estas hipóteses nos permitem levantar a seguinte questão: “Como são representados os refugiados, no contexto da crise humanitária síria, nos textos noticiosos das plataformas digitais de dois dos principais jornais portugueses e brasileiros?”

Com base nos resultados obtidos através da pesquisa de *corpus*, iremos analisar os aspetos mais determinantes na construção discursiva dos textos noticiosos levando em conta as seguintes considerações:

- o gradual modelo de instrumentalização da narrativa jornalística foi preponderante para a transformação da visão do profissional, priorizando a forma em detrimento ao conteúdo e suprimindo princípios essenciais para a representação do outro;
- apesar do ambiente digital ter proporcionado uma maior proximidade narrador-personagem, e as novas ferramentas comunicacionais permitirem articular maneiras mais sensíveis de construir a narrativa do texto noticioso, os grandes meios de comunicação ainda não souberam aproveitar as potencialidades do meio;

4.1 METODOLOGIAS ADOTADAS

Por este estudo amalgamar referenciais teóricos de variados campos científicos, como a linguagem e a comunicação, a metodologia adotada para esta pesquisa não poderia ser diferente senão uma estrutura combinada pelas ferramentas: da Análise de Conteúdo (AC); da Análise Crítica do Discurso (ACD); e da Linguística de *Corpus* (LC). Assim, é possível explorar o objeto a partir da organização estrutural da linguagem e elementos gramaticais para identificação de conceitos-chave e vocabulários utilizados em um texto, permitindo compreender como se dá a construção das representações identitárias e em qual contexto social se insere a partir dos textos noticiosos, e a descobrir os padrões de linguagem de modo a extrair um sentido na construção de discursos.

Salienta-se que o enfoque desta proposta não está no desenvolvimento extensivo de um quadro analítico para o discurso mediático, uma vez que exigiria uma pesquisa ainda mais ampla para identificar as controvérsias e silêncios do padrão discursivo. De todo modo, examinar criticamente a composição de um texto jornalístico e desvendar as particularidades do padrão discursivo torna-se, assim, relevante neste contexto.

Para isso, é fundamental a perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), uma linha de investigação sobre o discurso mediático proposta por autores como Lilie Chouliaraki e

Norman Fairclough (1999), e Teun A. Van Dijk (2017). Para os autores, a concepção da vida em sociedade é constituída por práticas sociais, nas quais estão inseridos os discursos. Cada evento discursivo está interligado à sociedade ao estabelecer uma relação de construção e constituição com os fenómenos sociais. Chouliaraki & Fairclough (1999) argumentam, neste sentido, que a ACD se inicia a partir da perceção de um problema relacionado ao discurso em alguma parte da vida em sociedade. E, enquanto perspectiva transdisciplinar alicerçada em fundamentos da linguagem, busca a compreensão e intervenção na realidade social ao pormenorizar nas práticas discursivas os padrões não condizentes com um espaço público democrático. Van Dijk (2017) é categórico ao dizer que a ACD é “por assim dizer, a análise de discurso ‘com uma atitude’”. Centra-se em problemas sociais, e especialmente no papel do discurso na produção e reprodução do abuso de poder ou da dominação. (Van Dijk, 2017: 36)

Assim, a Análise Crítica do Discurso irá fornecer ferramentas conceituais fundamentais para a análise dos padrões discursivos, uma vez que é uma perspectiva que declaradamente assume uma preocupação social, apoiando a luta contra a desigualdade e a divulgação dos resultados de pesquisa como alerta das práticas de abuso dos poderes dominantes (Van Dijk, 2017). A ideia desta perspectiva linguística não passa, portanto, por estudar puramente o conteúdo das mensagens dos meios de comunicação e o impacto junto à sociedade, tampouco assumir-se como um instrumento de controle da atividade dos médias, mas efetivamente explorar as formas de manifestação dos discursos mediáticos e o seu papel na construção de sentidos, contribuindo para um processo contínuo de aprendizado, construção e reelaboração dos discursos.

No que tange à Linguística de *Corpus*, este estudo está assentado nas pesquisas realizadas pelo professor de linguística Paul Baker (2006), que investigou os padrões discursivos sobre refugiados no jornalismo britânico, utilizando-se de um banco de dados digital - o *Newsbank* - que reúne artigos de jornais impressos como *The Guardian*, *Daily Mail*, e *Daily Mirror*, entre outros. Para o seu estudo, o autor observou apenas os artigos publicados no ano de 2003, e que continham o termo ‘*refugee*’ - e ou, no seu plural, ‘*refugees*’. O *corpus*, assim denominado no campo da linguística o conjunto de textos reunidos, de áreas variadas ou específicas, com aplicação para fins analíticos, constituiu-se de 76205 palavras, sendo 140 as ocorrências das palavras ‘*refugee*’ ou ‘*refugees*’.

McEnery e Wilson (1996, *in* Baker, 2006: 1) definem a linguística de *corpus* como o “estudo da língua baseado em exemplos de seu próprio uso na vida real”²⁹. Assim, trata-se de um ramo de estudo que realiza uma abordagem que permite descobrir padrões linguísticos por meio de processos computacionais e da manipulação de dados, de acordo com critérios específicos estabelecidos previamente. Diferencia-se, portanto, de uma abordagem puramente qualitativa, uma vez que os padrões discursivos despontam probabilisticamente. Para Bidermann (2001: 79) trata-se de uma “coletânea de textos selecionados segundo critérios linguísticos, codificados de modo padronizado e homogêneo. Essa coletânea pode ser tratada mediante processos informáticos”. Assim, esses processos podem ser utilizados “de modo a descobrir padrões linguísticos que nos permitam tirar um sentido da forma com que a língua é usada na construção de discursos (ou formas de construir a realidade)”³⁰ (Baker, 2006: 1).

Assim sendo, e havendo um menor controle do pesquisador sobre a escolha do objeto de sua análise, uma vez que as evidências do discurso são destacadas de modo aleatório e com base estatística, há também um reduzido ruído de interferência. Passa-se, então, a uma análise assente na probabilidade em detrimento da possibilidade.

Em efeito, a pesquisa de Baker (2006) revela alguns padrões discursivos: as palavras ‘*refugee*’ e ‘*refugees*’ frequentemente têm uma dimensão de mensuração, sejam em valores quantificáveis estatisticamente, ou termos como “*more and more*”, “*swelling the number of*”, “*a mob*”, “*up to 100*”, “*roads heave with refugees*” ou “*packed with refugees*”. Os resultados evidenciam, ainda, um padrão discursivo na aproximação de refugiados aos termos que indicam movimento, com expressões como, por exemplo, “*delivered*”, “*fleeing*”, “*have fled*”, “*in transit*”, “*return*”, “*smuggled*”, “*streaming home*” ou “*transported*”. Destaca-se também o uso recorrente de metáforas líquidas³¹, como “*flood of refugees*” ou “*overflowing refugee camps*”.

Este tratamento dos refugiados como mero objeto estatístico ou como uma força natural catastrófica, observado neste estudo de Baker em artigos do início da década passada, ainda

²⁹ Tradução própria, no original: “large bodies of naturally occurring language data stored on computers” (Baker, 2006: 1).

³⁰ Tradução própria, no original: “in order to uncover linguistic patterns which can enable us to make sense of the ways that language is used in the construction of discourses (or ways of constructing reality)” (Baker, 2006: 1).

³¹ Não confundir, aqui, com as metáforas líquidas que o sociólogo Zygmunt Bauman (1925-2017) utiliza em seus ensaios para caracterizar o mundo contemporâneo.

ecoa nos tempos atuais. O jornalista Andre Naddeo³², que realizou um trabalho de jornalismo voluntário³³ no campo de refugiados de Pireus, na Grécia, revelou a dificuldade de se introduzir como jornalista perante aqueles que aguardam a sua sorte em moradias improvisadas fora de seus países natais. Segundo Naddeo, os refugiados resistem em dar entrevistas por serem vistos pelos grandes *medias* como uma força desumanizada e sem rosto, sendo tratados apenas como estatística.

Neste sentido, terminaremos este estudo conduzindo uma abordagem quantitativa e qualitativa, através da perspectiva da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2006), para mensurar o aproveitamento das possibilidades expressivas do webjornalismo (Canavilhas, 2003), conforme mencionadas nos capítulos anteriores, a saber: hipertextualidade; multimidialidade; interatividade; memória; será identificado também o tipo de estrutura narrativa (pirâmide invertida ou deitada); além de examinarmos a existência de uma narrativa construída sob a ótica da alteridade. Para este importante aspeto, levaremos em conta:

- a) nível narrativo: heterodiegético, homodiegético ou autodiegético
- b) o tipo de discurso: direto, indireto ou quando os dois tipos são utilizados
- c) os sujeitos-personagens: principais ou contextuais.
- d) percepção do outro
 - d.I) disponibilização de perfis dos personagens-fontes
 - d.II) utilização de termos ou expressões que caracterizam o outro
 - d.III) visibilidade (reconhecido em sua particularidade ou generalizado)

4.1.1 Construção de *corpus* especializados e delimitações temporais

Para este estudo, objetiva-se resgatar, atualizar, e contextualizar o estudo de Baker (2006). Assim, foram criados dois *corpus* a partir das versões digitais dos jornais *Público* e *Folha de São Paulo*, ambos em língua portuguesa. Em um primeiro momento, e valendo-se dos termos de busca ‘migrante(s)’, ‘emigrante(s)’, ‘imigrante(s)’, ‘refugiado(s)’ e ‘apátrida(s)’ recolhemos os títulos de todas as notícias que apresentavam os termos entre os

³² jornalista brasileiro especializado na criação de conteúdo para os novos média, que atua na cobertura jornalística de temas ligados à inclusão social.

³³ o termo jornalismo voluntário é utilizado pelo próprio jornalista em seu relato de experiência no campo de refugiados na Grécia (UOL/Tab), acedido em 30 de setembro de 2019 em: <https://tab.uol.com.br/amigos-refugiados/>

dias 1/01/2011 e 31/12/2016 e compilamos em um *corpus* (denominado *corpus A*). A opção por um *corpus* específico dos títulos das notícias se dá, primeiramente, pela preservação do tópico de abordagem ‘pessoas em movimento’, sem quaisquer interferências. De salientar que, para efeitos praticados, a expressão ‘pessoas em movimento’ poderá ser utilizada no decorrer deste estudo quando houver a necessidade de identificar o conjunto dos grupos migratórios acima mencionados. Conforme já explicitado nos capítulos anteriores, entende-se que existem diferenças substanciais entre as variadas modalidades migratórias (Portes, 1999; Baeninger, 2013) e não podemos reduzir as condições específicas dos refugiados a um termo genérico. Cabe salientar que, embora todo refugiado seja, em essência, um migrante, nem todo migrante é um refugiado. Contudo, o termo ‘pessoas em movimento’ é, na ausência de um termo que compreenda na totalidade as nuances do fenómeno migratório, aceitável e frequentemente utilizado pelo ACNUR³⁴

Depois, entende-se que a dinâmica dos novos *media* alterou a forma de ver e consumir informação. Ao contrário do jornalismo impresso, onde todo conteúdo informativo está disposto de forma linear, no jornalismo digital o acesso se dá por múltiplas camadas, em uma lógica não-linear, mais seletiva e personalizada. Assim, a leitura dos títulos assume-se como uma peça determinante no processo de escolha, sendo o primeiro - e por vezes único - contato ao conteúdo noticioso.

É oportuno observar que, para além de resumir o conteúdo, o título pode também indicar aquilo que é considerado mais importante na perspectiva editorial. Para Van Dijk (1999) o título, dada a sua posição estratégica e a sua visibilidade, tem a capacidade de fornecer ao leitor a oportunidade de formular um esquema mental, sendo - junto ao lead - os elementos do texto noticioso que permitirão visualizar o que o autor refere como macroestrutura do texto. Por outro lado, esta capacidade de sintetizar o conteúdo poderá levar aos perigosos caminhos da generalização e implicar em uma ressignificação do conteúdo principal. Ou seja, enquanto instrumento de uma macroestrutura, o título poderá conduzir o leitor a uma compreensão superficial da notícia ao organizar estruturas mentais que facilitarão o entendimento do conteúdo principal, mas a depender do ângulo privilegiado pelo editorial o título poderá não sumarizar efetivamente o conteúdo do texto principal.

³⁴ “ACNUR e UNICEF lançam “Pontos Azuis” para acolher pessoas em movimento na Europa” Disponível em: <https://unric.org/pt/acnur-e-unicef-lancam-pontos-azuis-para-acolher-pessoas-em-movimento-na-europa/>

Entretanto, no caso dos jornais *Público* e *Folha de São Paulo*, aqui analisados, verificamos que os títulos selecionados para esta pesquisa apresentavam - de modo geral - consonância com o conteúdo do texto.

Relativamente ao segundo *corpus* criado para este estudo, houve a necessidade de obter uma análise mais aprofundada da narrativa no âmbito das pessoas em movimento visto que no período determinado - setembro de 2015 - se verificou um crescimento substancial do número de artigos dedicados às pessoas em condição de refúgio, conforme veremos mais à frente. Portanto, o *corpus B*, assim denominado, refere-se aos textos completos dos artigos cujos os títulos selecionados anteriormente contém o termo 'refugiado', incluindo o seu plural e suas flexões de género, e que correspondem ao período entre 01/09/2015 e 30/09/2015, de maior acentuação dos deslocamentos de refugiados no contexto da crise humanitária na Síria.

Os dois *corpora* abarcam, assim, artigos efetivamente relacionados ao contexto dos movimentos migratórios. No caso do *corpus B*, é centrado sobretudo nos episódios referentes aos deslocamentos de refugiados no contexto da crise humanitária na Síria, com origem no Médio Oriente, através das rotas pelo Mediterrâneo, e tendo como destino a Europa. Como tivemos a oportunidade de contextualizar nos capítulos iniciais deste trabalho, estes episódios são consequência direta dos conflitos civis na Síria - surgidos no âmbito da Primavera Árabe - e no contexto de profunda crise política, económica e humanitária vivida no Médio Oriente. Assim, e para corroborar eficazmente na compreensão e contextualização dos dois *corpora*, foi utilizada como base a linha temporal³⁵ desenvolvida pelo *Migration Policy Centre*, que reúne os principais eventos relacionados à guerra civil na Síria.

Em síntese:

- *Corpus A*, composto apenas pelos textos obtidos através dos títulos de 2005 artigos relativos ao período compreendido entre 2011 e 2016, destacados pelos mecanismos de buscas dos dois *sites* através da pesquisa pelos termos 'emigrante(s)', 'imigrante(s)', 'migrante(s)', 'refugiado(s)' e 'apátrida(s)', incluindo suas respetivas flexões de género. No caso dos termos emigrante(s), migrante(s) e apátrida(s) foram considerados também artigos que apresentavam os termos no corpo do texto, e não

³⁵ acedido em 14 de junho de 2019 em: <http://syrianrefugees.eu/timeline>

apenas no título, dado ao número reduzido de artigos em determinados períodos de pesquisa.

- *Corpus B*, composto pelos textos completos de 197 artigos relativos ao mês de setembro de 2015, compilados com base nos títulos selecionados para o *corpus A*, e que contém apenas o termo ‘refugiado(s)’ incluindo flexão de gênero. Considerar-se-á, portanto, este *corpus* como principal e fundamental para esta investigação

4.1.2 Critérios para recolha de dados

A opção, neste estudo, por um jornal português e um brasileiro sustenta-se no entendimento de que é necessário um olhar global para a questão das pessoas em movimento. Ainda que o agravamento da crise humanitária a partir do ano de 2015 esteja associada também à incapacidade dos países do continente Europeu de encontrar soluções para o acolhimento e integração dos refugiados, este não é um problema exclusivo das sociedades europeias, uma vez que situações semelhantes ocorrem um pouco por todo o mundo. Os casos mais recentes envolvendo movimentos migratórios na América Central, com milhares de pessoas marchando em direção à fronteira do México com os Estados Unidos, ou da questão dos venezuelanos que cruzam as fronteiras vizinhas à procura de melhores condições de vida ilustram a realidade.

Segundo dados da Comissão Europeia³⁶, Portugal acolheu 1674 refugiados ao abrigo do programa de reinstalação, entre o final de 2015 e o início de 2018. Ainda assim, segundo a Amnistia Internacional, o país tenha deixado mais de 1.400 vagas por preencher no âmbito do Mecanismo de Recolocação de Urgência de refugiados no quadro europeu. No mesmo período concedeu o reconhecimento do *status* de refugiado para 1.432 pessoas³⁷. Em ambos os casos os números são considerados irrisórios se considerarmos a totalidade das pessoas que estão em busca de refúgio, seja em continente europeu ou americano.

Em um mundo globalizado, em constante troca de experiências, a percepção do outro se torna fundamental para construção de uma sociedade assente nos valores essenciais dos direitos humanos. Assim, o que é dito pelos meios de comunicação pode ser interpretado

³⁶ Disponível em: <https://www.refugiados.pt/refugiadosemp Portugal/>

³⁷ Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf

pelos leitores antes que os mesmos tenham contato com as realidades descritas. Em outras palavras, a informação e a representação precedem à própria mobilidade do outro. Neste sentido, Appadurai (2004) traz o conceito de mediapaisagens, onde a informação é produzida e disseminada em “vastos e complexos repertórios de imagens, narrativas e etnopaisagens” (Appadurai, 2004: 54). Além disso, a escolha dos dois referidos jornais se deve à relevância que possuem em caráter nacional e à referência no tratamento dos noticiários internacionais.

Os títulos e os artigos extraídos de ambas as publicações foram selecionados a partir de uma busca nos campos de pesquisa dos respectivos jornais, baseados em uma análise temática conduzida a partir dos termos outrora mencionados. Tem-se, então, um *corpus* especializado a partir de textos de uma linguagem específica - a jornalística -, de meios de comunicação singulares, por períodos temporais previamente determinados e com uma abordagem temática distinta. De modo a contextualizar os objetos de estudos lançaremos uma breve contextualização históricos dos periódicos:

- *Público:*

O diário português, fundado em 1989, teve a sua primeira edição lançada em 5 de março de 1990 e desde então se tornou uma publicação de referência em Portugal, com uma linha editorial que, conforme seu estatuto, passa pelo rigor, qualidade, independência, isenção e pluralismo. Destaca-se a capacidade de produzir conteúdos diversificados e que abrangem várias áreas de atividade e de interesse público, utilizando-se de peças de investigação e explorando as potencialidades das plataformas digitais e das ferramentas multimédia. Registou o seu website em maio de 1995, mas foi somente a partir de 2005, com uma reestruturação de sua versão online, é que a publicação se tornou efetivamente digital, modificando o modelo de negócio e rentabilizando os seus conteúdos através de assinaturas digitais e conteúdos exclusivos. Atualmente, encontra-se entre os jornais com mais leitores³⁸ online em Portugal

- *Folha de São Paulo:*

Fundada em 1921, sob o nome *Folha da Noite*, o diário com sede na cidade de São Paulo, Brasil, destaca-se desde o início de suas atividades pelo enfoque noticioso, com agilidade e

³⁸ Segundo relatório do grupo Marktest, que mensura as audiências em Portugal. Acedido em 7 de setembro de 2019 em: <https://www.marktest.com/wap/clip.aspx?id=f294>

proximidade com os assuntos que afetam diretamente na vida dos cidadãos, sobretudo dos trabalhadores urbanos. Teve edições matutinas a partir de 1925, com a criação da *Folha da Manhã*, e em 1949, com a *Folha da Tarde*. Em 1960 as três edições se fundiram e o diário passou a assumir o nome atual, *Folha de São Paulo*. Em 1986 a *Folha* - como é popularmente conhecida - se tornou no jornal com maior circulação em todo o Brasil, liderança que mantém desde então. Em julho de 1995 chegou à internet com a *FolhaWeb*. Ao longo dos anos o jornal reestruturou sua presença no ambiente digital e, atualmente, se encontra na vanguarda do jornalismo digital. Além dos graduais aumentos no acesso ao seu *site*, que conta com conteúdos exclusivos para assinantes, a *Folha* tem aumentado a sua presença nas plataformas digitais e apostado na interatividade das redes sociais, com particular atenção para a utilização do *Twitter* como forma de aproximação com os cidadãos, através de uma linguagem simplificada e adaptada para o meio.

4.2 RECOLHA E ANÁLISE DOS DADOS

Determinada a linha metodológica, os títulos e textos foram selecionados manualmente. Interessante é notar que Sardinha (2009) segmentou o *corpus* em cinco diferentes níveis em que *corpus* que contém entre 1 milhão e 10 milhões de palavras, classificados com médio grande, são representativos em um universo de estudos gramaticais. Como este estudo se delimita a uma análise específica, afunilada pelas regras metodológicas explicitadas anteriormente, podemos encaixá-lo no que o autor classifica como um *corpus* pequeno, abarcando menos de 80 mil palavras. Baker (2006: 28) sustenta este direcionamento afirmando que é possível conduzir pesquisas baseadas em *corpus* reduzidos, considerando que o essencial de uma “construção discursiva de um determinado assunto seja, talvez, nem tanto o tamanho do *corpus*, mas quão frequentemente nós esperaríamos encontrar nele o assunto mencionado”.

Coletados os dados necessários para a construção dos dois corpora, o passo seguinte foi carregá-los em uma ferramenta capaz de realizar a análise dos textos e verificar os padrões e características de maneira probabilística. Entre as opções disponíveis, optamos pelo *software*

*AntConc*³⁹ (versão 3.5.8) desenvolvido pelo Professor Doutor Laurence Anthony, da Universidade de Waseda, no Japão. Trata-se de um *software* gratuito, de livre acesso e que permite a manipulação de dados linguísticos coletados para este estudo.

Após carregados os textos, foram identificadas as palavras com ocorrência mais frequente do *corpus*, descartados artigos, pronomes e preposições. Para tanto, foram utilizados dois *corpus* de referência, em língua portuguesa, sobre assuntos variados, cedidos pela Linguatca⁴⁰: O *CETEMPúblico*, um *corpus* de aproximadamente 180 milhões de palavras em português europeu, baseado nos textos do jornal *Público*; e o *CETENFolha*, um *corpus* de aproximadamente 24 milhões de palavras em português brasileiro, com base nos textos do jornal *Folha de São Paulo*.

O *software* realizou, então, o cruzamento estatístico destacando assim as palavras-chaves de ambos os *corpora* criados para este estudo, de modo probabilístico, sem qualquer intervenção do pesquisador.

A partir disso, os termos já pré-determinados para este estudo, assim com seus respectivos singulares e flexões de gênero, foram analisados em linhas de concordância, de modo a verificar quais as palavras geralmente os acompanham nos dois *corpora*. Este processo permite identificar os padrões discursivos no uso da linguagem e compreender como se dá a representação do(s) indivíduo(s) neste contexto. Os resultados serão apresentados e analisados detalhadamente na sequência deste estudo, com recortes para cada período observado e eventuais leituras individuais para cada jornal.

³⁹ <http://www.laurenceanthony.net/software.html>

⁴⁰ um centro de recursos que se dedica ao processamento computacional da língua portuguesa. Acedido em 2 de julho de 2019 em: <https://www.linguatca.pt/>

4.3 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

De modo a facilitar e contextualizar as análises posteriores, cabe apresentar inicialmente as informações obtidas através da pesquisa manual, organizadas em tabelas, que mostram os números relativos aos títulos compilados, de ambos os jornais, entre os anos de 2011 e 2016.

Tabela 1. Número total de títulos coligidos entre 2011-2016 (*corpus A*)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
emigrante(s)*	35	34	41	34	59	51	254
imigrante(s)	67	67	89	89	67	60	439
migrante(s)*	30	18	24	37	87	72	268
refugiado(s)	46	30	50	43	408	306	883
apátrida(s)*	32	25	25	27	21	31	161
Total	210	174	229	230	642	520	2005

* Os números incluem os artigos nos quais os termos aparecem não apenas nos títulos, mas também no corpo do texto. Esta opção justifica-se pela quantidade reduzida de títulos que apresentavam os termos selecionados.

A opção por estabelecer dois *corpora* distintos permite-nos algumas observações fulcrais para a compreensão deste estudo. Desde já, e como pode ser verificado na Tabela 1, há uma tendência de crescimento no número de notícias dedicadas à situação das pessoas em movimento ao longo dos anos. Entre os anos de 2011 e 2014, em linhas gerais, registamos um número constante na publicação dos artigos, sendo que o ano de 2014 se distingue ligeiramente, com 230 artigos publicados. Este índice é suplantado a partir do ano de 2015, com a publicação de 642 artigos, seguido de um ligeiro declínio no ano seguinte, embora tenha sido mantida uma profusão de artigos publicados sobre o tema.

No que diz respeito aos termos pesquisados, até o final do ano de 2014 deparamos com apenas 169 artigos cujo os títulos continham o termo ‘refugiado(s)’. No ano seguinte, este número sobe para 408 e mantém elevado em 2016, com 306. Comparativamente, observamos

um aumento de 871% em 2015 em relação ao ano anterior. Caminho inverso percorreu o termo ‘imigrante’, que apresentou os maiores índices nos quatro primeiros anos e verificou uma quebra a partir do ano de 2015, uma vez que a palavra passa a ser substituída gradualmente pelas palavras ‘migrante(s)’ e ‘refugiado(s)’, sobretudo a partir da segunda metade do ano. Os termos ‘emigrante(s)’ e ‘apátrida(s)’ não apresentam grandes variações ao longo dos anos. Os valores apresentados pelo termo ‘apátrida(s)’ em análise exclusiva aos títulos mostrou que efetivamente a situação das pessoas que não têm a nacionalidade reconhecida por qualquer país ainda é carece de mais visibilidade. Para efeitos, o termo ‘apátrida(s)’ deixa de ser considerado para análise deste estudo, uma vez que os índices de publicação são reduzidos. Aos demais termos, procuramos observar, com auxílio do software AntConc, as respectivas colocações mais relevantes a acompanhar os termos selecionados e apresentamos na Tabela 2 das palavras com carga semântica mais frequentes para cada termo.

Tabela 2. Colocações mais frequentes a acompanhar os termos selecionados

Termo	Principais colocações
Emigrante(s)	portugueses; remessas; lesados; mais; governo; mil; voto; apoio; subiram; regresso; menos; jovens; solução; banco; país; novos; exploração; euros ; centenas; campanha;
Imigrante(s)	ilegais; mais; refugiados; contra; portugueses; mil; naufrágio; travar; polícia; mediterrâneo; mar; mortos; crise; morte; milhões; barco; integração; europeus; expulsão; violência
Migrante(s)	refugiados; mediterrâneo; mais; europa; mil; barco; resgatados; naufrágio; mortos; repatriamento; destino; crianças; centenas; violência; retirar; mobiliza; milhão, incendeiam; ilegais; desaparecidos
Refugiado(s)	sírios; mais; campo; europa; crise; mil; acolher; receber; migrantes; imigrantes; número; ajudar, maior; chegada; fluxo; milhão, fronteira, guerra; milhares; entrada;

A partir destes resultados é possível inferir que o termo ‘emigrante(s)’ é abordado nas publicações a partir de um contexto distinto dos restantes termos. Cabe ressaltar que as diferenças de significado de cada termo podem implicar em abordagens dissemelhantes. De acordo com o Glossário sobre Migração (2009), a palavra ‘emigrante’ está relacionada ao livre “abandono ou saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro”, estando

associada à uma busca voluntária por melhores condições de vida. Neste sentido, a Tabela 2 evidencia uma construção discursiva positiva aos emigrante(s), sendo um grupo frequentemente associado às contribuições financeiras ao país – “Remessas de emigrantes atingem valor mais alto da última década” (*Público*, 12.08.2013), com livre trânsito e laços afetivos sempre próximos, – “Emigrantes regressam à terra para passar o Natal” (*Público*, 23.12.2014), “Governos e ONGs dão incentivo a emigrante” (*Folha de São Paulo*, 13.02.2012), – “Montalegre incentiva emigrantes a investir na terra para ajudar a criar emprego” (*Público*, 8.3.2016). Verifica-se também, em Portugal, que diversos artigos destacam o prejuízo dos emigrantes no caso do Banco Espírito Santo – “Emigrantes lesados do BES voltaram a manifestar-se em Paris” (*Público*, 09.26.2015). Além disso, estão sempre na pauta das discussões políticas, sobretudo em períodos de eleição. Quando singularizado, entretanto, o emigrante é marginalizado e surge retratado em episódios de crime e violência, tanto nos textos do *Público* quanto na *Folha de São Paulo*. De modo geral, no entanto, o termo ‘emigrante(s)’ não é utilizado de forma equivocada para se referir aos movimentos migratórios em contexto de crise humanitária.

Pertinente observar, ainda a partir da Tabela 2, que os termos ‘imigrante(s)’ e ‘migrante(s)’ apresentam cargas semânticas aproximadas, sendo frequentemente utilizados equivocadamente como sinónimos a partir do contexto de crise humanitária no Mediterrâneo. Inicialmente, o termo ‘imigrante(s)’ fora utilizado em associação à ilegalidade e à criminalidade, como em – “Premiê pede que britânicos denunciem imigrantes ilegais” (*Folha de São Paulo*, 10.10.2011) e “Imigrante esfaqueado morreu no Cacém” (*Público*, 28.07.2011). A partir de 2013 o termo surge mais frequentemente associado às pessoas em movimento no Mediterrâneo, a partir do Norte de África, com sistemáticas analogias à catástrofes naturais e metáforas líquidas, como em – “Enchente de imigrantes clandestinos em Lampedusa” (*Público*, 21.07.2013) e “Governo do Reino Unido aponta onda de imigrantes” (*Folha de São Paulo*, 29.11.2013). Esta interseção de termos passa também por uma mudança de representação. Antes individualizado e criminalizado em contextos internos, os termos posteriormente passam a identificar grupos de pessoas, transformando-as em meros dados estatísticos e uma massa humana sem rosto – “Nova tentativa de entrada em massa de imigrantes em Melilla fracassa” (*Folha de São Paulo*, 28.03.2014), “2500 imigrantes ilegais resgatados em dois dias na costa siciliana” (*Público*, 8.07.2014), e

“Mudam as operações mas os migrantes nos barcos do Mediterrâneo continuam sujeitos ao perigo” (*Público*, 1.11.2014).

Averiguamos também os *clusters* de palavras, isto é, o agrupamento de palavras que despontam é uma mesma sequência, mais frequentes a partir dos termos ‘refugiado(s)’, ‘migrante(s)’ e ‘imigrante(s)’ (Tabela 3). Estes dois últimos agrupados, dado à utilização semelhante nas abordagens da crise humanitária no Mediterrâneo, conforme já identificado anteriormente (ver Tabela 2).

Tabela 3. Principais *clusters* para os termos refugiado(s), migrante (s) e imigrante(s) (2011-2016)

Cluster refugiado(s)	Frequência	Cluster (i)migrante(s)	Frequência
refugiados sírios	56	refugiados e migrantes	11
campo de refugiados	40	migrantes no mediterrâneo	10
crise de refugiados	32	migrantes e refugiados	6
mil refugiados	19	número de imigrantes	6
número de refugiados	15	refugiados e imigrantes	6
fluxo de refugiados	12	entrada de imigrantes	5
refugiados e migrantes	11	milhões de imigrantes	4
acolhimento de refugiados	10	imigrantes e refugiados	4
apoio aos refugiados	8	imigrantes socorridos	4
entrada de refugiados	8	imigrantes ilegais	3

Esta análise, em associação às principais colocações (ver tabela 2) permite perceber a existência de uma proximidade na construção discursiva entre os termos ‘refugiado(s)’, ‘migrante(s)’ e ‘imigrante(s)’, embora apresentem diferenças em níveis de representação. As palavras com conotação negativa, relacionadas ao contexto de marginalização ou de contenção, surgem colocadas junto aos termos ‘migrante(s)’ e ‘imigrante(s)’. Enquanto o

termo ‘refugiado(s)’ concentra em seu entorno palavras que indicam o contexto de crise humanitária (acolhimento, apoio, campo, crise...), ainda que sistematicamente esteja acompanhada por expressões quantificadores e/ou que indicam grandes movimentações (milhões, número, fluxo...)

Esta construção discursiva na representação das pessoas em movimento fica mais evidente ao analisarmos as publicações realizadas ao longo do ano de 2015, quando a situação dos refugiados e migrantes se intensificou e concomitantemente houve um acréscimo significativo no número de publicações, conforme apresentamos em pares de meses na Tabela 3 abaixo.

Tabela 4. Número de artigos compilados (2015) (*corpus A*)

	Jan-Fev	Mar-Abr	Mai-Jun	Jul-Ago	Set-Out	Nov-Dez	Total
migrante(s)*	4	5	18	20	30	10	87
imigrante(s)	4	8	18	26	10	1	67
refugiado(s)	10	9	19	41	246	83	408
Total	18	22	55	87	286	94	562

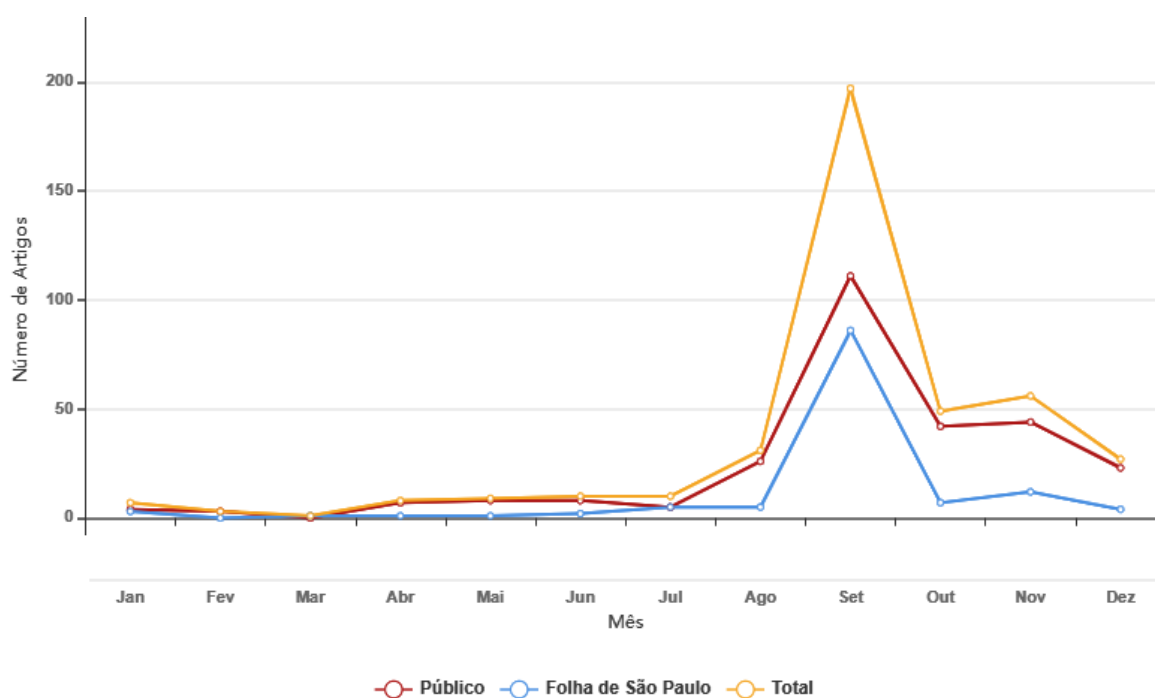
* incluem os artigos nos quais os termos aparecem não apenas nos títulos, mas também no corpo do texto.

Nos capítulos iniciais deste estudo pudemos compreender que o cenário de crise humanitária no âmbito dos movimentos migratórios é um dos reflexos de uma crise política e económica em escala global, e dos graves desequilíbrios sociais e constantes conflitos armados ocasionados pelo colapso de modelos falhos de política de Estado. A despeito, a situação de refugiados e migrantes só recebeu essencial atenção mediática a partir do ano de 2015, inicialmente com abordagens pontuais no Mediterrâneo e com a situação dos refugiados rohingyas abandonados à sorte nos mares do sudoeste asiático – “Os refugiados asiáticos que ninguém quer, à deriva no mar” (*Público*, 19.05.2015), e depois, de modo contínuo e regular a partir do mês de agosto e com pico no mês de setembro, impulsionado sobretudo pelas imagens de Alan Kurdi, de apenas 3 anos, cujo corpo fora encontrado sem vida em uma praia na Turquia após morrer afogado, junto com a sua mãe e seu irmão, em uma desesperada tentativa de travessia no Mediterrâneo. Ademais, é neste período que

tomam lugar os debates terminológicos sobre a utilização dos termos ‘refugiado’ e ‘migrante’ – “Refugiados ou imigrantes? A discussão sobre os termos para descrever a crise” (*Folha de São Paulo*, 28.08.2015) e “Migrantes ou Refugiados? “As palavras importam”, avisa ACNUR” (*Público*, 29.08.2015).

O Gráfico 1, abaixo, evidencia o acentuado volume de publicações a partir do mês de agosto, com resultado notável no mês de setembro.

Gráfico 1. Evolução dos artigos publicados para o termo ‘refugiado(s)’ (2015)



Para efeitos comparativos adicionamos ao gráfico as linhas evolutivas de publicações de cada jornal analisado. O dado mostra uma semelhante atenção dispensada por ambos os veículos ao longo do ano, com reduzido número de publicações durante o primeiro semestre e um ascendente a partir da segunda metade do ano. No acumulado, o mês de setembro registrou um aumento de 535% em relação ao mês anterior.

Para compreender melhor este fenómeno, recorreremos ao *corpus* B selecionado para este estudo, que nos permite um maior aprofundamento da conceptualização dos termos entre os dias 1/09/2015 e 30/09/2015. Este afunilamento viabiliza uma análise com mais propriedade da construção identitária de refugiados no contexto da crise humanitária na Síria, alargando o horizonte de observação para a íntegra dos textos. Assim, podemos identificar se existe uma fusão equivocada de termos e a utilização de metáforas e expressões quantificadores se estende também no processo de construção narrativa e representação destes refugiados.

Com auxílio dos métodos de linguística de *corpus* foi possível extrair alguns resultados introdutórios. Examinamos, a exemplo do *corpus* A, as principais palavras frequentemente associadas aos termos ‘refugiados(s)’, ‘migrante(s)’ e ‘imigrantes’ nos textos completos dos artigos selecionados para o *corpus* B.

Tabela 5. Principais *clusters* para os termos refugiado(s), migrante (s) e imigrante(s) (*corpus* B)

Cluster refugiado(s)	Frequência	Cluster (i)migrante(s)	Frequência
mil refugiados	131	refugiados e migrantes	60
crise de refugiados	95	migrantes e refugiados	24
refugiados sírios	71	refugiados e imigrantes	13
número de refugiados	38	migrantes económicos	13
refugiados e migrantes	60	imigrantes e refugiados	9
milhares de refugiados	56	mil migrantes	8
campos de refugiados	28	mil imigrantes	8
acolhimento de refugiados	27	número de imigrantes	6
fluxo de refugiados	23	imigrantes ilegais	5
apoio aos refugiados	23	fluxo de imigrantes	2

É possível verificar que o conjunto de palavras permanecem similares, relativamente à análise dos títulos dos artigos (ver Tabela 3). Ainda que a compilação de textos para o *corpus* B seja, essencialmente, atrelada ao termo ‘refugiado(s)’, há um estreitamento ainda mais significativo da representação discursiva dos termos pesquisados. Podemos inferir que ainda se seguiu a utilização indiscriminada do termo ‘migrante(s)’ e ‘imigrante(s)’ no contexto dos

deslocamentos de refugiados em virtude da crise humanitária na Síria, embora tenha havido um largo debate terminológico nos *media* internacionais, incluindo indicações de uso correto por parte da ACNUR.

Como vimos em capítulos anteriores, o discurso mediático assume papel de poder no âmbito das relações sociais e na construção das representações do outro. Neste caso, as responsabilidades sobre a construção dos discursos são conferidos de maneiras distintas por ambos os jornais, como é apresentado na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6. As fontes e responsabilidades dos artigos compilados (*corpus* B)

	<i>Público</i>	<i>Folha</i>	Total
redação	16	5	21
jornalista	67	9	76
enviado especial	1	13	14
partilha redação/agência	4	1	5
agência de notícia	22	50	72
jornalista internacional	0	8	8
Total	110	86	196

É possível inferir que existe uma diferenciação entre os dois jornais no âmbito das fontes noticiosas para a construção dos seus respectivos textos jornalísticos. No caso do *Público*, 75% dos artigos foram produzidos em contexto interno - sendo, dentro deste universo, 67 artigos foram assinados, nominalmente, por jornalistas da casa e 16 tiveram responsabilidade do próprio jornal. Sentido inverso esteve a *Folha de São Paulo*, que apresentou índices elevados de artigos oriundos de agências noticiosas ou de jornalistas internacionais (67%). Na totalidade, 40% dos artigos analisados neste *corpus* são de responsabilidade de jornalistas internacionais ou de agências noticiosas, o que corrobora para uma compreensão cada vez mais comum de que existe uma certa uniformização do jornalismo praticado no ocidente, como destaca Ribeiro (2015).

Não obstante, em 13 oportunidades os textos noticiosos da *Folha* tenham sido constituídos por enviados especiais, o que configura um esforço para que haja uma maior proximidade com os refugiados e a oportunidade de construir uma representação do Outro

que privilegie as suas individualidades. Estes artigos buscam contar histórias pessoais ou se propõem a acompanhar mais aproximadamente a questão dos refugiados. Por outro lado, o jornal *Público* apresentou apenas em uma oportunidade um artigo produzido por enviado especial, muito embora tenha proximidade geográfica com a questão.

4.3.1 A representação discursiva dos refugiados

Como explicitado nos resultados apresentados, o termo ‘refugiado(s)’ atinge, substancialmente, seu pico de utilização no mês de setembro de 2015, com um total de 197 publicações. Um aumento de 535% comparativamente ao mês de agosto.

Os enfoques narrativos das publicações com o termo ‘refugiado(s)’ são variados, com destaque para as movimentações de refugiados pela Europa, especialmente na região dos Balcãs, com impedimento da passagem de refugiados e encerramento de fronteiras (13,7%); posicionamento positivo de líderes e atores sociais colocando-se de maneira propositiva para buscar soluções para a condição dos refugiados (12,7%); ao efetivo processo de acolhimento, com os países a receberem as pessoas reconhecidamente refugiadas (12,7%); às diversas mobilizações de apoio e manifestações solidárias em defesa dos refugiados e migrantes (10,6%); ao moroso processo burocrático e impasses dos países europeus em busca de uma solução, que leva aos refugiados e migrantes a uma árdua espera em campos de refugiados (8,1%); episódios de preconceito e xenofobia, especialmente por parte de cidadãos comuns dos países europeus (7,6%); às histórias de vida e experiência de refugiados (6%); aos apelos internacionais de organismos como a ACNUR/ONU (5,6%); aos posicionamentos negativos, essencialmente de líderes políticos com políticas restritivas e de violações aos direitos humanos (4%); e, também, temas políticos (3,5%); mortes e resgates no Mediterrâneo (2,5%); e situação de campos de refugiados (2%);

Interessante é notar que, os refugiados são colocados em uma posição de destaque em apenas 12,7% dos artigos analisados, em grande parte esteja ligado às travessias e movimentações pela Europa, sendo constantemente quantificados ou colocados em uma posição de não-escolha – “Milhares de refugiados chegam à Áustria, Alemanha espera chegada em massa” (*Público*, 05.09.2015a); “Refugiados não podem escolher país onde pedir asilo, diz a Alemanha” (*Público*, 13.09.2015e); “Refugiados sírios morrem afogados ao ficarem presos em barco que afundou” (*Folha de São Paulo*, 27.09.2015a). Pelo contrário,

em grande parte dos artigos compilados as principais vozes de destaque são de chefes de estado e governo, líderes religiosos e organizações internacionais. Há uma tendência, neste sentido, em colocar os refugiados numa condição de objeto, a espera das ações de outras pessoas que não eles próprios. “Juncker propõe redistribuição de mais 120 mil refugiados pela UE” (*Público*, 3.09.2015); “Papa quer que cada paróquia da Europa acolha uma família de refugiados” (*Público*, 7.09.2015); “União Europeia aprova divisão de 120 mil refugiados entre países membros” (*Folha de São Paulo*, 22.09.2015).

No que diz respeito à íntegra dos artigos (*corpus B*), observamos diversos outros aspetos fundamentais para a sequência deste estudo e que se amparam nos dados inferidos por Baker (2006). Com auxílio do *software* de AntConc foram destacados, primeiramente, as principais palavras chaves deste conjunto de termos específicos. O termo ‘refugiados’ surge 1752 vezes nos artigos do mês de setembro, oito vezes mais do que o termo ‘migrantes’ (205 ocorrências) e onze vezes mais do que o termo ‘imigrantes’ (151 ocorrências). Todos os termos se encontram em suas formas plurais, o que denota a percepção e a representação dos refugiados como uma massa coletiva, e não como indivíduos singulares. Em raras ocasiões os refugiados têm respeitadas as suas individualidades e/ou são colocados em uma posição de destaque, sendo que os termos ‘refugiado’ e ‘refugiada’ ocorrem somente em 71 ocasiões. São maioritariamente utilizados para atribuição de uma origem ou nacionalidade, como em “refugiado curdo originário de Aleppo” (*Folha de São Paulo*, 15.09.2015d) ou para as abordagens com pessoas à espera da condição efetiva de refugiado em entrevistas realizadas em campos e centros de acolhimento.

Uma outra observação prende-se com o facto de as palavras-chave restantes estarem associadas ao contexto geopolítico, sendo essencialmente composta por termos que indicam os países-destino diretamente envolvidos. Digno de nota que, comparativamente, o termo ‘Síria’, principal país de origem dos refugiados, apresenta 232 ocorrências neste *corpus*. Ademais, o termo ‘sírios’ ocorre em 197 oportunidades e a suas formas singulares, ‘sírio’ e ‘síria’, 74 vezes. Destas, em apenas dez oportunidades o adjetivo pátrio estava acompanhado diretamente por um nome próprio, indicando a construção de um perfil, como em “a síria Ibtisem, 39, também tem duas filhas” (*Folha de São Paulo*, 06.09.2015f) ou em “no caso do sírio Amer Misto, 34, localizar em Viena a mulher” (*Folha de São Paulo*, 07.09.2015h).

Mesmo que ainda superficialmente, é possível extrair um retrato de uma massa coletiva não humanizada, constantemente quantificada e parcamente dotada de personalidade que este

conjunto de textos noticiosos compõem dos refugiados. Pouco sabemos de suas origens e de suas particularidades enquanto indivíduos singulares.

Para compreender ainda melhor este fenómeno, o termo foi analisado em linha de concordância para verificar quais palavras frequentemente o acompanham no *corpus*. Em 753 vezes em que o termo ‘refugiado(s)’ surge no *corpus*, está associado à alguma expressão quantificadora, sejam numerais absolutos, em referência aos chegam ou estão em movimento pela Europa, que são resgatados nas travessias pelo Mediterrâneo ou que aguardam os procedimentos burocráticos para adquirir legalmente a condição de refugiado, sejam também em termos associados à grandes quantidades, como em “milhares de refugiados exausto” (*Público*, 05.09.2015c), “os 160 mil refugiados a serem beneficiados” (*Folha de São Paulo*, 10.09.2015c), “o destino final da grande maioria dos refugiados” (*Público*, 21.09.2015a) ou “Turquia teme que número de refugiados dobre” (*Folha de São Paulo*, 15.09.2015b).

Além da constante correlação estatística, outra ocorrência recorrente são as metáforas líquidas ou associações às catástrofes naturais e ações climáticas (52 oportunidades). Em 38 vezes há a concordância com os termos ‘fluxo’, ‘afluxo’ ou ‘influxo’ em 33 artigos distintos. Em sete peças são referidos termos como “uma vaga de refugiados” e em cinco ocasiões são definidos como “uma onda de refugiados”. Também foram verificadas expressões como ‘corredor de refugiados’ (*Público*, 05.09.2015a) e ‘inundado de refugiados’ (*Público*, 13.09.2015), e “acesso descontrolado de refugiados”. (*Público*, 16.09.2015d; *Público*, 19.09.2015a). Foram observados, também, textos que referenciam os refugiados como uma “enchente” ou uma “torrente”, como em “maior enchente de refugiados desde a II Guerra” (*Público*, 01.09.2015c).

Quando as referências não residem nas metáforas, os refugiados são representados como uma massa não humana, ausentes de civilidade. Em diversas ocasiões há um processo de animalização do ser humano. Como referido anteriormente, em ações relativas aos refugiados, as tomadas de decisão são realizadas por outras pessoas que não eles próprios. Nas raras oportunidades onde o processo de decisão tem origem nos refugiados, como em “refugiados decidem ir a pé” (*Folha de São Paulo*, 04.09.2015a), o ato decisório é precedido, na construção narrativa, pela representação do estado emocional dos refugiados adjetivados como “frustrados”. Assim, o refugiado é “controlado” e “administrado” em uma sistemática semelhante às criações de gados ou pastoreio de ovelhas, como observados na utilização dos termos ‘distribuição’ (54 ocorrências) e ‘passagem’ (39 ocorrências), como visto em:

‘distribuição 160 mil refugiados pelo continente’ (*Folha de São Paulo*, 10.09.2015a), e também em ‘reabriu sua fronteira terrestre e permitir a passagem dos refugiados’ (*Folha de São Paulo*, 10.09.2015b) ou “retidas num dos campos para refugiados” (*Público*, 11.09.2015d). É possível compreender, neste contexto, que os “campos de refugiados” enquanto mecanismos de controlo e domínio fundados em uma lógica de exceção são, por excelência, a representação da soberania dos Estados. Sob um manto de proteção, estes campos funcionam como paradigma de contenção e distanciação dos refugiados da vivência em sociedade.

Também foram frequentes as concordâncias de termos que indicam restrição ao acesso dos refugiados, com 20 ocorrências em 14 artigos distintos, potencializados pela grande relevância mediática dada aos momentos de chegada e cruzamento de fronteiras como em “conter o fluxo de refugiados” (*Público*, 13.09.2015e), “impedir entrada de refugiados” (*Público*, 19.09.2015a).

Outra concordância identificada diz respeito ao aspeto financeiro, com 27 ocorrências em 15 artigos distintos que fazem a referência aos “custos” dos refugiados à União Europeia, aos países que compõem o bloco e também outras organizações internacionais, como em “fundo de emergência de 100 milhões de euros para os Estados-membro mais afectados pela passagem de refugiados” (*Público*, 23.09.2015b) ou em “Turquia, que diz já ter gasto 6 mil milhões de dólares no apoio aos refugiados” (*Público*, 06.09.2015a).

Averiguamos também a existência de adjetivos e substantivos associados à ilegalidade, como “ilegal(ais)” e “clandestino(s)”, em 9 ocasiões. Os termos são frequentemente utilizados pelos meios de comunicação social para definir a situação, sobretudo, de imigrantes e possuem uma carga essencialmente negativa. Isto relaciona-se ao entendimento dos *media* enquanto motivadores de imagens mentais que predis põem nosso comportamento, conforme autores como Barbosa (2012) e Van Dijk (1997).

Esta mesma ideia está assente na construção dos sentimentos de medo e insegurança que são realçados nos termos encontrados nesta pesquisa, presente tanto na representação dos refugiados em textos e imagens mediáticas, quanto no surgimento de um sentimento de aversão de populações dos países do bloco europeu - muitas das vezes expressos em demonstrações de racismo e xenofobia. Neste sentido, verificou-se a existência neste *corpus* de expressões como “agiu por pânico” (*Público*, 11.09.2015b) ou “divididos entre a

solidariedade e o medo” (*Público*, 12.09.2015a), ou “parte da população com o receio (*Público*, 23.09.2015c).

Crucial destacar neste sentido que há ocorrência do termo ‘crise’ em 108 oportunidades neste *corpus*, 95 das quais a acompanhar diretamente o termo ‘refugiados’, como em “pior crise de refugiados desde a Segunda Guerra” (*Folha de São Paulo*, 20.09.2015a) ou “explosão da crise dos refugiados” (*Público*, 13.09.2015d). O Guia para Comunicadores (2019)⁴¹ destaca que a utilização sistemática do termo crise no contexto dos movimentos migratórios reforça uma “visão xenofóbica de que o migrante ou estrangeiro em geral é um problema ser resolvido”. Não se trata de uma crise dos refugiados, mas sim de movimentos migratórios motivados por uma crise humanitária com causa no colapso de modelos políticos e económicos e nos desequilíbrios sociais. Embora sejam termos comumente utilizados para se referir às questões migratórias, o guia instrui para a não utilização no contexto da produção jornalística.

Cabe ressaltar que o refúgio é apenas um reflexo da violência e da desigualdade nas sociedades atuais. A propensão pelos conflitos armados, fruto de múltiplos interesses económicos e geopolíticos em suas diferentes nuances, estabelece o deslocamento forçado como uma condição inevitável e não como uma crise que precisa ser estancada. No outro lado - nos países de destino - o crescimento dos nacionalismos e da xenofobia provocam a hostilidade e aversão que culminam com políticas rígidas de repressão, restrição e controle por parte dos Estados.

O que se verifica é um crescente processo de criminalização dos refugiados e migrantes. Para Lussi (2009: 4) a criminalização está “ligada ao enrijecimento das políticas migratórias ligadas à sua identificação como políticas, leis, tratados, e discursos sobre segurança nacional”. Marinucci e Milesi (2005: 7) acrescenta que a criminalização das migrações tem por objetivo “encobrir as reais causas das crises sociais, políticas, económicas e bélicas que assolam numerosos países”. Neste sentido, o autor entende que a condição de migrantes e refugiados é transformada em bode expiatório, em uma tentativa de criar um suposto inimigo. Os acontecimentos no Mediterrâneo e na região dos Balcãs são apenas amostras recentes de uma política restritiva que resulta no aumento do número de mortos nas travessias marítimas, reforçam os estereótipos e, sob a égide da ‘proteção’, aprisiona em campos de refugiados de

⁴¹ Migrações, Refúgio e Apatridia: Guia para Comunicadores (2019). Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf

condições precárias. A condição de refúgio expõe, assim, não somente a fragilidade do sistema internacional de proteção aos refugiados, mas também as inseguranças e os preconceitos da sociedade ocidentalizada.

Desta forma, a reação de alguns países de fechar suas fronteiras, deter em campos ou mesmo deportar refugiados está ancorada nos preconceitos enraizados que impedem a racionalização da situação e percepção da realidade da condição de refúgio sob uma ótica que não viole os direitos humanos. O presente estudo fornece substância para que possamos estender esta responsabilidade também aos *media*, especialmente no âmbito digital, enquanto construtores da realidade social e influenciadores do espaço público, haja vista o papel preponderante dos novos *media* na percepção da identidade daqueles que se encontram em condição de refúgio.

4.3.2 Por uma construção de narrativa de alteridade

Sublinhamos, ainda, fundamentados em vários estudos (Fairclough, 2001; Ribeiro, 2000; Traquina, 2005), que o jornalismo - ao ser parte integrante de um processo contínuo de compartilhamento de vivências e experiências - atua essencialmente na construção da realidade, e na produção e veiculação de sentido, sendo parte essencialmente da construção dos aspetos de representação do outro (Orlandi, 2005). Compreendemos, neste sentido, que a dinâmica dos novos ecossistemas mediáticos (Canavilhas, 2010) alargam a capacidade expressiva do jornalismo inserido no ambiente digital ao proporcionar modelos, como o multimédia, que atuam desde os processos de captação de fontes até a interação com o público. Entendemos, também, a partir do fenómeno da representação do outro (Todorov, 1993; Woodward, 2000; Hall, 2003, 2006; Muniz Sodré, 2009; Barbosa, 2012) que é papel central do jornalismo representar adequadamente os sujeitos de sua narrativa, possibilitando pontes de empatia entre o leitor e o personagem e construindo o que entendemos por narrativas de alteridade.

Assim, para este estudo realizamos um levantamento das publicações compreendidas pelo *corpus* B com intuito de verificar quais artigos contemplam as possibilidades expressivas (hipertextualidade, multimidialidade, interatividade e memória), de estrutura narrativa (pirâmide invertida ou deitada) e de construção narrativa com representação do outro (narrativa de alteridade).

Selecionamos, a partir do *corpus* em análise, dois artigos que fornecem um enfoque nas experiências de vida e histórias dos refugiados, prezando pelos princípios de representatividade e respeito aos direitos humanos, e evidenciam que é possível praticar a alteridade na narrativa jornalística e explorar as potencialidades expressivas do webjornalismo. O resultado é apresentado a seguir, no Quadro 1, com o artigo “Conheça a trajetória de refugiados no Brasil” (*Folha de São Paulo*, 20.09.2015), e no Quadro 2, com o artigo “As malas dos refugiados contam a história do que ficou para trás” (*Público*, 11.09.2015).

Quadro 1 . “Conheça a trajetória de refugiados no Brasil” (Folha de SP, 20.09.2015)

	Possibilidades Expressivas do Webjornalismo
Hipertextualidade	Apresenta diversas interligações para outras publicações de modo a complementar a narrativa, embora estejam concentradas apenas no lead do artigo.
Multimedialidade	Dispõe de um conjunto de imagens que ilustram cada seção da narrativa. Não se utiliza de recursos audiovisuais, tampouco de infográficos. Entretanto, oferece recurso de audiotexto.
Interatividade	Disponíveis diversos recursos para compartilhamento do conteúdo por email e pelas redes sociais. Possibilita o envio de email para o autor e disponibiliza espaço para comentários. No entanto, a estrutura da narrativa e do conteúdo apresentado não são, em si, dotados de interatividade.
Memória	O conteúdo está disponível na íntegra e acessível a partir do campo de buscas
Estrutura	Embora exista uma concentração de informações importantes no início da narrativa, tradicional da técnica de pirâmide invertida, é bem verdade que a divisão em seções dedicadas permite compreender o artigo também com técnica de pirâmide deitada.
	Narrativa de Alteridade
Nível narrativo	O narrador é heterodiegético, não sendo assim parte da história.
Tipo de discurso	Embora opte por centrar a narrativa nos sujeitos-personagens, o discurso é essencialmente indireto. Não há qualquer citação direta dos personagens.
Sujeitos-personagens	São principais na narrativa

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

Perfis	São disponibilizados perfis de todos os personagens da narrativa, apresentando-os pelos seus respetivos nomes, acompanhados de suas idades, profissões, origens e motivos pelos quais estão em situação de refúgio
Termos e Expressões	Todos os personagens estão contextualizados e caracterizados em suas particularidades através de termos e expressões como 'sujeito carismático e falante' ou 'formado em contabilidade'
Visibilidade	Todos os personagens são reconhecidos em suas particularidades, apresentando-se em diferentes perfis, com diferentes histórias e experiências.

Quadro 2. “As malas dos refugiados contam a história do que ficou para trás” (Público, 11.09.2015)

	Possibilidades Expressivas do Webjornalismo
Hipertextualidade	Apresenta interligações pontuais para outras publicações de modo a complementar a narrativa.
Multimedialidade	O artigo é construído em um formato de fotogaleria, dispondo de 13 diferentes imagens que ajudam na construção da narrativa. Não utiliza-se de recursos audiovisuais, tampouco de infográficos. Também não oferece recurso de audiotexto.
Interatividade	Disponíveis diversos recursos para compartilhamento do conteúdo por email e pelas redes sociais. Possibilita o envio de email para o autor e disponibiliza espaço para comentários. A construção do conteúdo, com foco no conteúdo imagético, configura um grande aproveitamento desta possibilidade.
Memória	O conteúdo está disponível na íntegra e acessível a partir do campo de buscas
Estrutura	A narrativa é apresentada através de um texto introdutório, mas pode ser consumida com certo grau de liberdade, compreendendo-se em o artigo que privilegia a técnica de pirâmide deitada.
	Narrativa de Alteridade
Nível narrativo	O narrador apresenta-se como homodiegético, sendo parte integrante da narrativa, embora não seja seu personagem principal
Tipo de discurso	O discurso é tanto direto, com a transcrição exata da fala dos personagens, como indireto, com a construção de uma narrativa que conta uma história.

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

Sujeitos-personagens	São principais na narrativa
Perfis	São disponibilizados perfis de todos os personagens da narrativa, apresentando-os pelos seus respectivos nomes, acompanhados de suas idades, profissões, origens e motivos pelos quais estão em situação de refúgio
Termos e Expressões	Embora todos os personagens estejam contextualizados e caracterizados em suas particularidades não há a utilização de termos e expressões. Entretanto, as imagens que evidenciam o conteúdo das respectivas malas são indicadores suficientes para aproximar o leitor do personagem.
Visibilidade	Deste modo, todos os personagens são reconhecidos em suas particularidades, apresentando-se em diferentes perfis, com diferentes histórias e experiências.

Como é possível observar, a proximidade e a empatia são características bem evidenciadas nos artigos destacado, ficando clara a preocupação dos jornalistas e das linhas editoriais com a percepção e o lugar do Outro, cuidando para suas que ações e as realidades vividas pelos personagens da narrativa sejam mostradas com autenticidade, mobilizando o leitor para a valorização do Outro. Neste sentido, ambos os textos se distinguem pela utilização da narrativa de alteridade que coloca o Outro em com papel de destaque.

CONCLUSÕES

Este estudo buscou percorrer as edições digitais de dois importantes jornais em língua portuguesa, o *Público* (Portugal) e a *Folha de São Paulo* (Brasil) com intenção de explorar a construção da narrativa nos aspetos identitários e de representação do ‘Outro’. Fica evidente, através dos resultados aqui apresentados, que as investigações realizadas em outros momentos (Malkki, 1996, Baker, 2006; Van Dijk, 2016; Carapeto, 2017) em relação à representação de refugiados e migrantes no discurso mediático se comprova e se reflete, mesmo em contextos e condições distintas, ao confirmar a frequência do uso de termos e expressões que implicam a construção de uma imagem estereotipada das pessoas em movimento - em especial dos refugiados. Esta verificação, por conseguinte, apresenta um alerta para os agentes mediáticos no processo de construção da narrativa jornalística e de representação do Outro, na medida em que evidencia a existência de ações verbais que reduzem a individualidade em uma questão estatística ou catastrófica, sejam elas deliberadas ou resultantes de uma aplicação pouco rigorosa dos critérios que constituem fazer jornalístico. As hipóteses apresentadas no decorrer da metodologia são, assim, confirmadas através da pesquisa aqui apresentada.

A análise do *corpus* A permitiu concluir que os termos ‘migrante(s)’, ‘imigrante(s)’ e ‘refugiado(s)’ são utilizados, em geral, de forma homóloga. Os resultados também demonstram que o termo ‘emigrante(s)’ tem uma representação mais positiva do que os demais termos analisados. No que tange às concordâncias, verificamos que tanto os termos ‘migrante(s)’ e ‘imigrante(s)’, quanto o termo o ‘refugiado(s)’ apresentam similaridades no processo de construção discursiva, com ocorrências de termos associados à quantificadores e às metáforas líquidas ou de catástrofe natural.

À priori, é necessário compreender que existem diferentes configurações migratórias, e que os migrantes (imigrantes e emigrantes) se constituem em uma categoria económica de migração, ao contrário dos refugiados. A diferença substancial reside no processo decisório. Enquanto os migrantes escolhem sair do seu país de origem em busca de novas oportunidades e melhoria de vida, os refugiados o fazem por não terem a escolha de permanecer no país de origem por fundado temor de perseguição ou morte.

Quanto ao *corpus* B, principal no ponto de vista desta análise e composto pelos textos integrais do período mais profuso em termos de publicações, apresentou uma confirmação ainda mais evidente desses termos, em especial na análise mais centrada no termo ‘refugiado(s)’. Podemos constatar que os refugiados, na generalidade das publicações, são representados como uma massa desumanizada, quantificada e que apresentado como uma ameaça catastrófica ou a eles empregados a causa de uma crise. De ressaltar que ambos os jornais refletem a tendência dos grandes *medias* globais de replicar os conteúdos de agências noticiosas, o que implica em uma distância dos personagens centrais na construção narrativa.

É através dessas observações, e da interpretação dos valores obtidos nesta investigação, que notamos a identificação os preocupantes padrões discursivos nos textos noticiosos sobre a situação dos refugiados e migrantes, ainda que ambas as publicações marcadamente empregam as boas práticas na construção da narrativa jornalística.

Os valores observáveis, na verdade, permitiram a identificação de pelo menos dois artigos que vão de encontro às estratégias de representação da alteridade nas narrativas jornalísticas proposta por este estudo através de modelos mais eficientes, neste contexto, do fazer jornalístico amparados nas numerosas potencialidades do ambiente digital.

Cabe ressaltar que o intuito desta investigação não passa, de todo modo, por desacreditar o fazer jornalístico. Do contrário, busca-se refletir sobre a forma como estes podem revitalizar suas linguagens no processo de representação do outro.

De todo modo, faz-se pertinente, no desfecho deste estudo continuarmos a questionar, enquanto jornalistas e estudantes de comunicação, sobre os efeitos de uma construção narrativa sem a representação da alteridade. Haja visto que os contextos de pessoas em movimento certamente não se restringem aos períodos observados neste estudo. Com efeito, a crise humanitária ainda persiste, sobretudo nos contextos do Médio Oriente e se alargam um pouco por todo o mundo. Além disso, é preciso ter em conta em que ponto o discurso empregado no âmbito das publicações tem impacto na integração dos refugiados nas sociedades europeias, uma vez que os *media* se constituem em um dos espaços privilegiados para a representação. É preciso, assim, uma tomada de posição combativa e proativa dos agentes mediáticos na construção discursiva.

Por fim, é evidente que o tema não se esgota neste trabalho. Pelo contrário, abrem questionamentos e novas abordagens sobre a questão da representação dos refugiados no discurso mediático. Tendo plena ciência que os dados aqui obtidos apresentam uma pequena

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

parcela dessas, espero tanto contribuir, como auxiliar na percepção dos estudos sobre jornalismo e representação do Outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia

- Amante, M. (2017). *Sociologia das migrações*. (polic.) Lisboa: ISCSP.
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização – a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.
- Arango, J. (2000). *Explaining Migration: A Critical View*. International Social Science Journal Volume 52, Issue 165. Disponível em:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2451.00259>
- Baker, P. (2006). *Using Corpora in Discourse Analysis*. London: Continuum.
- Barbosa, M. (2012). *Nós e eles: responsabilidade social dos média na construção de uma cidadania culturalmente inclusiva*. Comunicação e Sociedade 21: 231-240.
- Benjamin, W. (1996). *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense
- Biderman, M. T. C. (2001). *Fundamentos da Lexicologia*. In: Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional. 99 – 155. São Paulo: Martins Fontes,.
- Brum, E. (2006). *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial
- Cabrera González, M. A. (2000). *Convivencia de la prensa escrita y la prensa on line en su transición hacia el modelo de comunicación multimédia*. In: Canavilhas, J. M (2005) Os jornalistas online em Portugal. Universidade da Beira Interior, Portugal.
- Canavilhas, J. M (2006). *Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada*. Universidade da Beira Interior, Portugal.
- _____. (1999). *Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismos na web*. Portugal, Universidade da Beira Interior. Apresentação no I Congresso Ibérico de Comunicação
- Carapeto, M. (2017). *Refugiados, fronteiras e imagem: contributos a partir da etnografia visual*. Tese de Mestrado. Lisboa.
- Carvalho, A (2015). *Discurso mediático e sociedade: repensar a Análise Crítica do Discurso*. Tradução: Anabela Carvalho. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados

em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 9, p. 175-199

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar

_____. (2005). *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda

_____. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Castles, S. (2000). *International Migration at the Beginning of the TwentyFirst Century: Global Trends and Issues*. International Social Sciences Journal, UNESCO, no. 165, 269-281

Dizard, W. (2000). *A nova mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Fairclough, N (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília.

Ferin Cunha, I. (1997). *Nós e os outros nos artigos de opinião da imprensa portuguesa*. Lusotopie, 435-467

Ferreira, G. B. (2018). *Sociologia dos Novos Media*. Covilhã: LABCOM.IFP. Universidade da Beira Interior. Disponível em: https://labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201809251220-201805_transformacoessociaisnm_gbferreira.pdf

Figueiredo, J. M. (2005). *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento. realidades compatíveis no contexto Europeu?* Lisboa: ACIME. Disponível em: https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/3_JMF.pdf/7328ebf2-ac0d-4e7f-beb8-757df65c84cb

Galerani, K. A. (2016). *A crise na Síria e o Direito Internacional*. Diálogo Jurídicos 1 (1).

Gohn, M. G. (2012). *Movimentos e protestos sociais: uma abordagem sob a ótica da teoria da mobilização política*. Revista de Sociologia Política. Núm. 11-21

González-Cortés, M.E. (2006). *La Construcción de la Realidad en los Procesos Migratorios*. Málaga: Asociación para la Investigación y el Desarrollo de la Comunicación.

Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG

_____. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Guaracira

Hohlfeldt, A. (2001). *Objetividade: categoria jornalística mitificada*. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Campo Grande.

Jenkins, H. (2009). *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph.

Joffé, G. (2011). *A Primavera Árabe no Norte da África: origens e perspectivas de futuro*. Relações Internacionais. Lisboa, n. 30, 85-116. In Dossiê: Revoltas no Norte da África e no Médio Oriente. Acedido em 12 de junho de 2019 em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n30/n30a06.pdf>

Jubilut, L. L., Apolinário, S. M. O. S.. (2010). *A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração*. Revista Direito GV, 6(1), 275-294. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322010000100013>

Lisboa, W. T. (2015). *Santos, em duas viradas de século (do século 19 ao século 20 e do século 20 ao século 21): Dinâmicas de configuração social do território de migrações internacionais*. Campinas: Unicamp

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34

_____. (1998). *A inteligência coletiva*. São Paulo: Edições Loyola,

Lussi, C. (2009). *Conflitos e vulnerabilidades no processo migratório*. Centro Brasília: Scalabriniano de Estudos Migratórios.

Machado, E; Palacios, M. (1997). *Manual de Jornalismo na Internet: Conceitos, noções práticas e um guia comentado das principais publicações jornalísticas digitais brasileiras e internacionais*. Salvador: Facom/UFBA

Malkki, L. (1996). 'Speechless emissaries: refugees, humanitarianism, and dehistoricization'. *Cultural Anthropology*, 11(3), 377-404.

Marchiori, M. et al (2010). *Comunicação e Discurso: Construtos que se relacionam e se distinguem*. Disponível em: http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Marchiori_et al.pdf.

Marinucci, R. Milesi, R.(2005). *Migrações Internacionais Contemporâneas*. Brasília: IMDH, 2005. Disponível: http://www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm.

Massey, D., Arango, J. et al. (1993). *Theories of International Migration: A Review and Appraisal*, *Population and Development Review*. no. 19, 431- 466.

McLuhan, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora da USP. Disponível em:

https://monoskop.org/images/0/00/McLuhan_Marshall_A_galaxia_de_Gutenbe rg_A_formacao_do_homem_tipografico_1972_BR-PT.pdf

McLuhan, M. & Fiore, Q. (1971). *Guerra e paz na aldeia global*. Rio de Janeiro: Record.

Medina, C. (1988). *Notícia, um produto à venda*. São Paulo: Summus

Mielniczuk, L. (2003). *Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web*. In: Machado, E; Palacios, M. Modelos de jornalismo digital. Salvador: Calandra

_____. (2001). *Características e implicações do jornalismo na Web*. Em <http://www.webjornalismo.com/sections.php?op=viewarticle&artid=22>, consultado em 22 de maio de 2019

Ozekin, M. e Akkas, H. (2014). *An Empirical Look to the Arab Spring: Causes and Consequences*. *Turkish Journal of International Relations*. Vol. 13, Nº 1&2. Disponível em: https://www.academia.edu/10067586/An_Empirical_Look_To_The_Arab_Spring_Causes_And_Consequences

Pantti, M. (2013). *Seeing and Not Seeing the Syrian Crisis: New Visibility and The Visual Framing of the Syrian Conflict in Seven Newspapers and Their Online Editions*, *JOMEC Journal – Journalism, Media and Cultural Studies*, Vol. 4 , 1 - 22.

Pavlik, J. V. (2001). *Journalism and New Media*. New York: Columbia University Press.

Peixoto, J. (2004). *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. SOCIUS Working Papers, nº11, Lisboa, ISEG.. Disponível em: <https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/wp/wp200411.pdf>

_____. (1998). *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal – Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão / Universidade Técnica de Lisboa.

Orlandi, E. P. (2005). *O Estatuto do Texto na História da Reflexão sobre a Linguagem*. In: _____. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 73-98.

Pereira, T. L. B. (2016). *Os Guardiões da Pátria: O Exército Árabe da Síria e sua relação com o Povo e o Estado*. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 5, nº 1, p. 44 - 58. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/97/96>

Portes, A. (1995). *Economic Sociology and the Sociology of Immigration: a Conceptual Overview*. In: A. Portes (ed.), *The Economic Sociology of Immigration: Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*; New York: Russel Sage Foundation.

Primo, A. (2009). *Interatividade*. In: Spyer, J. *Para Entender a Internet – Noções, práticas e desafios da comunicação em rede*.

Ravenstein, E. G. (1889), *The laws of migration*, *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 52, Part II, pp. 241-301

_____. (1885). *The laws of migration*. *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 48, Part II, 167-227

Recuero, R. (2009). *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina,

Resende, V. Ramalho, V. (2004). *Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas*. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão.

Ribeiro, F. (2010). *The discursive construction of Portuguese national identity in the media thirty years after the 1974 revolution*. Tese de Doutorado, Lancaster, Department of Linguistics and English Language, Lancaster University, Reino Unido.

Ribeiro, V. (2015). *O spin doctoring em Portugal: Perspectivas de governantes, jornalistas e assessores de comunicação que operam na Assembleia da República*. *Observatorio (OBS*)*, 9(2), 225-256. Acedido em 04 de março de 2020, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-59542015000200012&lng=pt&tlng=pt.

Ricci, C. (2016). *Primavera Árabe na Síria: A correlação de forças na evolução das revoltas populares à guerra civil*. *GAE-OMAM-Grupo de Análise Estratégica—Oriente Médio e África Muçulmana*, v. 1, n. 1, 12 nov.

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

- Salaverría, R. (2005). *Redacción Periodística en Internet*. Barcelona: Eunsas. Sodré, M. (2009). A narração do fato. Petrópolis: Vozes
- Santaella, L. (2003). *Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano*. In: Revista Famecos, nº 22, dezembro 2003. Brasil: Porto Alegre. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3229/2493>
- Santos Filho, O. dos. (2013). *Os movimentos contestatários no Oriente Médio e no Norte da África: a Tunísia é a solução?*. Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas, 1(1). Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/5159>
- Silva, I. (2015). *O jornalismo da era digital: novas práticas e públicos*. Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/20161/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20_%20final_word.pdf
- Silveirinha, M. J., & Cristo, A. T. P. D. (2004). *A construção discursiva dos imigrantes na imprensa*. Revista Crítica de Ciências Sociais 69: 117-137.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. V.1. Florianópolis: Insular
- Todorov, T. (1993). *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes
- Van Dijk, T. (2016). *Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso*. Tradução de Pedro Theobald. Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS Porto Alegre
- _____. (2016). *Discurso, notícia e ideologia. Estudos na análise crítica do discurso*. Tradução: Zara Pinto-Coelho. 2ª edição. Edições Húmus, Lda.
- _____. (1997). *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*. Sage Publications.
- Wolton, D. (2006). *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Woodward, K. (2000). *Identidade e diferença*. In: Silva, T. Identidade e Diferença. Petrópolis: Vozes
- Zahreddine, D. (2013). *Crise na Síria (2011-2013): uma análise multifatorial*. Revista Conjuntura Austral. Vol. 4, nº 20.

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

Zamith, F. (2011). *A contextualização no ciberjornalismo*. Tese de Doutoramento apresentado à Universidade do Porto. Consultado em:
<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/57280/2/zamith000148443.pdf>

_____. (2008). *Ciberjornalismo: As potencialidades da Internet nos sites noticiosos portugueses*. (1ªed., Vol. 6, pp. 118) Porto: Afrontamento / CETAC.media

_____. (2005). *Pirâmide Invertida na Cibernotícia: a Resistência de uma Técnica Centenária*. Consultado em: <http://bocc.ubi.pt/pag/zamith-fernando-piramide-invertida-cibernoticia.pdf>

Webgrafia

Armed Conflict in Syria: Overview and U.S. Response. In Portal Everycrsreport. Acedido a 20 de setembro de 2019 em:
https://www.everycrsreport.com/reports/RL33487.html#_Toc4515289

Convenção de 1951 relativa aos estatutos dos refugiados. In Portal Refugiados. Acedido a 23 de fevereiro de 2020: http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo1/conv-1.html

Cronologia da guerra na Síria. In Portal DW. Acedido a 17 de setembro de 2019 em:
<https://www.dw.com/pt-br/cronologia-da-guerra-na-s%C3%ADria/g-42773141>

Mais grave crise de refugiados. In Portal Europa Comission. Acedido a 2 fevereiro de 2020 em:
<https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2016/PT/1-2016-85-PT-F1-1.PDF>

Dados do relatório anual 'Global Trends'. (ACNUR, 2018). In Portal ACNUR. Acedido a 18 de outubro de 2019 em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

De onde saem (e para onde vão) os refugiados segundo a ONU. In Portal Nexo Jornal. Acedido a 27 de junho de 2019 em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2018/06/25/De-onde-saem-e-para-onde-v%C3%A3o-os-refugiados-segundo-a-ONU>

Egypt Revolution: 18 days of people power. In Portal aljazeera. Acedido a 23 de junho de 2019 em: <https://www.aljazeera.com/indepth/inpictures/2016/01/egypt-revolution-160124191716737.html>

Global Trendings 2018. In Portal ACNUR. Acedido a 2 de novembro de 2019 em: https://www.unhcr.org/globaltrends2018/#_ga=2.111842566.32337782.1571937289-1102535331.1571937289

Migrações, Refúgio e Apatridia: Guia para Comunicadores (2019). In Portal ACNUR. Acedido a 13 de dezembro de 2019 em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf

Refugiado ou Migrante, o Acnur incentiva a usar o termo correto. In Portal Acnur. Acedido a 7 de janeiro de 2020 em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>

Síria: confirma-se o uso de gás Sarin. In Portal Euro News. Acedido a 9 de outubro de 2019 em: <https://pt.euronews.com/2017/06/30/gas-sarin-siria>

Sykes-Picot: o acordo secreto que está na raiz de conflitos no Oriente Médio, In Portal BBC. Acedido a 28 de novembro em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>

370,000 dead: Syria's war in numbers. In Portal SyriaHR. Acedido a 3 setembro de 2019 em: <http://www.syriaHR.com/en/?p=122264>

APÊNDICES

Quadro 3 - Títulos dos artigos do jornal Público (*corpus B*)

Código	Título
PUB_09012015a	Há 11 mil islandeses dispostos a receber refugiados sírios
PUB_09012015b	Olhão disponível para receber centro de refugiados mas não na Fuzeta
PUB_09012015c	Há outra vez milhares de refugiados presos na hostilidade de Budapeste
PUB_09022015	Câmara de Lisboa cria fundo de 2 milhões de euros para apoiar refugiados
PUB_09032015a	Como os europeus estão a tentar abrir portas aos refugiados
PUB_09032015b	Portugal tem disponibilidade para acolher um número maior de refugiados
PUB_09032015c	Bayern Munique doa um milhão de euros para ajudar refugiados
PUB_09032015d	Nóvoa defende que Portugal deve fazer mais em relação aos refugiados
PUB_09032015e	Juncker propõe redistribuição de mais 120 mil refugiados pela UE
PUB_09032015f	"Airbnb para refugiados": a ideia alemã que está a contagiar a Europa
PUB_09032015g	Refugiados: a Europa não ajuda quem pode, mas quem quer
PUB_09042015a	António Guterres pede à UE para acolher 200 mil refugiados
PUB_09042015b	Melo acusa Costa de ver nos refugiados "pretexto" de combate à desertificação
PUB_09042015c	O pedido de Kinan e o drama dos refugiados
PUB_09042015d	Portugal disponível para receber 3000 refugiados
PUB_09042015e	Cameron responde à indignação e promete acolher "mais alguns milhares" de refugiados
PUB_09042015f	Câmaras, bispos e ONG, todos se oferecem para ajudar na crise dos refugiados
PUB_09042015g	Passos Coelho pede consenso político na questão dos refugiados
PUB_09042015h	Milhares de refugiados partem a pé de Budapeste para a Áustria
PUB_09042015i	Nasceu a Plataforma de Apoio aos Refugiados e Sabina deu a cara por ela
PUB_09052015a	Milhares de refugiados chegam à Áustria, Alemanha espera chegada em massa
PUB_09052015b	Refugiados e “valores europeus”
PUB_09052015c	Milhares de refugiados respiram a liberdade ao chegarem à Áustria e à Alemanha
PUB_09062015a	Refugiados: a tragédia maior está a acontecer no Médio Oriente
PUB_09062015b	Papa quer que cada paróquia da Europa acolha uma família de refugiados
PUB_09062015c	Na Grécia a situação dos refugiados "está a tornar-se impossível de gerir"
PUB_09072015a	Empresa portuguesa cria sistema de identificação para refugiados na Grécia
PUB_09072015b	Livre/Tempo de Avançar propõe comissariado nacional para refugiados

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

PUB_09072015c	Cavaco defende acolhimento de refugiados dentro das possibilidades do país
PUB_09072015d	Governo prepara equipas portuguesas para apoiar acolhimento de refugiados
PUB_09082015a	Não fuçamos dos refugiados
PUB_09082015b	Da Grécia à Hungria, os obstáculos multiplicam-se para milhares de refugiados
PUB_09082015c	Neste centro de refugiados, eles são esculturas em movimento
PUB_09082015d	Albuquerque chocado com comentários “imbecis” contra o acolhimento de refugiados
PUB_09082015e	Para a Europa se salvar a si mesma terá de salvar os refugiados
PUB_09092015a	Sampaio ataca falta de acção da ONU e UE na crise dos refugiados
PUB_09092015b	Há câmaras que não esperam pelo Governo para oferecer apoio aos refugiados
PUB_09092015c	Já estão em França os primeiros refugiados idos da Alemanha
PUB_09092015d	PSG também vai doar um milhão de euros para ajudar refugiados
PUB_09092015e	Operadora de câmara agride e rasteira refugiados na Hungria
PUB_09092015f	Operadora de câmara despedida após agredir e rasteirar refugiados na Hungria
PUB_09102015a	Cantona quer acolher refugiados em casa
PUB_09102015b	Misericórdias disponíveis para acolher "uma boa parte" dos refugiados
PUB_09102015c	EUA vão receber dez mil refugiados sírios
PUB_09102015d	Exército da Hungria ensaia acção decisiva contra refugiados
PUB_09112015a	Refugiados: uma solução para o problema demográfico da Europa?
PUB_09112015b	Operadora de câmara que rasteirou refugiados diz que agiu por pânico
PUB_09112015c	Quem ganhar o derby de Milão, paga e ajuda os refugiados
PUB_09112015d	Refugiados em campos na Hungria "como se fossem animais"
PUB_09112015e	Universidade de Coimbra disponível para acolher estudantes refugiados
PUB_09112015f	Portugueses juntam-se ao dia europeu de boas-vindas aos refugiados
PUB_09112015g	A história de Semhar, a aluna refugiada em Londres
PUB_09122015a	Acolher refugiados: portugueses divididos entre a solidariedade e o medo
PUB_09122015b	A divisão europeia sobre os refugiados vê-se nos dezenas de milhares que saíram à rua
PUB_09122015c	As malas dos refugiados contam a história do que ficou para trás
PUB_09122015d	Ideias para receber (melhor) os refugiados
PUB_09132015a	Pelos refugiados: canção anti-nazi dos anos 90 chega ao 1.º lugar do top alemão
PUB_09132015b	Seleccionador alemão Joachim Low doa 25 mil euros para refugiados
PUB_09132015c	Refugiados: Alemanha reintroduz controlos de fronteira com a Áustria
PUB_09132015d	Inundado de refugiados, Ocidente olha de forma diferente para Assad
PUB_09132015e	Refugiados não podem escolher país onde pedir asilo, diz a Alemanha
PUB_09142015a	Por que é que ninguém chama refugiados aos imigrantes da América Central?

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

PUB_09142015b	Nasceu um campo de refugiados no centro da capital da Europa
PUB_09142015c	Ministros da UE adiam decisão sobre redistribuição de refugiados
PUB_09142015d	Costa defende refugiados como solução para crise demográfica portuguesa
PUB_09142015e	Politécnico de Leiria disponível para acolher até 20 estudantes refugiados
PUB_09152015a	Guterres "desapontado" e "sob choque" com a falta de acordo sobre os refugiados
PUB_09152015b	Conselho Português lamenta adiamento da distribuição de refugiados na Europa
PUB_09152015c	Sector social dirá até ao fim do mês quantos refugiados pode acolher
PUB_09152015d	Hungria declara estado de emergência para impedir entrada de refugiados
PUB_09152015e	Alemanha aumenta a pressão sobre países relutantes em acolher refugiados
PUB_09162015a	Ai Weiwei e Anish Kapoor unem forças pelos refugiados
PUB_09162015b	Merkel mantém intenção de realizar cimeira extraordinária sobre refugiados
PUB_09162015c	"Se se preocupam com os refugiados, deixem de apoiar terroristas"
PUB_09162015d	Croácia é o novo destino de migrantes e refugiados, violência na Hungria
PUB_09172015a	Os refugiados não são migrantes económicos!
PUB_09172015b	Portugueses enviam 50 toneladas de donativos a refugiados
PUB_09172015c	Cenas caóticas na fronteira da Croácia, com refugiados a furar cordão policial
PUB_09172015d	Pode um peluche dar conforto a crianças em campos de refugiados?
PUB_09182015a	Os refugiados na Grécia querem “seguir para a Europa”
PUB_09182015b	ACNUR avisa que a UE tem de agir porque o número de refugiados vai aumentar
PUB_09192015a	Eslovénia pode acolher até dez mil refugiados nos próximos dias
PUB_09192015b	Autarquias esperam indicações e sociedade civil mobiliza-se para apoiar refugiados
PUB_09192015c	Croácia tenta forçar Hungria a receber refugiados
PUB_09202015a	Refugiados 2: Adeus e duas guitarras
PUB_09202015b	Colisão de barco com refugiados mata 13 pessoas na Turquia
PUB_09202015c	EUA vão receber mais 15.000 refugiados no próximo ano
PUB_09202015d	Protesto contra o acolhimento de refugiados em Portugal junta 150 pessoas
PUB_09202015e	Croácia e Hungria empurram milhares de refugiados para a Áustria
PUB_09212015	UE desiste das quotas obrigatórias para conseguir resposta comum à crise dos refugiados
PUB_09222015a	Hungria autoriza exército a usar balas de borracha, gás e redes contra refugiados
PUB_09222015b	Guterres diz que Portugal tem condições para acolher 4000 refugiados
PUB_09222015c	Europa tem “capacidade e experiência” para lidar com crise de refugiados, diz OCDE
PUB_09222015d	PDM de Palmela impede criação de campo de refugiados
PUB_09222015e	Migrações: Portugal vai receber até 4500 refugiados
PUB_09222015f	UE aprova plano de distribuição de 120 mil refugiados mas está cada vez mais dividida

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

PUB_09232015a	A racionalidade económica e o problema dos refugiados
PUB_09232015b	Europa prepara-se para duplicar o orçamento de resposta à crise dos refugiados
PUB_09232015c	Acolhimento de refugiados agita campanha na Madeira
PUB_09232015d	Inatel prepara-se para dar formação e emprego a 100 refugiados
PUB_09232015e	UE evita confronto sobre quotas de refugiados e aprova medidas “externas”
PUB_09242015	Turquia pode ajudar UE com os refugiados a troco de apoio contra os curdos
PUB_09252015a	Síria e refugiados dominam a agenda cheia da Assembleia Geral da ONU
PUB_09252015b	Perguntas e respostas sobre os refugiados em Portugal
PUB_09252015c	Há 100 instituições e 144 autarquias disponíveis para receber refugiados em Portugal
PUB_09252015d	Autocarro de refugiados apedrejado na Finlândia
PUB_09252015e	ACNUR avisa que crise dos refugiados pode estar apenas a começar
PUB_09282015a	A crise dos refugiados não tornou a vida mais fácil para Merkel
PUB_09282015b	Dismaland Calais: Banksy quer construir abrigos para refugiados
PUB_09282015c	Primeiro grupo de refugiados chega a Portugal em Outubro
PUB_09302015	Algum dinheiro, mas poucas soluções para uma crise de refugiados sem fim à vista

Quadro 4 - Títulos dos artigos do jornal Folha de São Paulo (*corpus B*)

Código	Título
FLH_09302015a	Medo domina refugiados em campos geridos por contrabandistas na França
FLH_09292015a	Europa recebeu 500 mil imigrantes e refugiados em 2015, diz Acnur
FLH_09272015a	Refugiados sírios morrem afogados ao ficarem presos em barco que afundou
FLH_09262015a	Alemanha planeja dar visto de três anos a refugiados sírios, diz revista
FLH_09242015a	USP terá ato público em solidariedade a refugiados e migrantes nesta sexta
FLH_09232015a	Fotógrafo registra casal de refugiados se beijando em estação na Hungria
FLH_09232015b	Líderes da UE se reúnem em meio a tensões sobre acolhida de refugiados
FLH_09222015a	União Europeia aprova divisão de 120 mil refugiados entre países membros
FLH_09222015b	Na ONU, Dilma exaltará conquistas sociais do Brasil e ajuda a refugiados

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

FLH_09212015a	Alemanha abriga refugiados em área de ex-campo de concentração nazista
FLH_09202015a	EUA preveem receber cem mil refugiados em 2017, diz secretário
FLH_09202015b	Hillary Clinton propõe que EUA recebam 65 mil refugiados sírios
FLH_09202015c	Integração de refugiados muçulmanos no Paraná acaba em casamentos
FLH_09202015d	Fervor católico na Polônia alimenta repulsa a refugiados
FLH_09202015e	Conheça a trajetória de refugiados no Brasil
FLH_09202015f	Chegada de refugiados muçulmanos muda cidades do interior do Brasil
FLH_09192015a	Mais de 2.200 refugiados e migrantes são interceptados na costa da Líbia
FLH_09192015b	Mais de 20 mil refugiados entraram na Croácia desde quarta-feira, diz polícia
FLH_09192015c	Europeus esquecem que também já foram refugiados
FLH_09192015d	Empatia e preconceito aguardam refugiados sírios na Alemanha
FLH_09182015a	Croácia fecha fronteira com a Sérvia após entrada de 14 mil refugiados
FLH_09172015a	Refugiados encontram bloqueio policial na fronteira da Croácia
FLH_09162015a	Refugiado sírio chutado por jornalista húngara se muda para a Espanha
FLH_09162015b	Polícia húngara reprime refugiados na fronteira com gás lacrimogêneo
FLH_09162015c	Crise de refugiados é culpa do Ocidente, diz ditador sírio
FLH_09162015d	Refugiados na Europa desviam rota para a Croácia após bloqueio húngaro
FLH_09152015a	Refugiadas dão à luz a caminho da Europa
FLH_09152015b	Com 2 milhões de sírios, Turquia teme que número de refugiados dobre
FLH_09142015a	Plano de cotas trava, e Europa cria barreiras à entrada de refugiados
FLH_09142015b	Papa admite risco de terroristas se infiltrarem entre refugiados
FLH_09142015c	Alemanha revisa previsão de chegada de refugiados para 1 milhão em 2015
FLH_09142015d	Premiê britânico visita refugiados sírios no Líbano
FLH_09142015e	Áustria envia Exército à fronteira para controlar chegada de refugiados
FLH_09132015a	Alemanha decide restabelecer controle de fronteira ante onda de refugiados
FLH_09132015b	Países da Europa tratam refugiados com jogo de empurra-empurra
FLH_09112015a	Quase 90% dos refugiados estão em países em desenvolvimento, diz ONU
FLH_09112015b	Refugiados usam tecnologia e redes sociais em sua jornada rumo à Europa
FLH_09112015c	Vídeo mostra policiais húngaros atirando comida para refugiados
FLH_09112015d	Não sou racista, diz cinegrafista húngara flagrada chutando refugiados
FLH_09102015a	EUA aceitarão pelo menos 10 mil refugiados em seu próximo ano fiscal
FLH_09102015b	Plano da UE para refugiados é gota no oceano, diz vice-chanceler alemão
FLH_09102015c	Países da Europa se dividem sobre acolhida a refugiados
FLH_09092015a	Comissão Europeia cobra distribuição de 160 mil refugiados pelo bloco

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

FLH_09092015b	Hungria fecha rodovia após desistir de conter refugiados na fronteira
FLH_09092015c	Refugiado sírio no Brasil trabalhou na Copa e se tornou professor
FLH_09092015d	Município francês quer receber apenas refugiados cristãos
FLH_09092015e	Países sul-americanos acenam a refugiados sírios
FLH_09082015a	Cinegrafista faz refugiado tropeçar enquanto fugia da polícia na Hungria
FLH_09082015b	Menores refugiados sofrem acidentes e maus-tratos a caminho da Suécia
FLH_09082015c	Alemanha pode receber 500 mil refugiados por ano, diz vice-chanceler
FLH_09082015d	Plano prevê acolher 120 mil refugiados entre países da União Europeia
FLH_09082015e	Bachelet diz que Chile trabalha para receber refugiados
FLH_09072015a	República Tcheca e Eslováquia rejeitam receber refugiados
FLH_09072015b	Refugiados sírios fazem protesto no Uruguai para poder deixar o país
FLH_09072015c	Ministro da Defesa húngaro renuncia em meio à crise de refugiados
FLH_09072015d	Brasil está de 'braços abertos' para receber refugiados, afirma Dilma
FLH_09072015e	Reino Unido receberá 20 mil refugiados em 5 anos, diz Cameron
FLH_09072015f	Merkel quer que ida de refugiados à Alemanha seja mudança 'positiva'
FLH_09072015g	França acolherá 24 mil refugiados em dois anos, anuncia François Hollande
FLH_09072015h	Refugiados em Budapeste e Viena vivem duas realidades
FLH_09062015a	Papa abre Vaticano para refugiados e pede que paróquias façam o mesmo
FLH_09062015b	Alemanha recebe refugiados com comida e placas de boas-vindas; veja fotos
FLH_09062015c	Reino Unido usará verba de ajuda internacional para bancar refugiados
FLH_09062015d	Chanceler da Áustria pede cúpula europeia sobre crise de refugiados
FLH_09062015e	Desafio da Europa é buscar solução sustentável para crise de refugiados
FLH_09062015f	Após caos na Hungria, refugiados encaram com alívio chegada à Áustria
FLH_09052015a	Ministro da Defesa informa Dilma sobre resgate de refugiados
FLH_09052015b	Milhares de manifestantes pedem que França acolha mais refugiados sírios
FLH_09052015c	Chegada de refugiados desata caos na fronteira entre a Hungria e a Áustria
FLH_09052015d	Premiê finlandês oferece abrigar refugiados em sua casa de campo
FLH_09052015e	Após marcha na Hungria, refugiados chegam à fronteira com a Áustria
FLH_09042015a	Frustrados, refugiados decidem ir a pé da Hungria até a Áustria
FLH_09042015b	Alemães que criaram 'Airbnb para refugiados' recebem ofertas de ajuda
FLH_09042015c	ONU afirma que são necessárias 200 mil vagas para realocar refugiados
FLH_09032015a	Reino Unido planeja acolher sírios de campos de refugiados, diz jornal
FLH_09032015b	Polícia húngara entra em choque com refugiados após forçar saída de trem
FLH_09032015c	Veja objetos pessoais que refugiados levam consigo durante travessia

*A representação discursiva de refugiados sírios no jornalismo luso-brasileiro:
uma perspectiva de alteridade*

FLH_09032015d	Conselho Europeu pede divisão de 100 mil refugiados entre países da UE
FLH_09022015a	Foto de menino refugiado morto na praia atrai atenção para crise
FLH_09022015b	Refugiados protestam em estação de Budapeste pelo segundo dia seguido
FLH_09022015c	Crise de refugiados põe em xeque o espaço único europeu
FLH_09012015a	Apelo de Merkel sobre refugiados expõe tensões dentro da Europa
FLH_09012015b	Ex-líder da Comissão Europeia critica tratamento da Hungria a refugiados
FLH_09012015c	Cidadãos da Islândia oferecem as próprias casas para acolher refugiados
FLH_09012015d	Hungria fecha estação de trens para refugiados, desatando protestos
FLH_09012015e	Quase 2.000 refugiados chegam à Hungria; Áustria registra outros 3.650